

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FABYANNE WILKE COSTA SANTOS

RISO, HUMOR E RACISMO: NARRATIVA DE EXCLUSÃO

SÃO CRISTÓVÃO
2019

FABYANNE WILKE COSTA SANTOS

RISO, HUMOR E RACISMO: NARRATIVA DE EXCLUSÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito para a obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho

SÃO CRISTÓVÃO
2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Fabyanne Wilke Costa
S237r Riso, humor e racismo : narrativa de exclusão / Fabyanne
Wilke Costa Santos ; orientador Daniel Menezes Coelho. – São
Cristóvão, SE, 2019.
101 f. : il.

Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2019.

1. Psicologia. 2. Humor (Psicologia). 3. Agressividade
(Psicologia). 4. Negros. 5. Racismo. 6. Narrativa (Retórica). I.
Coelho, Daniel Menezes, orient. II. Título.

CDU 159.942.53

FABYANNE WILKE COSTA SANTOS

RISO, HUMOR E RACISMO: NARRATIVA DE EXCLUSÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito para a obtenção do grau de mestre em Psicologia.

São Cristóvão, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho (Presidente)
PPGPSI/UFS

Prof. Dr. Eduardo Leal Cunha (Membro interno)
PPGPSI/UFS

Prof.^a Dr.^a Maria Cândida Ferreira de Almeida (Membro externo)
Universidad de los Andes

RESUMO

Esta dissertação se debruçou na tentativa de compreender as denominadas “piadas de preto”, as quais se caracterizaram como os exemplos eloquentes de narrativas humorísticas racistas. Para isso, o trabalho se encontra dividido em três capítulos. O primeiro objetivou dar conta do fenômeno do humor e suas compreensões conceituais e as considerações sobre o tema na contemporaneidade. A partir dessa análise foram encontrados pontos sobre a dita transgressão inerente ao humor, assim como o humor como possibilidade de agressão. Questionou-se, então sobre a possibilidade de entender o humor como um meio de agressão. Na tentativa de dar conta dessa indagação, compreendeu-se o que Minois (2003) descreveu sobre o riso progressista e o riso conservador, acreditando que o primeiro objetiva mudar normas sociais, enquanto o segundo não tem a intenção de mudança, reflexão política ou progresso social. Porém, Alberti (2002) acredita que a agressão e a benevolência são concomitantes ao contexto risível. Logo, para a autora, toda transgressão carregaria uma agressão. Diante do aludido, entendeu-se que as piadas que tomam como objeto de riso um grupo minoritário, já fragilizado socialmente, tais como, o negro, o gay, a lésbica, a mulher, o pobre etc. se apresentariam como exemplos eloquentes do humor que se apresenta ao mesmo tempo agressivo e conservador. Optou-se como objeto de estudo, diante dos exemplo citados, pela ditas “piadas de preto”, assim como são denominadas no universo do humor as narrativas humorísticas que tomam como objeto de chacota o negro. A partir disso, surgiu a necessidade do segundo capítulo, com intenção de encontrar dados sobre o racismo no Brasil e assim, também, dar conta dos elos entre o humor e o racismo. Percebeu-se, diante dos dados, que o Brasil é caracterizado por ações atípicas de racismo, que se estrutura a partir de atitudes estruturais e simbólicas de preconceito e discriminação. O preconceito étnico-racial aqui se apresenta por comportamentos cordiais e disfarçado de democracia racial, diferentemente de outros países que sofreram por processos segregacionistas declarados. É o chamado racismo à brasileira. E, o humor e a piada se apresentam, assim como outras narrativa informais, como uma forma aprazível de preconceito, pois conseguem ultrapassar as normas estabelecidas socialmente e reafirmam a posição subjugada do negro, sem serem apontada como um discurso de intenção racista. Por fim, o terceiro capítulo apresenta uma série de piadas que ora aparentam a agressão e violência do discurso racista, ora apresentam uma certa denúncia da existência do racismo.

Palavras-Chave: Humor, racismo, “piada de preto”.

ABSTRACT

This dissertation sought to understand the so-called "black people jokes", which were characterized as eloquent examples of racist humorous narratives. For this, the work is divided in three chapters. The first aimed to handle the phenomenon of humor and its conceptual understandings and considerations on the subject in contemporary times. And from this analysis were found points about the said inherent transgression of humor, as well as humor as a possibility of aggression. Then, it was asked about the possibility of understanding humor as a means of aggression. In an attempt to address this question, it was understood what Minois (2003) described about progressive laughter and conservative laughter, believing that the former aims to change social norms, while the latter is not intended for change, political reflection or social progress. However, Alberti (2002) believes that aggression and benevolence are concomitant with the laughable context. Therefore, for the author, every transgression would carry an aggression. Given the above, it was understood that the jokes that take as a laughing-stock a minority group, already socially fragile, such as the black people, gay, lesbian, woman, poor and others, would present themselves as eloquent examples of humor that is both aggressive and conservative. It was chosen as object of study, given the examples cited, the so-called "black people jokes", as well as in the universe of humor are called humorous narratives that take the object of mockery the black people. From this arose the need for the second chapter, with the intention of finding data on racism in Brazil and also to account for the links between humor and racism. From the data, it was noticed that Brazil is characterized by atypical actions of racism, which is structured from structural and symbolic attitudes of prejudice and discrimination. It is the so-called Brazilian racism. And, humor and the joke present themselves, as well as other informal narratives, as a pleasant form of prejudice, as they manage to surpass socially established norms and reaffirm the subjugated position of the black people, without being pointed as a discourse of racist intent. Finally, the third chapter presents a series of jokes that sometimes resemble the aggression and violence of racist discourse, sometimes present a certain denunciation of the existence of racism.

Keywords: Humor, racism, "black people joke".

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todo negro que lutou por direitos e resistiu às mais variadas opressões. Graças aos negros anteriores a mim, que eu posso, enquanto mulher preta e periférica, ocupar este lugar acadêmico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por não me deixar desistir dos meus sonhos. E que, mesmo quando eu estava cansada, muito cansada, tomou-me pelo braço e me fez mais forte.

Aos meus pais, Edélzio e Ana Cristina, que cederam um pouco do seus desejos em prol dos meus.

Aos meus irmãos, Fabrícya e Júnior. Somos, ao meu ver, enquanto irmãos, o exemplo de amor e cumplicidade. Todas as vezes que penso em caminhar, questiono-me se posso levar vocês comigo. Esse trabalho é por nós e para nós.

Ao meu namorado, meu amor e minha paixão profunda, Everton. Obrigada por me apoiar, mesmo antes de estarmos juntos! Sou grata e muito feliz por ter sua companhia.

Aos meus tios, meus primos e familiares que acompanham o meu processo de estudo, me apoiam e emanam palavras de apoio. Obrigada pelo amor e carinho.

Às minhas professoras da graduação, Ana Beatriz e Rochele, que se tornaram verdadeiras amigas. Sou mais feliz por saber que aprendi com vocês. Um adendo especial à Lívia, minha primeira orientadora de pesquisa científica. Gratidão pela paciência, pela troca de afeto, pelo conhecimento e evolução!

Agradecimento especial ao meu orientador Daniel Coelho. Sou grata por me acolher como orientanda, diante de tantas dificuldades que eu apresentava no início do processo. Obrigada pela paciência, pelos acolhimentos diante das minhas angústias, pelos ensinamentos e pelas reflexões.

Aos meus amigos que seguraram a barra dos meus estresses e das minhas ausências. Não sei quantas vezes eu repeti para vocês “Não posso, estou estudando” (rs). Mas, o riso que surge em mim quando estou com vocês me faz ter certeza do nosso afeto, da nossa troca de alma. Amália, Janaína, João Paulo, Cecilia, Claudionor, Karol, Ludmila, Matheus, Murilo... dentre tantos!

Às minhas parceiras do mestrado, em especial à Flavia, parceira de orientação e de demandas semelhantes; à Anna Salim, a mulher pensante e adorada; à Alana e à Jamille por todo carinho!

E, por fim, mas não menos importante, à minha fome, sede, desejo, ganância de saber!

**Dediquemo-nos, então, à ingrata tarefa
de explicar uma piada (DO NASCIMENTO, 1999).**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hino de Gana.....	59
Figura 2 – Professor negro.....	60
Figura 3 – Dica do Mario Ayala.....	60
Figura 4 – Dica do Jorge Cavalier.....	61
Figura 5 – Preto raiz x Preto <i>nutella</i>.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1 ESTADO DA ARTE SOBRE O HUMOR.....	08
1.1 O humor, o riso e o cômico.....	09
1.2 O humor e o social.....	11
1.3 O humorista como classe profissional.....	12
1.4 O humor como contrapoder.....	13
1.5 Bakhtin: o humor como rebaixamento dos poderosos.....	16
1.6 O humor como agressão.....	17
1.7 A “piada de preto”.....	19
1.8 Agressividade, transgressão e benevolência.....	20
1.9 Sublimação e distanciamento afetivo.....	24
1.10 Transgressão e agressividade.....	25
2 ESTADO DA ARTE SOBRE RACISMO NO BRASIL.....	27
2.1 Racismo e eugenia no Brasil.....	28
2.2 De Gilberto Freyre à UNESCO: a idealização das relações raciais no brasil.....	32
2.3 Racismo à brasileira.....	37
2.3.1 Trabalho e educação.....	39
2.3.2 Violência.....	40
2.3.3 Mídia e Representatividade.....	42
2.3.4 O crime de racismo.....	45
3 “PIADAS DE PRETO”.....	47
3.1 A piada como agressão e violência aos negros.....	49
3.1.1 A internet e o meme.....	58
3.2 “Piada de branco”.....	62
3.3 A piada como denúncia.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
O humor.....	73
A quem se destina a piada?.....	75
O racismo no brasil.....	76
A potência do humor.....	78
REFERÊNCIAS.....	80

INTRODUÇÃO

A presente dissertação buscou compreender o que popularmente se conhece por “piadas de preto”. O ponto de partida desta pesquisa foi a revisão de literatura acerca do humor, universo no qual estão inseridas as piadas que tomam como objeto derrisório o negro. Diante disso, surgiram as seguintes reflexões: o elo que se estabelece entre o humor e o âmbito social, a questão do negro no contexto brasileiro e a linha tênue entre a agressão inerente às piadas de preto e a transgressão¹, uma das possíveis características do humor. A partir do levantamento bibliográfico, também se verificou que os autores destacaram a existência de várias facetas do humor, quais sejam: sublime, agressiva, social, benevolente e outras. Questionou-se, então, em qual gênero se inserem as “piadas de preto”.

Inicialmente, analisando sob uma perspectiva histórica, observou-se que, em relação ao riso, apenas algumas superficialidades mudaram no decorrer do tempo. Ainda rimos de coisas parecidas, rimos de nós mesmos e rimos de outrem. O humor ainda tem caráter cristão, sagrado e também profano, pagão, satânico. É um objeto social com sua força de coesão e de exclusão. É ambivalente, afirma Minois (2003), em sua obra que se assemelha a uma enciclopédia sobre o riso e o escárnio. Além disso, uma das sutilezas do humor é o seu poder de exclusão: trata-se de uma arma de discurso usada para marginalizar alguns sujeitos maquiada pela faceta cômica.

Para Alberti (2002), o riso nem sempre é eminentemente alegre, inclusive às vezes pode ser malicioso, dificultando que lhe seja atribuído um caráter positivo. A autora também coloca que a maior parte dos estudiosos enfoca a ideia do riso transgressor e ligado à libertação da norma, embora alguns atos risíveis, como as piadas racistas, afirma a autora, sejam exemplos eloquentes de um tipo de manifestação que não nos une contra a norma, mas sim contribui para sua manutenção.

Minois (2003) aponta uma diferenciação entre o riso de caráter transgressor e o de caráter conservador. Todavia, não se pode tomar a diferenciação do riso transgressor e do riso conservador com muito rigor, visto que eles andam juntos. Alberti (2002) afirma que não consegue analisar com clareza a ruptura histórica entre o riso benevolente e o riso corretivo.

¹ Tomaremos nesse estudo a ideia da transgressão como ato que cada sujeito tem, em sua individualidade, de transpor as regras, sejam elas simbólicas ou reais.

Além disso, alguns teóricos, segundo a autora, se satisfazem em afirmar que o riso “mau” coexista com o riso “bom”, porque homens são “bons” e “maus” por natureza.

Porém, a parte que interessa a esta pesquisa é o riso conservador, aquele que elege uma vítima e a atinge com seu discurso jocoso a fim de ratificar a inferioridade do objeto, apontando para o ridículo que carrega a partir de uma determinada característica. É, segundo Bergson (1900/1983), o riso da censura, do apontamento daquilo que desvia da norma social. É um humor que objetiva apontar algo que deve ser corrigido, consertado (ALBERTI, 2002).

Com efeito, o objetivo desta pesquisa foi entender as manifestações humorísticas que tomam o negro como objeto risível, pois essas se mostraram, diante dos dados, exemplos de riso conservador, que aponta para a manutenção da norma racista. Além disso, a categoria “piada de preto” mostrou circunstâncias e apontamentos histórico-sociais do cenário brasileiro. Nos propusemos a investigar as narrativas que colocam o negro em posição subjugada, ridicularizada, estereotipada e discriminatória, porém, com tom jocoso. A partir deste material analisamos de que forma o humor serve para a manutenção do preconceito e dos estereótipos dos negros no Brasil (chamados de vadios, ladrões, preguiçosos, que têm características animalescas e sexualidade selvagem).

Os atos humorísticos que tomam o negro como objeto ridicularizável e têm a intenção de provocar o riso, na verdade, acabam por mascarar preconceitos étnico-raciais e se relacionam a uma forma própria de tratar a questão racial no Brasil (DAHIA, 2008). Os discursos jocosos têm o condão de demonstrar conflitos raciais mal resolvidos desde a abolição da escravidão², servindo de meio de manifestação encoberta de racismo (FONSECA, 2012). O contexto da narrativa risível, ao mesmo tempo que proporciona a manifestação da agressividade, não compromete os autores com os conflitos sociais envolvidos nesse tipo de piada.

Ainda sobre piadas racistas, Dahia (2008) afirma que elas se fortalecem por constituírem um discurso informal, em tom jocoso, que dependem da interpretação daqueles que ouvem ou

² Dahia (2008) e Fonseca (2012) defendem que após a abolição da escravidão houve um significativo aumento das narrativas que tomam o negro como objeto cômico. Isso ocorreu porque, no período escravista, além do negro ser objeto de chacota, tinha o seu lugar inferiorizado instituído: escravo e servil. E, após a saída do lugar de escravo, as piadas foram o suporte simbólico para manter o negro no lugar inferior: discriminado e marginalizado. Os autores mostram também que foi nesse cenário que surgiu a frase “trabalho de preto”, na tentativa de disseminar que o negro não é capaz de realizar um bom trabalho. O que exemplifica, sucintamente, que além de mirar os negros como objetos de chacota, apontando-os como “vadios” ou “vagabundos”, as piadas que tomam o negro como objeto derrisório eram e continuam sendo uma forma de manter os negros distantes das oportunidades de trabalho, pelo estereótipo dado a eles.

leem. Por um lado, há a interpretação que viabiliza não tratar a relação social-étnica brasileira seriamente, defendendo que “foi só uma piada” ou “foi só uma brincadeira”. Por outro, a questão da interpretação passa também pela discussão jurídica, uma vez que, apesar de no Brasil existirem leis que visam coibir manifestações racistas, a depender da interpretação do operador do direito, a conduta pode ser classificada como injúria racial ou racismo,³ ou seja, as piadas preconceituosas são legitimadas por um contexto não comprometedor.

Nesse sentido, esta pesquisa se justificou pela necessidade de analisar o humor racista no Brasil, buscando apontar como o riso serve de aparato mantenedor de discriminação e como uma forma aprazível de preconceito. Além das justificativas formais científicas, a identificação da autora diante do tema é substancial. O corpo negro desta que vos fala aponta e guarda histórias e leituras transferenciais que foram postas à prova, como um relicário, e que mantém a intenção do seu lugar (necessário) de fala.

Para isso, o trabalho está dividido em três capítulos, os quais objetivam alcançar a compreensão sobre as narrativas humorísticas e o elo que se estabelece com o racismo brasileiro. No primeiro capítulo apresentamos o estado da arte sobre o humor, resultado da pesquisa nas bases bibliográficas *Pepsic* e *SciELO*, a fim de entender as abordagens realizadas pelos autores que se dispuseram a estudar o fenômeno e, por fim, caminhamos para analisar o viés do humor racista. Buscamos, com isso, tomar consciência de como o termo humor está sendo tratado na contemporaneidade, visto que os artigos estão circunscritos ao período entre os anos de 1999 e 2018. Por meio desse capítulo apresentaremos também os autores citados como referências literárias para o fenômeno, como Bakhtin, Bergson e Freud.

No segundo capítulo foi desenvolvido o levantamento dos dados sobre o racismo no Brasil, tendo como foco os trabalhos contemporâneos para a compreensão do assunto. Esse capítulo possuiu a mesma intenção do anterior, qual seja, encontrar ideias de autores relevantes e clássicos sobre o tema. Partimos de uma pesquisa do estado da arte nas mesmas bases de dados e, por esse método, encontramos questões acerca dos dados atuais e pressupostos clássicos sobre o racismo no Brasil e as suas nuances. Buscamos tratar propriamente sobre os conceitos de raça, as propostas da eugenia com a intenção da raça pura, a influência do

³ O racismo tem um tratamento mais severo juridicamente, enquanto a injúria racial prevê um tratamento mais brando. Quanto ao crime de racismo, a ação penal é pública e incondicionada, imprescritível e inafiançável; enquanto que o crime de injúria permite ao réu a possibilidade de fiança e pode ser prescrito no prazo de oito anos.

pensamento de Gilberto Freyre sobre as relações raciais no Brasil e o entendimento sobre o mito da democracia racial, que levou às pesquisas da UNESCO aqui no Brasil. Apontamos, nesse capítulo, que o racismo no território brasileiro se apresenta de forma sutil e tácita. Atitudes racistas refletem sobre a problemática do negro frente às condições de existência e aos acessos às condições básicas de saúde, educação e mercado de trabalho, bem como o tratamento do judiciário frente ao crime de racismo.

Na última parte, apresentamos exemplos de “piadas de preto”, sendo esse o título do capítulo. É apresentada uma série de materiais humorísticos em forma de ditos jocosos que tomam o preto como alvo de pilhéria, colocando-o em posição derrisória e, conseqüentemente, inferiorizada. Ademais, nesse mesmo capítulo, questionamos sobre a forma contemporânea de humor: os memes. E, na tentativa de dar conta da função transgressora e benevolente do humor, é apresentado o humor do próprio negro contra os abusos sofridos e as piadas que se apresentam, prioritariamente, como denúncia a práticas racistas e a conseqüências de violências.

1 ESTADO DA ARTE SOBRE O HUMOR

Temos neste capítulo a intenção de trazer as ideias de autores contemporâneos sobre o humor, disponíveis nas bases de dados *Pepsic* e *SciELO*. Com efeito, por meio da compreensão dos dados bibliográficos, podemos afirmar que o humor pode se apresentar como particularidade do social, fenômeno de superioridade, de alívio e de hostilidade. Também foram tratados os quesitos: o humorista como classe profissional; o humor como possibilidade de ultrapassar regras sociais; a piada como meio de agressão; a compreensão psicanalítica do fenômeno; fatores emocionais e a incongruência envolvida no ato derrisório. Na maior parte dos artigos, os autores clássicos referenciados foram Bakhtin, Bergson e Freud, os quais serviram e servem, até hoje, como base para a abordagem do tema.

1.1 O HUMOR, O RISO E O CÔMICO

A fim de contemplar as questões que seguem, torna-se necessário apontar as diferenças conceituais entre os termos apontados como sinônimos do humor: o riso e o cômico. Cabe-nos contrapô-los na tentativa de enquadrar com mais assertividade o nosso objeto de pesquisa, com o intuito de situar as diferenças apontadas pelos autores, tanto os referenciais clássicos como

os comentadores, para explicar o humor. O riso, o humor e o cômico foram apresentados ora como semelhantes, ora com pequenas diferenças.

O humor foi apontado como detentor de um aspecto sublime e psicanalítico, como aparato político, de resistência psíquica e social, e também como possuidor de uma dimensão coletiva. Segundo Ribeiro (2008), o humor apresenta um aspecto sublime, pois possibilita ao sujeito enfrentar situações de sofrimento. Além disso, carrega uma característica psíquica inteligível à metapsicologia, pois é seguro afirmar que no humor ocorre uma mecânica inconsciente entre o Id e o Ego, na qual há o triunfo do narcisismo, que caracteriza o ato engraçado. Ainda sobre esses aspectos, tem-se em Morais (2008) que o humor pode ser uma forma efetiva de lidar com o mal-estar inerente ao adulto castrado, neurótico, faltante.

Também segundo Birman (2010), o humor é algo que atinge o inconsciente do outro; quem ri compreende as nuances inerentes ao contexto humorístico. Assim, o humor é social, pois aquele que escuta, aquele que produz o contexto e aquele que é alvo do humor, de certa forma, produzem uma ligação inconsciente por meio dos valores e signos sociais apontados pelo contexto humorístico.

No aspecto político e de resistência, Birman (2010) aponta que o humor pode ser usado como aparato político e de contrapoder. O humor é objeto de reflexão social e não apenas meio de obtenção de riso (DO VALE, 2015; SALIBA, 2017).

No que tange ao riso, ele foi claramente apontado como uma descarga de energia no corpo diante de qualquer situação derrisória, sendo a evidência factual do ato jocoso (RIBEIRO, 2008; SALLES, 2011; DE ASSIS et al., 2017). É a explosão aguda promovida pela piada ou pela tirada cômica, e a partir dele há denúncia da realização do desejo (BIRMAN, 2010). Quando Machline (1999, p. 17) afirma que “é provável que nunca se saiba o que nos leva a rir”, cabe a interpretação de que o riso é o final do gracejo e também aquilo que constata que ele existe.

Pelo aspecto social, o riso foi apontado também como um valioso objeto de pesquisa para compreender nuances do coletivo, permitindo desvendar os códigos culturais que o permeiam, pois, sem o riso, o humor não se mantém (CAVEDON; STEFONOWSKI, 2008).

Para Dahia (2008), o riso é o prazer envolvido entre aquele que elucida o contexto derrisório e aquele que constata e ri, estabelecendo assim uma relação entre ambos.

Por outro lado, o cômico se apresentou como consequência do susto e da incongruência em determinado contexto. É o que surge do susto com a não correspondência entre o que se espera e o que realmente se constata, como resultante da estranheza presente numa circunstância determinada pela surpresa, pelo exagero e pela ambivalência (RIBEIRO, 2008). Segundo De Assis et al. (2017), o cômico é um fator inusitado provocado pelo *nonsense*, é consequência da ideação do sujeito diante daquilo que lhe é apresentado, é um efeito estético⁴.

Do humor temos a ideia do social, da resistência às regras impostas, psíquicas ou sociais, e da contraposição aos poderosos. O cômico é resultado da incongruência entre aquilo que se espera e o que realmente aparece. Por sua vez, o riso é a evidência de que houve graça em algum contexto, seja ele humorístico ou cômico. Surge, então, o questionamento: as “piadas de preto” estão inseridas em qual ponto de investigação?

Podemos tomar como pontos essenciais das “piadas de preto”: que essas contemplam questões simbólicas e sociais, servem de meio para obtenção de prazer daqueles que a realizam, assim como conseguem ultrapassar barreiras psíquicas e sociais. As “piadas de preto” são exemplos de humor e o riso é o que as mantêm em circulação. Contudo, o contexto da narrativa das “piadas de preto” não apresenta a dimensão da surpresa, resultante da diferença entre algo que se espera e ao que é apresentado, pois o negro, nas narrativas, é colocado em posição vexatória e inferiorizada, assim como já ocorre em outras esferas da vida social.

1.2 O HUMOR E O SOCIAL

Dentre as diversas formas nas quais os autores tentaram enquadrar o humor, a interlocução com o social prevaleceu. O fenômeno foi apontado em sua relação *sine qua non* com o grupo, a comunidade e o social, quer seja por meio da possibilidade de coesão de um

⁴A célebre personagem Mr. Bean, protagonista da série homônima, é um exemplo de cômico. Enquanto a personagem realiza simples atividades do cotidiano, ocorrem obstáculos inesperados pelos telespectadores, que tornam Mr. Bean e as suas tentativas de ultrapassar os obstáculos cômicos esteticamente. Porém, a série não assume, necessariamente, um caráter social ou reflexivo diante do contexto em que a personagem é inserida.

grupo, com a finalidade de transgredir uma determinada situação política ou conjuntura que põe o grupo abaixo ou à margem do poder, quer seja com a finalidade de exclusão social.

Para explicar a nuance social do humor, os autores serviram-se das ideias de Freud, Bakhtin e Bergson. O primeiro afirmou que o chiste é o modo de acesso ao inconsciente mais social de todos⁵. Por sua vez, Bakhtin, teórico que estudou a Idade Média e o Renascimento, define que o riso pode servir como uma possibilidade de potência social, tendo em vista que ele pode recobrir ou demonstrar uma situação social. O riso é uma potência reveladora. Para o teórico, o humor é um meio de transgressão a normas, pois condições a que outrora não eram permitidos questionamentos, por meio do riso, essas situações podem ser reveladas.

Bergson alude que para o riso triunfar, ou seja, alcançar seu objetivo – quer seja revelar algo ou menosprezar alguém ou algo –, é preciso que a tríade envolvida no contexto jocoso autorize a comicidade. Essa tríade é composta, no mínimo, pelo autor da narrativa humorística, o objeto/alvo da piada e aquele que ri.

Logo, o grupo compartilha a mesma ideia, demonstrando que há certa cumplicidade entre eles nas situações cômicas, sejam reais ou imaginárias (CAVEDON; STEFONOWSKI, 2008; BASQUES, 2011). Essa relação sofre interferência direta dos códigos sociais, e para compreendê-la enquanto contexto derrisório, os sujeitos precisam estar envolvidos no ritual jocoso (MACHLINE, 1999; BIRMAN, 2010; SOARES et al., 2014).

Pela via do entendimento do humor como fenômeno social, consideram-se as seguintes vicissitudes desse processo: as intenções intrínsecas no discurso derrisório e as possíveis consequências para o objeto do riso. Tendo em vista isso, alguns autores, como Gorender (2008), Soares et al. (2014), e Weinmann e Culau (2014), declaram que como o humor está voltado para o social, é inevitável que o riso atinja, no mínimo, algum sujeito. Ademais, De Lima et al. (2011) atestam ainda que nossas lembranças de gracejo só se tornaram reminiscências porque rimos um dia em grupo. Com efeito, o humor só pode ser estudado de maneira concomitante às condições e ao contexto social (PIRES, 2014).

⁵ Freud (1905) afirma que o chiste, se comparado aos sonhos e atos falhos, é o modo de acesso ao inconsciente mais social de todos, pois se estabelece a partir da relação entre três pessoas.

A questão social também se fez presente pela via da imprensa, sendo esse ambiente propício para disseminação de charges e cartuns⁶. Apesar do cenário atual, em que a internet tem subtraído o espaço dos jornais impressos, os objetivos da comunicação continuam os mesmos dos jornais antigos: propagar informações aos leitores, e agora, internautas. Contudo, o advento da internet permitiu que a informação se disseminasse com mais rapidez (PIRES, 2014). Não temos o intuito de nos aprofundar no estudo das tecnologias e de como elas impactaram a vida da sociedade, mas queremos entender como as charges e os cartuns digitais podem servir de espaços para manifestações humorísticas, e como o novo formato de distribuição não impactou no modo de fazer humor dos antigos jornais em papel. Se as manifestações risíveis das charges, por um lado, servem para demonstrar insatisfação ou denúncia pela ironia ou pelo cinismo, por outro, servem como meio de mostrar contentamento com o *status quo*.

1.3 O HUMORISTA COMO CLASSE PROFISSIONAL

As nuances da profissão do humorista ou profissional do riso interessam a esta pesquisa porque, por meio desse contexto, podemos compreender como se deu a história do humor no Brasil. Evidencia-se que, *a priori*, os jornais e, em outro plano, a internet servem como veículos de disseminação do discurso jocoso. Os humoristas se mantinham ligados aos meios de divulgação em massa como forma de trabalho e se utilizavam de narrativas diversas para isso. Se, por um lado, usavam os meios de comunicação para propagar narrativas transgressoras em relação a um determinado governo estabelecido, por outro, utilizavam também como meio de disseminar o racismo.

Do Vale (2015) acredita que a classe profissional dos humoristas começou a se consolidar no Brasil com o surgimento dos jornais impressos. Porém, nessa época, os humoristas não eram vistos com agrado, sua imagem era associada aos palhaços ou a qualquer outro profissional que podia fazer graça. Como consequência ao olhar cético da população em geral, os jornais não aceitavam publicar os trabalhos dos humoristas.

⁶ A charge e os cartuns utilizam-se da sátira e do sarcasmo nas suas composições. Entretanto, a charge objetiva criticar algum fato, geralmente algo político ou de alguém superior, enquanto o cartum tem como alvo a própria vida cotidiana das pessoas comuns.

O próprio conceito sobre a arte e o ofício dos humoristas era insatisfatoriamente elaborado. Na imprensa, concedia-se espaço profissional apenas para os poetas, escritores e jornalistas. Contudo, com o crescimento das mídias e da inserção de novos valores, principalmente os capitalistas, os humoristas começaram a gozar do seu lugar profissional. Alinhando suas ideias com a defesa financeira do consumo, justificando que o humor poderia movimentar dinheiro, gerar empregos e vender produtos, os humoristas começaram a se fortalecer no mercado do jornalismo e da publicidade (DO VALE, 2015).

O humor passou a atrair as pessoas à leitura de periódicos carregados de charges e caricaturas, o que fez com que os humoristas se firmassem cada vez mais. Como consequência, desejaram se diferenciar de outros profissionais – poetas, escritores, risistas e comediantes –, afastando-se cada vez mais da instabilidade inicial que caracterizara seu ofício. No que tange aos poetas e escritores, esses utilizavam uma linguagem mais séria; de modo distinto, os humoristas se destacavam pela irreverência e pelos discursos com linguagem mais acessível à população.

Em comparação aos risistas, comediantes e chargistas, há a alegação do humorista ser capaz de acompanhar as oscilações sociais, ser sensível às mudanças tecnológicas e aos discursos (verifica-se que os humoristas acompanharam a transição do jornal para a internet, por exemplo, como veículo de humor). O humor também é capaz de provocar reflexões sociais, pois pode tratar de algum assunto sério – como, por exemplo, incômodos sociais – por meio da jocosidade, mostrando algo encoberto de maneira sutil; ou seja, como acredita Do Vale (2015), o objetivo do humor não é fazer somente rir – tal como pode ser com outras modalidades risíveis.

1.4 O HUMOR COMO CONTRAPODER

O conhecimento sucinto de como se solidificou a profissão de humorista no Brasil e de como o povo, desde a Idade Média, encontra meios de se posicionar contra alguma questão incômoda permite compreender como os jornais passaram a ser veículos de demonstração das insatisfações sociais. Amparados pela forma jocosa e informal com que os humoristas se dispunham a relatar os fatos, os jornais foram por longo tempo o meio de ironizar o governo instituído, demonstrar insatisfação social ou fazer pilhéria com qualquer outra questão que envolvesse a comunidade leitora.

Tomemos como ponto de discussão a possibilidade de ironizar e criticar os poderosos. Alguns autores acreditam que as charges se tornaram um recurso de participação política e de contrapoder (BIRMAN, 2010; LOPES, 2011; COSTA, 2013). A esse respeito, Birman (2010) toma como exemplo o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, que declarava receio, e até mesmo calafrios, de se tornar alvo de galhofa dos humoristas. Para o referido ex-presidente, qualquer palavra proferida poderia ser interpretada de modo errado ou irônico, servindo de objeto derrisório nos jornais. A forma física do presidente foi, de fato, alvo de caricatura, na qual um traço que distorcia a boca, os olhos ou o nariz serviu de motivo de riso entre os humoristas e leitores. O representante do poder, nas charges, era posto em situação vexatória e duvidosa; por meio dos jornais, os humoristas fizeram com que a imagem do ex-presidente fosse inferiorizada em pouco tempo.

Nos acervos do jornal *O Globo* encontramos os exemplos das charges que colocavam ex-governantes como alvos de chacota, como Collor, Itamar Franco, Lula e Dilma Rousseff. Tomemos como exemplo o chargista Aroeira, que se referia a Fernando Henrique Cardoso como “o dentuço”. Além disso, em um registro de 1995, o mesmo chargista representou o ex-presidente como Jesus Cristo, em referência à obra da Santa Ceia, de Da Vinci, enquanto que seus ministros eram os discípulos. Na legenda, FHC dizia “um de vós vai me trair”, fazendo referência às dificuldades que o presidente sofreu no seu primeiro mandato e a traição de Judas.

No decorrer do tempo, o humor nas charges se tornou um modo de escárnio e também objeto de transgressão e de denúncia das práticas públicas. As denúncias disfarçadas de humor foram fortemente utilizadas em épocas de regimes ditatoriais. As charges serviram de ponte para demonstrar a insatisfação popular para com o governo opressor, tornando-se, algumas vezes, os únicos artifícios da população de queixa e insatisfação. Porém, não só em épocas obscuras como na ditadura Vargas ou no golpe de 64 (pois nesse contexto muitos dos jornais opositores ao governo foram retirados de circulação), mas também em outros momentos, como o período de mandato dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff (LOPES, 2011; SCHONS; DAGNEZE, 2011; COSTA, 2013; SCHIFFLER, 2017).

Além de não surgir apenas em momentos ditatoriais, tampouco o uso político das charges é exclusivo do cenário brasileiro (SCHONS; DAGNEZE, 2011; FONSECA, 2012; PIRES, 2012; COSTA, 2013). Os autores que retratam essas charges como forma de

verbalização e até mesmo de transgressão ao sistema têm como referência bibliográfica e sistemática o aparato de Bakhtin, teórico russo que se empenhou em falar sobre a cultura da Idade Média e do Renascimento, períodos fortemente marcados pelo rebaixamento, pela denúncia e quebra das regras impostas pelo Estado e pela Igreja por meio do riso.

Podemos inferir que, além de criticar o governo, a finalidade do humor usado nos jornais modernos, tal como aquele que circulava nos períodos medievais, com as festas e zombarias, é rebaixar a postura dos governantes ou de algum poder imposto. Isso implica considerar que, ao apontar os erros ou desvios da nobreza ou de algum governo, objetiva-se equipará-los aos erros e desvios do ser humano, tirando dos objetivos do riso a ideia de divindade ou superioridade. A caricatura que se faz de algum representante do governo serve também para subverter a ideia de superioridade, apontando os seus defeitos e declarando-o de carne e osso, como qualquer indivíduo. A partir do rebaixamento propiciado pela charge, o governante é destituído do *status* divino e é situado em sua condição humana, em igualdade com qualquer cidadão (BIRMAN, 2010).

A transgressão realizada pelo povo com o riso promove o debate sobre a agressão inerente a essas manifestações. O rebaixamento, por mais que tenha a intenção de colocar o governante pareado ao povo, se torna exemplo eloquente de agressividade veiculada por meio do humor. Quando se tira a ideia de divindade do representante do poder, não se retira com sutileza, mas com troça e com agressividade.

Outro exemplo além dos jornais pode ser encontrado em Carrieri (2004) e Furtado, Carrieri e Bretas (2014), que descrevem como o humor foi usado como máscara para críticas contra chefes e empresas. Carrieri (2004) levanta charges feitas por trabalhadores sindicalizados de Minas Gerais com o objetivo de denunciar de maneira jocosa as diversas insatisfações, as negligências contratuais, as contradições e os lados obscuros das empresas. Caracteriza-se como um modo de transgressão aos usos e abusos das empresas apontadas e a reflexão de como os empregados se comportavam diante desse cenário⁷.

⁷ A autora apontou que durante 20 anos um sindicato denunciou por meio das charges e desenhos os abusos e as contradições das empresas privatizadas, em especial a empresa de telecomunicação de Minas Gerais.

Carrieri (2004) aponta que havia um personagem nos desenhos chamado “Quem sou?”, em referência aos trabalhadores das empresas que pareciam não saber quem eram, pois não se posicionavam frente às exigências dos empresários. Imposições essas que violavam as leis trabalhistas, como o não pagamento das horas extras ou o não cumprimento das funções de cada cargo.

1.5 BAKHTIN: O HUMOR COMO REBAIXAMENTO DOS PODEROSOS

O humor, por enquanto, está sendo descrito como possibilidade de contraposição aos governantes ou ao poder instituído, para que assim possamos delinear nosso objeto de pesquisa e dar conta do que surgiu no estudo. Tendo em vista isso, os autores pesquisados (FIGUEIREDO, 2005; TIHANOV, 2012; SCHIFFLER, 2017), em referência a Bakhtin, dizem que o humor pode servir como arma do povo, que, cansado das imposições do Estado, tenta se contrapor aos governantes. Na Idade Média, a população, na tentativa de retratar os incômodos consequentes das imposições da Igreja e do alto clero, ofendia os poderosos, rebaixando e ironizando os seus decretos.

Bakhtin defendeu, no livro *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1965/2010), a ideia do rebaixamento e do realismo grotesco como mecanismos utilizados pelo povo com o objetivo de levante contra as regras impostas. Pela degradação, o povo passava a representar os poderosos como humanos e menos como divindades (como se pensava na época). A população aproximava os representantes das mazelas universais e do corpo comum, comparando os soberanos a um útero, a fezes, a urina e a tudo que se aproximasse do corpo humano. Além de fazer jogos com a linguagem, como os apelidos e palavrões, bem como o uso de codinomes para se referir aos sacerdotes (FIGUEIREDO, 2005).

Tem-se em Bakhtin o riso do grupo, uma troça capaz de revelar estruturas e incômodos sociais. São manifestações que prioritariamente revelam incoerências socioeconômicas, indignações de grupos e transgressões a autoridades. Além do realismo grotesco e do rebaixamento, Bakhtin também assegurou que as festas populares atuavam com vigor em períodos remotos como meio de demonstrar insatisfação. Tratavam-se de festas do povo ou carnavais que tinham o objetivo de galhofar dos poderosos, ao mesmo tempo que mantinham a ordem e coesão do povo enquanto grupo popular. O riso e suas variadas manifestações – as

festas, os mitos e culturas populares – garantiam a subversão, assegurando a manutenção da vida do povo (SCHIFFLER, 2017).

1.6 O HUMOR COMO AGRESSÃO

Agora tomemos a outra face do humor: o humor eminentemente agressivo. Nele a agressão se sobressai frente à transgressão. É um humor conservador, que tem como objetivo manter uma dada característica popular ou normas sociais, atuando a favor do poder hegemônico. O humor agressivo, voltado a piadas nitidamente violentas e com tom ultrajante, foi outra questão levantada na pesquisa. Pires (2014) aponta que o humor também tem outra faceta, contrária à coesão grupal: a possibilidade de construir ou reforçar simbolicamente a imagem de grupos já fragilizados socialmente como gays, negros, mulheres ou outros. Muitos são os debates políticos sociais acerca desse tipo de humor, que como consequência já recebeu um codinome: humor politicamente incorreto (PIRES, 2014; WEINMANN; CULAU, 2014).

Não temos a intenção de nortear a pesquisa a partir do ideal do politicamente correto ou incorreto (poder ou não fazer certos tipos de piadas) para não a tornar um tipo de fundamentalismo – até porque esse tipo de conduta não funcionaria e poderia dar à pesquisa um caráter moralizante. Nossa pretensão é de aprofundar o debate sobre os discursos tidos como engraçados que contribuem para a manutenção dos estereótipos associados a determinado grupo social, refletir sobre a agressão inerente a determinados tipos de piada, bem como levantar questionamentos acerca do humor e seu dito caráter benevolente.

Esse tipo de humor, caracterizado sobretudo pela agressividade, toma como objeto de escárnio alguém ou um grupo que já está em uma situação desfavorável socialmente, seja por condições econômicas, territoriais, étnicas, físicas, sexuais, dentre outras, reforçando os estigmas e segregações, a exemplo dos negros, gays, mulheres, deficientes, pobres e estrangeiros, também similarmente as loiras, os jogadores de futebol e os torcedores do time adversário.

Carmelino (2017) acredita que é necessário reavaliar essa forma de humor, visto que ele fortalece os estereótipos e a discriminação. Trata-se de uma narrativa que ridiculariza e exclui o outro, fomentada pelo viés cômico. Alguns exemplos foram apontados nos artigos pesquisados, como as piadas contra gays, que colocam em dúvida a capacidade do homem

homossexual manter uma relação de amizade com um homem heterossexual; ou discursos que mantêm o estereótipo do gay afeminado (sensível, vaidoso, fãs de brilho e música *pop*), assim como aqueles que apontam as mulheres lésbicas como masculinizadas (de camisa larga, esteticamente descuidadas e de sapatos *mocassins*), perpetuando possíveis situações desconfortáveis para o grupo objeto do escárnio, principalmente no ambiente de trabalho, como apontam Irigaray e Freitas (2011).

Maria lésbica e Jenésio Pedreiro

Em uma sessão de terapia em grupo, o terapeuta diz:

- Agora, nós vamos nos apresentar, falar de onde veio e o que mais gosta de fazer.
- Meu nome é Marcos, eu sou engenheiro, sou de Curitiba e eu gosto muito de cálculo e operações matemáticas, por isso resolvi ser engenheiro.
- Meu nome é André, sou arquiteto, sou do Rio de Janeiro, gosto do contato com a natureza, com as pessoas que estão em contato com a natureza, também gosto de desenhar e, por isso, resolvi ser arquiteto.
- Meu nome é Maria, eu sou lésbica, sou de São Paulo e adoro mulher. Não posso ver uma mulher que fico louca, eu já quero pegar, já quero transar com essa mulher, já quero pegar nela, já quero pegar nos peitos dela. Não posso ver uma mulher que fico doida.

O terapeuta diz:

- Tudo bem. E você?
- Meu nome é Jenésio, eu sou de Minas e até agorinha pouco achei que eu era pedreiro, mas agora eu acho que sou lésbica.

A piada acima reflete os estereótipos da mulher lésbica e do pedreiro ignorante. A narrativa demonstra sutilmente que é comum lésbicas residirem na cidade de São Paulo – cidade considerada amistosa com os LGBTs –, além de presumir que o interesse das lésbicas seja exclusivamente outra mulher, pois a Maria da piada não consegue apontar seus outros interesses, como os outros integrantes da terapia de grupo.

Enquanto o discurso de Jenésio, que não compreendeu que ser lésbica se refere a sexualidade e não a profissão, aponta o implícito estigma da falta de instrução dos pedreiros ou de outras profissões que não exigem maior nível de escolaridade, tornando-os objetos de chacota pela possível ignorância.

Essas e outras piadas reafirmam de maneira sutil estereótipos de determinados grupos sociais. É uma história que desconfigura, por meio do exagero, o objeto central da mensagem. É uma versão fantasiosa que alguém conta com o objetivo de produzir o riso. Contudo, esse tipo de narrativa adquire peso de verdade, embora distorcida e que agride o alvo da piada (FONSECA, 1994).

1.7 A “PIADA DE PRETO”

Tomemos os exemplos dos autores que analisam as piadas que situam o negro como objeto de riso (DAHIA, 2010; IRIGARAY; SILVA; DE PÁDUA, 2010; IRIGARAY; FREITAS, 2011; ALMEIDA; SILVA, 2013;). Diante desse quadro, há artigos que fazem uma recapitulação de como o negro sempre foi objeto de chacota no Brasil, principalmente no período em que surgiram os jornais impressos (que popularizaram o trabalho de alguns humoristas) e após a abolição da escravatura (período em que o negro sai da posição autorizada de objeto de venda).

O riso, como já dito, recobre uma dada situação social. No caso das piadas com negros, maquia o racismo por meio da descontração. É um racismo negado, velado, que nunca deixou de circular entre os brasileiros, demonstrando uma situação não resolvida em nossa cultura (DAHIA, 2008; DAHIA, 2010; SILVA, 2014).

Segundo os estudos de Dahia (2008) e Fonseca (2012), o riso passou a ser instrumento de manutenção de racismo simbólico a partir do período pós-colonial, que é concomitante ao período abolicionista. Decerto, após a abolição da escravatura, momento em que o negro foi posto na condição de “livre”, saindo da posição de objeto de compra e venda, os brancos escravocratas subsidiaram a manutenção simbólica da marginalização do negro por meio da chacota⁸.

⁸ O negro continua marginalizado, especialmente pelas condições reais que lhe foram impostas após o período da abolição da escravatura. A Eugenia, por exemplo, alicerçou projetos no Brasil e no mundo em relação ao negro, como aqueles que tinham como objetivo tornar o Brasil um país de “raça” pura, com características fenotípicas dos brancos europeus. Essa ideia influenciou a vinda dos imigrantes italianos, que por um lado era benéfica à tentativa de embranquecer a população, por outro, favoreceu para que os negros fossem preteridos em comparação àqueles diante das oportunidades de trabalho nas indústrias (FERREIRA; CAMARGO, 2011; DE OLIVEIRA; PIMENTA, 2016).

Os jornais impressos tiveram papel fundamental na perpetuação da condição social do negro, pois é perceptível a influência que esses veículos de informação exerciam na vida dos brasileiros. Por meio dos jornais, os negros eram vendidos e trocados como mercadorias, conquanto tal objetificação dos negros na imprensa possuía caráter predominantemente simbólico. Na seção policial, o negro era frequentemente descrito como animal feroz e perigoso; para justificar a situação de marginalização, os negros eram representados como vadios, embriagados etc. Temos o exemplo do *Correio Paulistano*, publicado no ano de 1892, no qual consta o seguinte trecho: “O negro só sabia ser sensual, idiota, sem a menor ideia de religião, de outra vida moral e nem sequer de justiça humana. Dançar no domingo, embriagar-se, era sua única atividade [...]” (DE OLIVEIRA; PIMENTA, 2016).

Além dos jornais, a linguagem simples e troçada dos humoristas contribuiu para a manutenção do racismo no Brasil até hoje. Pela via do riso e do humor, a discriminação direcionada aos negros pôde se manter sem que fosse devidamente questionada, além disso, como a fala pitoresca permeava a interpretação, ao mesmo tempo que se considerava as narrativas engraçadas, não se elaborava diretamente a questão étnica e social da época (ALMEIDA; SILVA, 2013; DO VALE, 2015). Todavia, a imagem inferiorizada imposta ao negro, de modo cruel e animalesco, foi com o tempo retirada de circulação, tendo em vista os direitos conquistados graças aos movimentos raciais ou imposições legais.

Porém, comparando as ideias dos comentaristas e dos autores que alicerçaram tal perspectiva (como Freud no livro *Os Chistes e as suas relações com o inconsciente* [1905/1996], por exemplo), tem-se nas obras que o riso e a piada, além de demonstrarem descontentamento diante de alguma situação, podem ser vias de descarga de impulsos hostis. Estampa-se o riso, mas de forma velada é viabilizada a agressão ao inimigo, ultrapassando o recalque e liberando suas pulsões.

1.8 AGRESSIVIDADE, TRANSGRESSÃO E BENEVOLÊNCIA

Refletindo sobre o que se deixa escapar nas entrelinhas do livro de Freud sobre os chistes, conseguiremos ver que a transgressão consiste não somente no sujeito ultrapassar o que o oprime individualmente, mas também se refere a quebrar as barreiras comuns da vida em civilização. Segundo Birman (2010), fazendo alusão a Freud (1905/1969), o humor pode ser utilizado como um dos possíveis caminhos para manifestação da agressividade e hostilidade.

Por meio das piadas voltadas ao outro, é possível reafirmar sua superioridade infantil perdida frente ao inimigo. O sujeito realiza, então, seus desejos inconscientes de descarga das pulsões.

Torna-se questionável a difundida benevolência do humor quando esse, por meio da agressão, toma como objeto derrisório um grupo ou uma pessoa já inferiorizada socialmente. Decerto, pode-se obter a justificativa para tal afirmação na obra de Bergson (1900/1983), na qual ele aponta que a agressão é própria do ser humano, logo, o riso não estaria isento dessa característica. Essa linha aparentemente tênue entre agressão e transgressão aponta para as variadas possibilidades do humor, que pode ser utilizado tanto para excluir, contribuindo para manter regras ou segregar determinado grupo, quanto para favorecer a coesão social ou quebrar paradigmas.

Ainda em Bergson, podemos perceber que o riso tem função depreciativa, ao apontar o lado negativo, os defeitos e ridículo do outro com o objetivo de criticar a “anormalidade”. Para o filósofo, o riso e o cômico podem ser entendidos como uma demonstração da faceta agressiva e vil do ser humano. O riso é próprio do homem, porque é a partir dele que o sujeito tem a possibilidade de rechaçar a incongruência do outro, tornando-o cômico (BASQUES, 2011). A troça tem possibilidade de corrigir costumes, apontar defeitos e vícios, colocando o sujeito em posição vexatória. Bergson (1900/1983) citado por Lima (2009) acredita que as consequências morais para uma pessoa, ao receber uma crítica, são consideravelmente mais amenas do que quando ela é objeto de chacota. Em suma, verifica-se na obra de Bergson que o humor tem potencial de servir como controle social (IRIGARAY; SILVA; DE PÁDUA, 2010).

O riso, segundo a perspectiva bergsoniana, tem função moral, é capaz de modelar o comportamento do outro que se mostra incoerente à norma ou àquilo que dele é esperado socialmente. Ri-se daquilo que é considerado menor, inferior ou ridículo. É um humor capaz de manter os estereótipos e a exclusão grupal. Por outro lado, comparando as obras de Bergson e Bakhtin, temos que o riso, para o último teórico, representa a possibilidade de coesão grupal, por meio do qual é efetuada a ruptura simbólica de regras pela população inferiorizada socialmente (por diversas questões), criando mecanismos para a manutenção de suas vidas (BASQUES, 2011).

Logo, o discurso engraçado pode reforçar padrões sociais, de beleza, de sexualidade, dentre outros. Algumas vezes, o riso pode ser o ponto nodal para alcançar um objetivo do grupo

hegemônico, pois reforça estereótipos e preconceitos (CAVEDON; STEFANOWSKI, 2008). A agressividade é mascarada pela sutileza do riso, mas quando nos propomos a investigar o contexto do gracejo, conseguimos compreender os pormenores: os tabus, as vergonhas e os constrangimentos que motivaram a piada (IRIGARAY; SILVA; DE PÁDUA, 2010).

O documentário *O riso dos outros*⁹ foi apontado nos trabalhos de Pires (2014) e de Weinmann e Culau (2014) como um modo de reflexão e investigação sobre o humor brasileiro, em especial porque o documentário propõe questões como: se há limite para o humor, a intenção social por detrás do riso e sobre o alvo das piadas. Dentre as respostas dadas pelos próprios humoristas brasileiros entrevistados nesse documentário uma sobressaiu: “o humor precisa de uma vítima”. Dessa forma, podemos refletir que o alvo da piada pode ser o governante em exercício, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ou a ex-presidente Dilma Rousseff (BARONAS et al., 2013), ou um negro que ao correr na rua é acusado de ser ladrão¹⁰ ou de nem ser gente (FONSECA, 2012; POSSENTI, 2013).

No que concerne à transgressão, tomemos as ideias psicanalíticas para fundamentar nosso entendimento. Para isso, os autores buscaram analisar textos freudianos que fazem referência ao chiste, ao humor – em seu lado transgressor e agressor, a dinâmica de funcionamento do ego e superego, além de tomarem como exemplo os relatos humorísticos de fim transgressor¹¹ de Freud. Para tal, referenciaram obras básicas como *Os chistes e a sua relação com inconsciente* (1905) e artigo *O humor* (1927).

Alguns comentadores (BALEEIRO, 2009; KUPERMANN, 2010; SALLES, 2011) corroboram, mencionando as propostas da obra de 1905, com a ideia freudiana de que o chiste (com seu jogo de palavras de finalidade jocosa) pode ser um mecanismo inconsciente de intenção transgressora a ser utilizado pelo sujeito. Pela via do jogo de palavras e do divertimento, o sujeito neurótico pode transpor barreiras sociais e internas, conseguindo agir de forma hostil, porém aceitável, contra o outro.

⁹ *O riso dos outros* é um documentário brasileiro dirigido pelo humorista Pedro Arantes, produzido e exibido pela emissora TV Câmara em 1º de dezembro de 2012. A produção fala sobre a comédia *stand-up* e mostra diversos depoimentos e opiniões de humoristas, cartunistas, chargistas e ativistas sobre os limites do humor, o politicamente correto e incorreto e os efeitos negativos e positivos que pode causar uma piada (Fonte: Internet).

¹⁰ Existem piadas que já se tornaram ditos populares: “Negro correndo é ladrão, branco correndo é atleta.”, “Negro parado é suspeito, correndo é ladrão, voando é urubu.”, “Branco correndo está atrasado, negro correndo é ladrão.”.

¹¹ Uma das referências mais citadas pelos autores é a célebre frase de Freud quando obrigado a assinar um documento no qual afirmava ter recebido um bom tratamento da Gestapo. Na circunstância, o pai da Psicanálise ousou e escreveu, além de sua assinatura: “Posso recomendar altamente a Gestapo a todos” (GAY, 2012, p. 628).

Esse manejo, que ocorre de forma inconsciente, promove o retorno das características infantis dos sujeitos que fazem uso do humor. A manobra com as palavras e a narrativa embaraçada que constituem o chiste permitem que o sujeito transpasse as exigências da vida adulta e civilizatória. As características infantis recalcadas retornam de tal maneira que o sujeito consegue desafogar as angústias do recalque e da dor inerente da vida adulta e agir com agressividade sem que lhe seja dada alguma advertência (BALEEIRO, 2009; MAGALHÃES, 2009; MOTTA, 2009).

Todavia, quando se trata do humor apontado na obra freudiana de 1927, os autores acima citados indicam que esse, além de ser entendido como um reviver infantil na vida adulta, pode ser compreendido como um modo de funcionamento atípico do superego, que age com complacência para com o ego. O artigo *O humor* desenvolve outra perspectiva psicanalítica em relação às instâncias psíquicas que agem no contexto inconsciente do humor, pressupondo que o superego age de forma benevolente, oportunizando que o ego triunfe. No humor ocorre um manejo inconsciente das forças das instâncias psíquicas, no qual o ego acaba “vencendo” a luta instalada com o superego, que estaria predisposto a levar o sujeito ao sofrimento, mas que acaba abrindo mão da sua supremacia no momento em que o ego ameaça padecer (RIBEIRO, 2008; DE MIJOLLA-MELLOR, 2010).

Foi possível encontrar na literatura pesquisada ideias que descrevem o humor como um ato de resistência e desobediência do ego, em concomitância com o ato de benevolência do superego (DE MIJOLLA-MELLOR, 2010; RIBEIRO, 2008). Bem verdade que os autores psicanalíticos apresentaram uma ótica voltada ao humor benevolente e a como intercalar isso às análises dos pacientes na clínica. De forma distinta, o modo de funcionamento do superego do sujeito também pode ser inferido, a exemplo de como esse atua frente a lei ou a exigências do outro.

Ademais, alguns autores (MORAIS, 2008; MAGALHÃES, 2009; KUPERMANN, 2010; MARANHÃO, 2015; COELHO; FIGUEIREDO, 2018) recorrem a frase freudiana, exposta no artigo de 1927, para explicar o humor do condenado indo à forca em uma segunda-feira pela manhã¹². Esses autores reafirmam a proposta da metapsicologia de que o humor é um

¹² “É segunda-feira e, diante da chegada dos algozes que o conduzirão ao patíbulo, o criminoso exclama: ‘É, a semana está começando otimamente’”. Retirado de Kupermann (2010, p. 193).

dom raro e precioso que pode revelar a leveza do sujeito ao encarar uma situação desagradável, sendo a predisposição ao humor um privilégio limitado a poucos. Essa afirmativa não foi desenvolvida nem pelo próprio Freud, em seu pequeno artigo, e tampouco seus comentadores se dispuseram a investigá-la.

Podemos perceber que a obra de 1905 não foi mencionada com frequência pelos autores psicanalistas. Levantando essa questão, pensamos que isso pode ter se estabelecido pela incompreensão do tipo de humor do ato chistoso (tendo em vista que Freud apontou que há o chiste inocente e o tendencioso); pode ser também consequência da supressão, na abordagem do humor realizada por esses autores, dos contextos humorísticos caracterizados principalmente pela agressividade; ou, como apontaram Castro (2014) e Souza (2009), há certa cultura da clínica psicanalítica que tende a compreender os sintomas dos pacientes prioritariamente por meio dos traumas infantis.

Além disso, quando os autores se dispuseram a exemplificar o manejo inconsciente do humor, ilustraram o fenômeno por meio de alvos externos à clínica, falando de um humor já existente, coletivo e generalizado. Serviram-se das personagens já existentes na literatura, no cinema e nos jornais para fazer analogias com suas perspectivas. De modo preponderante, os pesquisadores (CORRÊA, 2009; MONTEIRO, 2009; TEIXEIRA, 2009; TEIXEIRA, 2010) tentaram examinar o humor por meio de referências culturalmente partilhadas, como artistas e personagens conhecidos, ou recorrendo aos exemplos encontrados na obra freudiana.

1.9 SUBLIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO AFETIVO

O humor é apresentado também como possibilidade de sublimação, um mecanismo de defesa do ego (MORAIS, 2008; RIBEIRO, 2008; CORRÊA, 2009; LIMA, 2009; DE MIJOLLA-MELLOR, 2010; KUPERMMAN, 2010; LIMA et al., 2011; MENDES, 2011; SALLES, 2011; BORGES, 2014; MARANHÃO, 2015). Segundo esses autores, o humor possui relação com a arte, no entanto, eles apresentaram mais indagações que afirmações acerca do humor como um ato sublimatório.

Os autores citados acima consideram que, se por um lado, o humor pode ser compreendido de acordo com as nuances psíquicas como um uma possibilidade de transgressão, possibilitando o triunfo do ego diante do superego – ou seja, permitindo que aquele “vença” e

ultrapasse as mazelas da vida inerentes aos sujeitos –, por outro lado, o humor pode carregar a função social do mecanismo de sublimação, tendo em vista que por meio do cômico os sujeitos podem descarregar seus impulsos hostis de forma socialmente aceita, atuando semelhante ao mecanismo de defesa do ego.

Por outro lado, a necessidade do distanciamento afetivo foi citada por Bolognesi (2001), comentando Bergson e Freud. Nesse sentido, para que o humor exista e alcance o riso é preciso que as pessoas envolvidas se abstenham até certo ponto da sua empatia e de sua afetividade para com o alvo do riso – isso inclui qualquer proximidade ou sentimento que permita ao espectador se identificar com o objeto do riso. Logo, o riso só é bem-vindo quando não atinge a pessoa que ri – é um riso dos outros.

Essas questões levam à reflexão acerca dos exemplos citados: o uso do humor como possibilidade de contraposição ao governante, e as piadas que tomam como objetos de riso determinados grupos sociais. No período medieval e também no Brasil pós-abolição, a população elegia como seu objeto de chacota e de contrapoder alguém distante afetivamente, o governante ou o poderoso e, na atualidade, não obstante as mudanças sócio-históricas, observa-se que nas piadas que usam os negros, os gays e os pedreiros como objetos de riso não é demonstrada aproximação identitária a determinadas características desses grupos. Tendo em vista que o humor aponta agressão ao alvo do riso, os sujeitos não costumam, por regra, rir dos seus próprios estigmas. É preciso se distanciar afetivamente da característica que torna alguém objeto de chacota.

1.10 TRANSGRESSÃO E AGRESSIVIDADE

Percebemos, por meio das observações dos dados, que o humor apresenta diversas nuances. Porém, a ideia de conceituá-lo simultaneamente como objeto de transgressão e agressão e também de opressão possibilita entender o universo das “piadas de preto”. Assim, de acordo com alguns autores, apesar de ser apontado como prioritariamente transgressor e benevolente, o humor apresenta a possibilidade de agressão, vinculando-se a piadas que mantêm estereótipos, preconceitos e discriminação. Entendemos que essas ideias não são excludentes entre si, mas se complementam. Questiona-se: se há transgressão no humor racista, eminentemente agressivo e opressor, a quem ele se destina?

A ideia da transgressão nas “piadas de preto”, que começamos a desenvolver neste projeto, toma também o mesmo sentido da concepção freudiana, da ultrapassagem das regras psíquicas, simbólicas. Para Freud (1905/1996), a piada consegue ultrapassar a barreira da agressividade recalcada, assim como passar despercebida socialmente como uma forma de hostilidade ao outro. Por meio da piada, o sujeito não consegue realizar o propósito primeiro dos impulsos agressivos: agredir fisicamente ou manifestar hostilidade de forma nítida. Contudo, a piada se torna um meio de ridicularizar de modo sutil o seu alvo. As piadas colocam o negro em posição inferior, pois os expõem à risada preconceituosa sem que se possa apontar os autores como racistas. Do ponto de vista das normas sociais e das leis vigentes, não se pode manter os negros como escravos ou espancá-los, mas é possível apontá-los como inúteis, vadios ou ladrões, de modo jocoso e indireto.

Porém, de modo diferente dos rebaixamentos dos poderosos, que se tornam objetos de escárnio da população inferiorizada, as “piadas de preto” não partem de uma minoria, mas sim do poder dominante que deseja manter as regras sociais e a exclusão a partir da sutileza do contexto risível. Todavia, no contexto do rebaixamento o objetivo é transpor os governantes, e, em segundo plano, temos a agressão proveniente do desejo de transgredir. No segundo cenário (as piadas racistas), ao que parece, o objetivo primeiro é assegurar a agressão aos negros, e em segunda instância obtém-se a transgressão das regras psíquicas e sociais.

A diferença indicada acima se adequa à distinção realizada por Minois (2003) entre riso conservador e riso progressista. Para o autor, em sua enciclopédia sobre o riso e o escárnio, esse tipo de humor tem caráter conservador (contrário ao progressista), pois ao mesmo tempo em que o alvo do humor é envolvido por questões sociais, morais e políticas, não se objetiva a inovação, reflexão ou mobilidade social, mas sim manter regras, tradições e padrões. Além disso, as vítimas são alvos de fácil acesso, indivíduos já inferiorizados diante dos autores do riso, as quais servem de fonte para a realização do imaginário dos autores do contexto derrisório. De modo distinto, Alberti (2002, p. 130), autora que também investigou a questão do riso, não toma a separação entre conservador e progressista, mas acredita que “é de pouco valor considerar a fraqueza do outro matéria suficiente para seu triunfo”. Diante do já visto, poderíamos questionar: qual o limite da transgressão?

Do ponto de vista histórico, podemos compreender e pôr em destaque a influência da escravidão e das rachaduras na abolição, do *modus operandi* da relação senhores e escravos –

a dominação do europeu e a subjugação do negro, além de *como* e *por que* esse movimento de dominação “sobrevive” e deixa seus restos nos dias atuais, em um país onde as pessoas não se consideram racistas (LIMA; VALA, 2004; DAHIA, 2008; NUNES; CAMINO, 2011). Sergio Buarque de Holanda (1995, p. 88) diz que “um país que passou a maior parte do tempo como terra de senhores e escravos” possivelmente não tenha estrutura social nem simbólica para superar o funcionamento das diferenças étnicas completamente. No decorrer do tempo, a representação do negro passou de escravo –objeto de troca e venda – a vagabundo e preguiçoso, a quem falta o que fazer. De objeto de negócio passa a ser cada vez mais objeto de chacota. Nesse sentido, o próximo capítulo objetiva compreender esses apontamentos, partindo em direção à análise do racismo no Brasil.

2 ESTADO DA ARTE SOBRE RACISMO NO BRASIL

No Brasil, o racismo se reedita todos os dias de maneiras diferentes. Porém, o preconceito racial aqui se apresenta sob uma ótica distinta de outros lugares. Apesar de ser caracterizada por atitudes tácitas e simbólicas, a crueldade do fenômeno do racismo brasileiro atravessa os mais variados âmbitos e nuances sociais, que vão desde as mais diversas formas da subjugação dos negros, percorrendo desde a ordem simbólica – com discursos e práticas sutis de violência (como a escamoteação da desigualdade social entre negros e brancos, a negação da discriminação por raça, os estereótipos dos negros, as brincadeiras e as piadas racistas) – até a violação e negação dos direitos básicos da população negra.

Para compreender o cenário do racismo brasileiro é necessário apontar e questionar as motivações e justificativas que sustentaram as práticas racistas desde o período escravista até os dias de hoje. Sendo condição necessária para tal compreender o *modus operandi* das relações sociais brasileiras que se baseiam, *a priori*, na perspectiva da diferença racial entre os sujeitos; intercalando as nuances da história do Brasil que, ao mesmo tempo, envolve trajetórias de discriminação, violência e opressão, unindo-se à falsa ideia de uma democracia racial (BARROSO, 2018; WERNECK, 2016).

As circunstâncias que levaram à anulação da vida dos não brancos, em especial os negros, vão desde as influências e motivações da instituição Igreja e o seu poder hegemônico sobre as relações mundiais, até as premissas da ciência. Esta, se baseando na teoria da Eugenia, buscou tornar tangível as diferenças genéticas entre os povos. Sabe-se que os estudos sobre raça

foram, à priori, solidificados na Europa, mas tomou força no Brasil e em outros países. O enquadramento de sujeitos a partir de suas supostas diferenças raciais sustentou e sustenta, mesmo que sem fundamento, os discursos e as práticas hediondas contra aqueles que não se enquadram na lógica da suposta raça pura (EURICO, 2018; KALCKMANN, 2007).

2. 1 RACISMO E EUGENIA NO BRASIL

Inicialmente, a Igreja fomentou ideologias e influenciou comportamentos – em especial na Europa –, como consequência da potência que exercia em diversos países. Após os questionamentos acerca da validade das suas imposições, a hegemonia da Igreja submergiu e foi tomada pelo advento dos estudos científicos, em especial pela biologia. Contudo, ambas as premissas – Igreja ou ciência – concentravam-se na cruel categorização entre os povos que, por um lado, possibilitava a opressão e a agressão a determinados sujeitos, por outro, permitia a supremacia de outros.

A ciência biológica justificou séculos de barbáries, como decorrência de uma suposta diferença genética entre os povos. Influenciados pelo Darwinismo e pela ideia da seleção natural, os cientistas da época acreditavam na suposta existência de genes mais fortes, próprios e capazes de reprodução e sobrevivência. As diferenças fenotípicas, culturais, econômicas, territoriais e climáticas foram apontadas como critérios de diferenciação da evolução da espécie humana. Acreditava-se que países com características climáticas quentes e secas não oportunizavam a evolução, ao contrário de países com condições de temperaturas amenas ou frias. Associada a isso havia a nítida diferença corpórea (em especial lábios, nariz, textura capilar e cor da pele) e cultural entre os povos. Isso se tornou, cada vez mais, uma busca constante para compreender a evolução humana.

Os brancos europeus detinham à época a hegemonia dos estudos sobre raça; com efeito, os negros de países africanos eram alvos de preconceito e opressão. Brancos e negros foram se tornando opostos, de acordo com a prerrogativa biologicista e uma suposta diferença de evolução genética da espécie humana. Concluiu-se, sem árduo esforço, que o mundo era composto de raças, uma em evolução apropriada e superior, o branco; e as inferiores, os não brancos, em especial os negros (pelo contraste corporal e territorial). O conceito de raça, então, tornou-se uma prerrogativa de enquadramento entre os sujeitos, além de ter se tornado o pilar

que justificava os mais variados e cruéis comportamentos de exploração territorial (MAIA; ZAMORA, 2018; LÓPEZ, 2012; SERRA; SCHUCMAN, 2012).

Em meados do século XX, surge a Eugenia, teoria que sustentava a noção de diferença genética entre os sujeitos que se baseava não apenas na seleção natural, mas também na seleção manual. A seleção manual levou às mais diversas manifestações de controle social, realizadas principalmente por brancos europeus. A teoria eugênica e os seus discípulos hierarquizavam logicamente os sujeitos a partir dos genes, ou seja, tinha-se a premissa de que era possível determinar manualmente os agentes genéticos que carregavam as qualidades e defeitos das raças. Isso culminou no controle reprodutivo racial, que se resumia em determinar qual raça poderia se reproduzir e quais não – com a justificativa de assegurar o futuro da humanidade (DAMASCENO; ZANELLO, 2018; KALCKMANN, 2007).

Além do controle reprodutivo, a teoria da Eugenia deu base para a grosseira suposição de que os brancos europeus poderiam – por serem uma raça elevada (consequência dos supostos bons genes, da superioridade e mérito genético e, decerto, do direito à reprodução) – fazer das outras raças suas inferiores e subalternas. Essa concepção errônea culminou nas perseguições, genocídios, explorações territoriais, econômicas e culturais a outras raças ditas inferiores. Todos aqueles que não se enquadravam nas características da raça ariana – pura e branca – foram alvos de estudos e perseguições das mais diversas, dentre esses se encontravam os judeus, os negros africanos e os índios. Esses povos categorizados como inferiores passaram a ser objetos de uso exclusivo da raça ariana (DAMASCENO; ZANELLO, 2018; KALCKMANN, 2007; MAIA; ZAMORA, 2018).

Ainda se tinha, por conta da teoria genética e eugênica, que as raças inferiores, por carregarem os vastos defeitos genéticos, eram predestinadas geneticamente a servirem à raça superior, os brancos europeus; além disso, eram comparados a animais, apontados por uma suposta incapacidade intelectual e afetiva. Com efeito, além da ideia de que os inferiores racialmente não fossem passíveis de sofrimento quando escravizados, oprimidos e submetidos a tratamentos cruéis, também não eram capazes de refletir sobre o mundo e as circunstâncias ao redor¹³.

¹³ Essa concepção de que brancos europeus, diferentemente dos não brancos de outros território, possuam capacidade intelectual e afetos que os tornavam humanizados, como os sentimentos de ambição, compaixão, amor e outros, pendura até hoje. Segundo Lima e Vala (2004), há a constatação, por meio dos seus estudos no território

A Eugenia foi assimilada com admiração pela medicina brasileira no âmbito da saúde pública e psiquiátrica, principalmente pelos intelectuais da época, como Nina Rodrigues, Artur de Gabineau e Oliveira Vianna. O conjunto das ideias desses e de outros teóricos contribuiu para a formação dos discursos que instauraram formas inteligíveis de manifestar desigualdade social, pois, ao serem tomados como verdades, subsidiavam práticas hierárquicas no Brasil. Os sujeitos eram determinados a partir de sua raça, o que instaurou aqui uma onda de aperfeiçoamento e limpeza social. Tinha-se o pressuposto de que o mecanismo eficaz para diminuir as desigualdades e os males sociais no Brasil era a diminuição de diferenças genéticas entre os sujeitos (MAIO; MONTEIRO, 2005).

Tendo em vista esse cenário, instalou-se no Brasil o que se chamou de tentativa de embranquecimento da população, a fim de diminuir as desigualdades sociais e políticas. Esse movimento de tornar a população predominantemente branca foi adotado aqui no Brasil e em alguns países do Ocidente moderno como saída para o alcance da raça pura, longe das mazelas e dos vícios sociais da raça inferior, como a agressividade, a falta de higiene, os maus costumes dos negros e não brancos (MAIA; ZAMORA, 2018; SERRA; SCHUCMAN, 2012).

Nina Rodrigues foi um dos principais autores que fundamentaram a lógica brasileira sobre as concepções de raça (suas ideias, apesar de antiquadas, ainda produzem efeitos atualmente). Contribuiu de forma direta para a formação da medicina brasileira, que atuava evidentemente de maneira racista nos meados dos anos 1950. Rodrigues se formou em Medicina e estudou a cultura negra e as diferenças entre as raças. Não obstante, se baseava na égide da diferença genética racial, formulando diversas concepções sobre o negro, dentre elas apontou a inimputabilidade do negro frente aos crimes que poderia cometer, baseando-se na incapacidade e inferioridade intelectual desse, que não alcançaria a lógica legislativa dos brancos.

Nina Rodrigues também questionou o tamanho cerebral de negros e brancos. Atestou que, mesmo se baseando em especulações, por mais que ambos apresentassem cérebros de tamanhos idênticos, o do negro ainda estaria ultrapassado em comparação ao cérebro dos brancos; ou seja, para Rodrigues, o negro estaria ultrapassando em diversos aspectos, seja no desenvolvimento moral, intelectual, afetivo e cerebral (MAIA; ZAMORA, 2018).

brasileiro, de que as pessoas não brancas, principalmente os negros, são apontadas ainda com características animais e sem capacidade de sentimentos humanizados ou de evolução social.

Maia e Zamora (2018) aludem que Nina Rodrigues afirmava que os negros não conseguiam alcançar a civilidade por falta de competência, e que a melhor saída para negros e índios era a domesticação pelo branco, tendo em vista os evidentes atrasados sociais. Com efeito, para Rodrigues, somente por meio da dominação, exploração e tortura era possível que os negros escravizados alcançassem a superioridade da evolução branca.

Por sua vez, Gobineau e Vianna apontavam a ideia da mediocridade de outras raças em relação à raça que fundava a aristocracia ariana. Acreditavam que o futuro da humanidade dependia da mistura entre a raça ariana e as raças inferiores, e que estas seriam aprimoradas gradualmente a partir do seu cruzamento genético com a raça superior (MAIA; ZAMORA, 2018).

O discurso científico serviu para efetivar as opressões e a dominação dos povos e dos territórios. A ciência – discurso e prática – favoreceu a justificativa da hierarquização dos sujeitos, o que não era condizente com as reais capacidades de cada povo ou grupo, mas sim relativa à situação de subjugação da época. Todavia, as ideias da Eugenia e outras teorias que tentaram cientificar e tornar objetivo os critérios de dominação não perduraram. Além disso, se tornaram obsoletas por falta de diferenciação biológica, tendo em vista que não eram evidentes tais divergências genéticas entre as “raças”. As teorias raciais genéticas também submergiram, tendo em vista os questionamentos dos estudiosos sociais que apontaram a biologização das raças como favorável para os exploradores.

Com efeito, o conceito de raça tornou-se gradualmente uma construção social; apesar de não ser justificada objetivamente por meio dos genes, ainda é uma forma eficaz de qualificar os sujeitos. O que leva ao deslocamento do entendimento biológico para o entendimento social e antropológico do termo raça. Segundo Pires (2018, p. 1077), “Não renunciar a categoria raça permite perceber não apenas os efeitos do racismo sobre brancos e não brancos, mas também o seu impacto sobre o funcionamento de outras formas de dominação e opressão”.

2.2 DE GILBERTO FREYRE À UNESCO: A IDEALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

No período compreendido entre os anos 1930 e 1960, o cenário das questões relativas aos conceitos de raça no Brasil sofreu significativas mudanças em virtude de algumas nuances, dentre elas o impacto da obra de Gilberto Freyre, o advento do projeto Unesco, o posterior questionamento sobre o racismo no Brasil e, por fim, a nova ótica sobre o conceito do mito da democracia racial (ACEVEDO; NOHARA, 2008; ARAÚJO, 2008; BECKER E OLIVEIRA, 2013; COSTA, 2015; DE AZEVEDO, 2005; ROSEMBERG et al., 2003; MADEIRA; GOMES, 2018; SCHUCMAN; MARTINS, 2017; SILVÉRIO, 2002).

A obra *Casa-Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre tornou-se um marco literário no Brasil. O livro narra de maneira complexa o universo escravista do Nordeste brasileiro: o trabalho escravo; as relações entre senhores brancos e negros escravizados; o latifúndio; as técnicas de produção baseadas na monocultura; a concepção das famílias patriarcais; o sexismo; a miscigenação e as consequências da fusão das culturas africana, portuguesa e indígena.

Porém, por sua obra alcançar reconhecimento internacional e proporcionar uma visão externa sobre as relações raciais no Brasil, Freyre foi simultaneamente aclamado e criticado. Enquanto alguns associavam o livro a uma possibilidade de perspectiva densa e complexa sobre o cenário escravocrata no Nordeste brasileiro, outros sinalizavam o romantismo excessivo por parte de Gilberto Freyre na descrição das relações estabelecidas entre senhores de engenho e negros escravizados. Freyre foi criticado por pintar um cenário de paraíso racial e resumir séculos de escravidão a um elementar contexto de relações interculturais (LINS et al., 2014; SCHNEIDER, 2013; SILVA; TOBIAS, 2016; PEREIRA; ARAÚJO, 2017).

Aponta-se que a obra suprime os abusos físicos, como os castigos aos negros que fugiam ou eram desobedientes, as condições subumanas a que eram submetidos, principalmente quando trazidos forçadamente de navios negreiros, dentre outros; assim como as violências psíquicas e simbólicas, que residiam prioritariamente no aniquilamento da cultura negra (religião e dança). Alguns críticos da obra também aludem que a apropriação cultural, citada por Freyre, do negro africano (religião, alimentação, rituais de dança, dialetos) não aconteceu de maneira simplificada e rápida no Brasil, como aparentemente se apresenta no livro (GUIMARÃES, 1999; MAGGIE, 2008; PEREIRA; ARAÚJO, 2017).

Ainda foram questionadas a mestiçagem, que foi apontada por Freyre como possibilidade de saída e de ascensão de negros e brancos de forma igualitária¹⁴. Além da união entre as culturas, negros e brancos viveriam em uma suposta cordialidade; diferente do que ocorria em outros países, como nos Estados Unidos, aqui negros não eram impedidos legalmente de usufruir ou pertencer aos mesmos ambientes que os brancos portugueses. Nesse caso, a obra sugere que as relações entre brancos e negros foram equacionadas de maneira positiva, opostamente ao que ocorria nos processos segregacionistas. Por consequência disso, o multiculturalismo e a mestiçagem seriam, para o autor, uma conquista nacional, na qual as relações seriam mais amenas e menos opressoras (BARBOSA; SILVA, 2018; DOS SANTOS; GUIMARÃES, 2004; HOFBAUER, 2006; LINS et al., 2014; THORAU, 2014; PATERNIANI, 2016).

Nesse ponto sobre a miscigenação e o suposto multiculturalismo apresentados pela obra, as críticas se pautavam ainda em afirmar que a mistura de raças foi ostensivamente realizada de maneira cruel e manual, a fim de atingir a seleção natural proposta pela Eugenia; ou seja, tornar o país embranquecido servia tanto para concretizar o objetivo do alcance da raça pura ariana (sem vícios ou males), quanto para tratar a ideia da miscigenação como algo natural, alheio aos pressupostos da eugenia – que concebia e justificava os abusos e violências sexuais das negras e mulatas, como necessidade de fins reprodutivos¹⁵. A miscigenação e os ideais por trás dessa prática continuam ocasionando impactos sobre a população brasileira (SCHUCMAN; MARTINS, 2017; SILVA; TOBIAS, 2016).

O que aconteceu foi a junção de circunstâncias que levaram às críticas ao autor: o excesso de romantismo na escrita, a escamoteação das opressões e abusos físicos (que vão além dos sexuais), a ideia de que a cultura africana foi assimilada com facilidade pelos portugueses (culminando no ideal de multiculturalismo), a miscigenação (união das raças) como o tesouro do país e a consequente concepção de que a diferença de cor e origem não seria um empecilho

¹⁴ Apesar da obra não afirmar a inexistência de preconceito entre as raças no Brasil, ocorreu um excesso de romantismo, característica da escrita de Freyre, sobre as relações entre negros e brancos no Brasil, sobretudo nos pontos sobre os modos de subordinação, de opressões e das supostas diferenças que justificaram a exploração das raças. Os apontamentos de Freyre sobre as opressões e abusos aos negros se nortearam, sobretudo, nas explorações sexuais.

¹⁵ Em *Casa-Grande e Senzala* (1933), Freyre descreve minuciosamente os abusos, exploração sexual e os estupros que mulheres negras e mulatas sofriam na época da escravidão. Porém, não associa a crueldade diretamente às práticas higienistas de limpeza dos males sociais, mas sim aos brancos portugueses, que detinham, supostamente, a sexualidade exacerbada e o instinto de opressão.

para a ascensão social (democracia racial). Essas nuances oportunizariam, na época, uma visão utópica das relações raciais no Brasil (CAMINO et al., 2013; DA CUNHA; DOS SANTOS, 2015; DE AZEVEDO, 2005).

Porém, ao mesmo tempo que a obra de Freyre se tornava um fenômeno literário sobre o tema da democracia racial, alguns países da Europa tentavam, na década de 1940, se recuperar do genocídio nazista. Quase paralelo a isso, países como os Estados Unidos e África do Sul tentavam lidar com as consequências dos regimes segregacionistas implantados em seus territórios. Havia nesse contexto mundial um *boom* acerca das relações de raça. Diversos países apresentavam um *status* de profunda destruição – simbólica e real – em consequência dos conflitos étnico-raciais.

No final do século XIX e meados do XX, países como os Estados Unidos e África do Sul foram devassados socialmente por políticas segregacionistas e por um processo violento de dominação territorial entre os civis. Ambos foram marcados por um longo período de leis que determinavam a segregação baseada no critério de raça. Negros e brancos não podiam ocupar os mesmos lugares ou os mesmos patamares sociais, seja no mercado de trabalho, na área da educação e saúde, ou nos territórios supostamente comuns a todos, como transportes públicos, hospitais, escolas, praças e praias (GUIMARÃES, 1999).

Enquanto esses países eram tomados por ondas racistas, ocorria na Alemanha o auge da abstração das teorias eugenistas. Foi implantado na Alemanha, no governo de Hitler, o antissemitismo, uma guerra civil de perseguição e aniquilação de povos de raças ditas inferiores (VERGNE et al., 2015).

A Alemanha, devastada pelo fim da Primeira Guerra Mundial e pelos conflitos econômicos, buscou sair do impasse, justificando suas dificuldades nos supostos defeitos sociais de outras raças, como os judeus. Tentou-se, a partir disso, alavancar o país e abrir uma possibilidade de ascensão econômica e nacional por meio da busca da supremacia da raça ariana, a raça pura. Justificando, assim, todo o sistema de eliminação dos diversos povos. A situação se intensificou a ponto de a política nazista eliminar cerca de 5 milhões de pessoas, justificando-se na teoria eugenista. Os campos de concentração levaram à morte e eliminação dos judeus, determinando o Holocausto. Logo depois, se instaurou a Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Alemanha a outros países (SILVA; TOBIAS, 2016).

Diante desse cenário de guerra, perseguição, opressão e destruição de outros povos – situação solidificada pelas ideias das diferenças entre raças – surge a necessidade da criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, a UNESCO, em 1945. Fundada logo após o fim da Segunda Guerra e com o advento da Guerra Fria, a organização intergovernamental objetiva garantir a paz entre os países e evitar uma nova guerra mundial, por meio da cooperação entre as nações.

Em meio às essas questões externas, aos conflitos nos países e ao retrato que se tinha do Brasil como nação harmoniosa (visto que aqui não existia um processo segregacionista entre as raças, tal como em outros países), a Unesco objetivava, primeiramente, questionar e eliminar a validade biológica do conceito de raça, além de difundir para o mundo um leque de possibilidades de relações raciais democráticas, como aqui. O Brasil, então, foi apontado pela organização internacional como um laboratório de civilização, tendo em vista que se acreditava que aqui as relações raciais tinham sido equacionadas positivamente¹⁶. A Unesco iniciou e incentivou uma agenda de estudo antirracista; a agência intergovernamental desejava encontrar a chave da superação das desgraças vividas nos outros países¹⁷ (MAIO, 1999; MAIO, 2000; PEREIRA; ARAÚJO, 2017).

Se os Estados Unidos, a África do Sul e a Alemanha foram assolados – mesmo que de maneiras diferentes, mas por processos semelhantes – com o extermínio e segregação das raças, e se no Brasil não foram proclamadas guerras ou disputas que alcançassem patamares mundiais de violência e opressão, era possível à Unesco entender e difundir os supostos ideais de cordialidade e parcimônia que aqui reinavam. Questionava-se que, se nas relações estabelecidas no Brasil, a questão étnica e racial viria por último, por que não oportunizar a outros países as noções de civilidade que supostamente aqui existiam?

Para a concretização da agenda do projeto a Unesco contou com a colaboração de cientistas sociais (antropólogos e sociólogos), que se uniram de maneira sistematizada e

¹⁶ Os antropólogos e sociólogos que representavam a Unesco se alicerçavam na ideia de que no Brasil não havia uma notória diferença territorial entre negros e brancos – comparado aos EUA. Eles se debruçavam na concepção do processo colonizador do português, dito cordial. Logo, para eles, se aqui haveria alguma diferença entre os povos, era em relação estreitamente com a ideia de classe social e não de raça.

¹⁷ De acordo com Maio (1999), os estudiosos Rudiger Bilden e Franz Boas foram os principais influenciadores da ideia de que o Brasil seria um laboratório de civilizações, pois, para eles, havia uma evidente diferença entre o processo colonizador dos EUA e do Brasil. Este era apontado como positivo em relação àquele. Além disso, ambos influenciaram Freyre na sua escrita de *Casa-Grande e Senzala* (1933).

compartilharam entre si experiências, bem como indicaram outros nomes da ciência social nacional e estrangeira que tivessem alguma experiência sobre o assunto e pudessem auxiliar na compreensão da situação das raças no Brasil. Porém, os primeiros passos da pesquisa levaram à percepção de que havia um cenário em aberto e diferente de outros países. Aqui, ao que parecia, era estabelecida uma segregação incomum – aos negros eram negadas oportunidades, eram alvos de estereótipos e brincadeiras racistas e ditos jocosos dos mais diversos (MAIO, 1999; MAIO, 2017; PEREIRA; ARAÚJO, 2017).

Não tardou para que se pensasse na necessidade de serem realizadas pesquisas completas e fidedignas acerca do território brasileiro, pois, ao que se percebia, a segregação era realizada de forma atípica – eram evidentes os estereótipos dados aos negros, a marginalização territorial e social que a população enfrentava, e a exclusão no mercado de trabalho. Para compreender os motivos de tal cenário era preciso traçar outra perspectiva, para então estabelecer os mais variáveis nexos e interpretações sobre as relações raciais que aqui se estabeleciam, evitando generalizações e pesquisas perigosas e apressadas (MAIO, 1999; MAIO, 2017).

No intercurso da pesquisa, os cientistas precisaram analisar a evolução social do Brasil e a historicidade das pesquisas sobre raça no país, bem como questionar se a abolição da escravidão e a proclamação da república teriam solucionado o problema do negro. Com o tempo, foram colocados em evidência os principais estudos dos anos 1930, que levaram a possibilidades de entendimento do negro, como os estudos de Nina Rodrigues, bem como o mais importante representante das relações raciais do cenário nacional, Gilberto Freyre (SCHUMAN; MARTINS, 2017).

O objetivo inicial de desenvolver uma campanha antirracista para o mundo tomou uma proporção mais complexa; as indagações e a necessidade de estudar as relações no Brasil tomaram força. Algumas nuances levaram ao questionamento do estudo e à validade do país como laboratório de civilização: os questionamentos dos antropólogos e sociólogos que atuaram junto com a Unesco na agenda de estudos; a visão que se estabeleceu sobre o racismo brasileiro, que se mostrava diferente do racismo em outros países racializados, pois aqui a discriminação acontecia de forma sutil, enraizada e crônica, mas não menos cruel que em outros territórios; ao mesmo tempo, houve uma notável mudança na estrutura dos sistemas acadêmicos dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, apontando para a criação de novas pesquisas sobre a

relação do negro, do branco e do imigrante. Iniciou-se, assim outra perspectiva do estudo da Unesco no Brasil, em parceria com disciplinas das Ciências Sociais, objetivando entender o mito da democracia racial (DA SILVA; TOBIAS, 2016; PIRES, 2018; PEREIRA; ARAÚJO, 2017).

2.3 RACISMO À BRASILEIRA

Decerto o processo colonizador no Brasil influenciou o modo como as raças se relacionam no país. Porém, longe de serem relações benevolentes e positivamente equacionadas, como se acreditou por um tempo, brancos e negros brasileiros convivem em um emaranhado de situações racistas indiretas e disfarçadas. Aqui residem as mais sutis, mas não menos cruéis, formas de racismo. Permeadas por uma falsa ideia de cordialidade entre as raças, a ideia da democracia racial não encontrou cabo no território brasileiro. A nação é caracterizada por formas legitimadas, institucionalizadas e tácitas de preconceito e discriminação racial. O racismo aqui é estrutural e estruturante, tendo em vista que ao mesmo tempo constrói as relações e as mantém.

Segundo Eurico (2018), o Brasil foi fundado pelo racismo, isso quer dizer que a discriminação racial determinou desde a captura brutal de negros africanos para o trabalho escravo em território brasileiro até a forma disfarçada de atitudes segregacionistas. Aqui brancos e negros não partilham dos mesmos direitos e oportunidades. É um país de solo fértil para comportamentos raciais e opressores, mesmo porque foi, por mais de três séculos, terra de brancos senhores e negros escravos.

Com efeito, apesar de o Brasil ter abolido a escravidão há mais de 100 anos – e a queda do regime monárquico sobreviver a isso –, ainda se reedita aqui construções sociais que se baseiam na raça. Dotado de certa singularidade – comparado a outros países que foram colônias e se firmaram como sociedade por meio do trabalho escravo –, o Brasil presencia a forma atípica e única de racismo. O preconceito e a discriminação racial aparecem de múltiplas formas, como um processo separatista, como uma lógica legislativa (SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

Regiões menos desenvolvidas e as favelas se tornaram refúgios para os negros que foram libertos da escravidão, contudo, não tiveram oportunidade de disputar vaga no mercado de trabalho. Mas a ausência de oportunidade que causou o não pertencimento do negro na

sociedade não se restringe apenas ao território como meio geográfico, abrange também o acesso à saúde, à educação, à oportunidade de trabalho, bem como a possibilidade de acesso a determinados locais públicos, como hotéis, clubes, teatros, restaurante, ruas, comércios. Apesar de nunca ter havido no Brasil um processo segregacionista declarado (EURICO, 2018; SILVÉRIO, 2002; NAIFF et al., 2009; MADEIRA; GOMES, 2018).

No que concerne à saúde, percebe-se a falta de acesso do povo negro a condições essenciais. As regiões de moradia se apresentam com um saneamento básico precário, falta de alimentação adequada, acesso insuficiente aos meios básicos. Segundo Oliveira e Pimenta (2016), os negros, ao se refugiarem em favelas, foram expostos diretamente a doenças como sífilis, lepra, tuberculose e esquistossomose; ou seja, uma soma de fatores que não favorecem a manutenção de vida do negro pobre, aumentando a possibilidade de determinadas doenças e infecções.

Percebe-se a precariedade de políticas de atenção voltadas à saúde da população negra e pobre; a incidência de determinadas doenças em consequência do território; a má alimentação, dentre outros fatores que favorecem a diferença de condições saúde-doença entre grupos sociais. Essas situações fundamentam o alto nível de mortalidade e falta de saúde da população negra (KALCKMANN, 2007).

2.3.1 TRABALHO E EDUCAÇÃO

Os ex-escravos foram abandonados à própria sorte, aprisionados a uma pseudoliberalidade e expostos a práticas discriminatórias de viés higienista. Passaram a ser trabalhador-escravo e não mais escravo-trabalhador. Com isso, aos negros eram negados direitos e oportunidades de trabalho mais notáveis. Esse cenário se perpetuou por anos e hoje leva a diversos questionamentos que partem de movimentos sociais negros e surgem também de pressões externas de outros países a despeito das consequências de oportunidades negadas aos negros no Brasil, efeito de séculos de subalternação¹⁸.

¹⁸ Oliveira (2002) cita o desespero de um homem, ex-escravo, que após a abolição e sem condições mínimas de vida, afirmava ter saudade da escravidão. Oliveira complementa a citação assegurando que esse comentário não pode ser tomado como a favor da escravidão, mas sim como um grito de socorro diante das condições de miséria e opressão em que viveram e vivem os ex-escravos e descendentes de negros escravizados.

As consequências de anos de estigmas, inclusive o mito da debilidade intelectual e inferioridade do negro, se repetem até hoje no âmbito do trabalho por meio da negação de oportunidades e condições laborais decentes, que condiciona essa parcela da população a trabalhos que demandam força física e não intelectual. Algumas mudanças ocorreram desde esse período com as imposições de leis trabalhistas e a necessidade da inserção do negro no mercado de trabalho¹⁹. Porém, não mudaram a vida desse grupo populacional de maneira consistente, pois vigorava a ideia da desqualificação da mão de obra para as indústrias, e estas ainda eram o principal meio de trabalho no Brasil²⁰ (FRANCISCO JÚNIOR, 2008; KALCKMANN, 2007; MADEIRA; GOMES, 2018; OLIVEIRA, 2002; ZAMORA, 2012).

No quesito educação da população negra brasileira, é necessário destacar a importância da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as Formas Correlatas de Intolerâncias, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, em 2001; marco significativo que destacou a luta contra discriminação racial e promoveu mudanças no pensamento sobre racismo no Brasil e em outros países que mantêm relações sociais baseadas na raça. Objetivava-se na conferência rever atitudes e vigorar os princípios de igualdade presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DAMASCO et al., 2012; DE LEMOS, 2017; DOMINGUES, 2005; DÖPCKE, 2001; EURICO, 2018; HERINGER, 2001; MACHADO et al., 2016; MAIO; MONTEIRO, 2005).

Nesse encontro, no qual estiveram presidentes da República e outros representantes do poder, foram elencadas críticas pertinentes ao racismo, à xenofobia e à intolerância religiosa. O efeito Durban²¹, como é apontado por alguns artigos, proporcionou um pontapé para que certas ações afirmativas²² fossem pensadas como meios de acesso de determinadas populações

¹⁹ Inúmeros foram os cenários nos quais os negros foram submetidos desde a abolição da escravatura, em 1889, até a consolidação das Leis Trabalhistas, na era Vargas, em meados dos anos de 1940. Nesse período alguns países objetivavam refletir e se posicionar sobre as consequências das relações racializadas, reconhecendo os privilégios de uma raça frente a outra (MAIA; ZAMORA, 2018).

²⁰ Logo após a abolição, o negro foi preterido em relação aos imigrantes europeus, principalmente os italianos, para adentrar no mercado de trabalho moderno, em especial nas indústrias (HASENBALG, 2014; OLIVEIRA; PIMENTA, 2016).

²¹ Maio e Monteiro (2005) afirmam que a conferência produziu efeitos explícitos no Brasil. A adoção de políticas raciais culminou na mudança do cenário de relações baseadas na raça, visto que pôs em questão os privilégios da supremacia branca, as consequências da escravidão e o impacto na vida de negros e índios.

²² Segundo Lopes (2012), ações afirmativas são políticas públicas que tentam corrigir a desigualdade consequente de uma história secular de desvantagem de um determinado grupo étnico-racial frente a outro, que sempre deteve privilégios. Além disso, como medida dita política, proporciona que o Estado se responsabilize por corrigir práticas discriminatórias e injustas.

a âmbitos outrora ditos privilegiados. As cotas para inserção da população negra nas universidades públicas foram, por exemplo, consequências dessa pressão internacional para que o Brasil e outros países realizassem medidas que objetivassem diminuir ou anular a falta de acesso do negro e indígenas às universidades. Outra mudança de comportamento advinda dessa conferência na África do Sul foi a adoção de políticas que determinam que empresas, principalmente terceirizadas, reservem em seu quadro de funcionários uma porcentagem voltada para a população negra.

Essas políticas não afirmam necessariamente a igualdade de oportunidade no âmbito do trabalho e nem da educação, mas servem para tentar corrigir disparidades e, possivelmente, funcionarão a médio e a longo prazo, ocasionando mudanças no cenário brasileiro. Obviamente que essas implicações e mudanças se tornaram alvos de apoio e de repúdio. Alguns posicionamentos contrários se apoiam na perspectiva de que as cotas para negros em universidades aumentariam as tensões raciais; outros ainda creem no mito da democracia racial, que negros e brancos podem ter as mesmas oportunidades de acesso; há também aqueles que tentam legitimar a meritocracia como critério para acesso a universidades e concursos (PEREIRA; ARAÚJO, 2017).

2.3.2 VIOLÊNCIA

Racismo e violência são situações que andam de mãos dadas no cenário brasileiro²³. A violência direcionada a pessoas negras é fator estatístico no Brasil e alcança múltiplas manifestações, sejam elas simbólicas ou concretas – da ordem da segurança pública. Se, por um lado, a violência é camuflada como não oportunidade de acesso aos componentes de ordem básica, por outro, tem-se a violência evidente com a destruição da vida de pessoas não brancas. Tendo em vista que estatisticamente negros morrem mais por condições sociais, como homicídio e violência policial, do que brancos (DA SILVA, 1997; EURICO, 2018; VERGNE et al., 2015).

Segundo Vergne et al. (2015), os recentes estudos mostram o alto índice de assassinatos de negros no Brasil, principalmente nas regiões periféricas da cidade do Rio de

²³ Vergne et al. (2015) acreditam no genocídio da população negra como uma forma de violência complexa e ampla, mas que objetiva a eliminação dos corpos negros, de forma silenciosa ou manifesta.

Janeiro, onde há a histórica tentativa de vassalagem da população negra. Além disso, a cidade do Rio ainda carrega a tradição escravocrata – é evidente que a maior parcela da população negra carioca habita os territórios mais pobres e precários da cidade.

Destarte, uma matéria realizada pelo jornal *Folha de São Paulo* enfatizou que a violência no Brasil tem cor²⁴, afirmando, inclusive, que “Negro morre à bala, e branco, do coração”. Matéria essa que aponta as principais causas de morte dos residentes da cidade de São Paulo. De acordo com a reportagem, a principal *causa mortis* de brancos é o infarto agudo no miocárdio, enquanto que negros morrem em decorrência de tiros de arma de fogo. Em abril de 2018, o jornal apresentou dados que atestam que a mortalidade de negros e pardos é três vezes maior que a de brancos. Além disso, a matéria reafirma informações acerca das condições do negro no Brasil, indicando que homens, negros e jovens são os que mais morrem por violência e os que mais matam também. Quanto à violência policial, a *Folha* afirmou que as vítimas de policiais se resumem em sua maioria a homens, pardos ou negros, entre 18 e 29 anos de idade. Além disso, o jornal postulou algumas reflexões sobre a estatística, apontando que, por um lado, há pessoas que acreditam na legitimidade da letalidade da ação policial como estratégia de prevenção a um comportamento criminoso; por outro, há quem acredite que o que é posto em jogo nessa ação da polícia é o estigma que leva a matar quem aparenta ser bandido, mesmo que no momento da ação não se presencie crime ou ameaça aos policiais.

Com efeito, não é raro observar o tratamento diferenciado dado por policiais e por operadores do sistema penal e jurídico a pessoas de cor. Torna-se evidente que o tratamento conferido a brancos e a não brancos no Brasil aponta que o fator cor da pele e criminalização andam lado a lado (DOMINGUES, 2005).

Cabe, diante dos fatos, suscitar um debate baseado nos resquícios e consequências da formação do país, que é ausente de políticas públicas que assegurem direitos humanos essenciais a negros; além disso, é imperativo questionar a perpetuação de estereótipos e da discriminação do negro desde o período escravista. Não compete entender os fatos da violência

²⁴ A frase “Violência tem cor” foi citada por Vergner et al. (2015) e Santos et al. (2013) para afirmar que os negros sofrem mais com a violência no Brasil do que os brancos.

contra negros como um nexos causal, meramente ligado à ideia de que “o pobre é mais propenso ao crime por suas condições sociais”²⁵ (DA SILVA, 1997; VERGNER et al., 2015).

2.3.3 MÍDIA E REPRESENTATIVIDADE

Um dos espaços que a população negra não conseguiu acessar amplamente é a mídia e suas conseqüentes representações sociais; seja na literatura, quadrinhos, revistas, anúncios publicitários, novela ou filme, quando lembrados, os negros historicamente são postos em condição estereotipada. Em conseqüência, inquietações emergiram à medida que se foi percebendo que os meios de comunicação atuais, antes circunscritos aos jornais, influenciavam na imagem que se tem do negro. Apesar das mídias serem reflexos dos acontecimentos sociais, é possível perceber que as ferramentas de comunicação conseguem exercer um papel além, elas são capazes de construir e reafirmar identidades. Portanto, a reafirmação dos estereótipos atribuídos a negros ou os poucos papéis representados por pessoas negras na mídia conseguem ultrapassar os pilares midiáticos e corroborar com atitudes racistas (ACEVEDO; NOHARA, 2008; FERNANDES, 2016).

Apesar do crescimento da visibilidade dos negros na mídia brasileira, ainda se objetiva questionar algumas situações dentro desse contexto²⁶. É evidente perceber que os papéis determinados a pessoas negras ainda são associados aos estigmas e às imagens da ideologia racista. Os atores negros ainda representam papéis estereotipados, atuam como trabalhadores braçais, subalternos – motoristas ou empregadas domésticas –, favelados, pobres, criminosos, “barraqueiros” e exóticos (ACEVEDO; NOHARA, 2008).

Nos anúncios publicitários, por exemplo, até pouco tempo negros não serviam para representar produtos, quiçá os mais luxuosos. Quando apareciam em anúncios comerciais, desempenhavam papéis de figuração, ou seja, permeava a invisibilidade – por vezes, não atuavam como compradores, mas como vendedores. O que reafirma a concepção de que negros

²⁵ Vergner et al. (2015) discutem essa frase em referência a um *cartoon* publicado que objetivava explicar sobre a Justiça no Brasil. A personagem, um menino branco e loiro, chamado de Brilhante, explica sobre o tema e, quando outras personagens o indagam “Por que pobre vai para a cadeia?”, ele responde de maneira simplória sobre as questões sociais brasileiras: “A vida do pobre é mais tumultuada. Ele pega três ou quatro ônibus por dia, discute com o cobrador, tromba nas pessoas. O lugar onde o pobre vai geralmente é mais cheio de gente, e é mais fácil acontecer um crime ou uma briga”.

²⁶ Outra mudança de comportamento advinda dessa conferência na África do Sul foi o posicionamento do Ministério da Comunicação do Brasil, que determinou que suas campanhas publicitárias referentes à Presidência da República, Ministério, estados e outras autarquias tenham que respeitar a diversidade racial (MAIO; MONTEIRO, 2005).

não são os principais consumidores de produtos ou bens duráveis (ACEVEDO; NOHARA, 2008).

Em relação a outros produtos, como os comerciais de uma instituição de ensino superior e os anúncios de produtos de beleza e estética, raras vezes negros são representados como alvo da compra. Segundo Eurico (2018) e Vergne et al. (2015), a imposição da imagem do negro e a imposição dos padrões de beleza dos brancos europeus causaram as mais diversas consequências e ditadura dos corpos. Como exemplo dessa desqualificação do negro e de sua aparência tem-se uma correspondência enviada pelo escritor Monteiro Lobato para Godofredo Rangel, com descrição das suas impressões sobre a população negra no ano de 1964:

Estive uns dias no Rio... Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso no moral – e no físico, que feiúra! Num desfile, à tarde, pela horrível Rua Marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios, que perpassam todas as degenerescências, todas as formas e má-formas humanas – todas, menos a normal. Os negros da África, caçados a tiro e trazidos à força para a escravidão, vingaram-se do português de maneira mais terrível – amulando-o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios à tarde. E vão apinhados como sardinhas e há um desastre por dia, metade não tem braço ou não tem perna, ou falta-lhes um dedo, ou mostram uma terrível cicatriz na cara. “Que foi?”. “Desastre na Central.” Como consertar essa gente? Como sermos gente, no concerto dos povos? Que problemas terríveis o pobre negro da África nos criou aqui, na sua inconsciente vingança!

Segundo Oliveira (2011), os ditos populares, os ditos humorísticos e as músicas brasileiras também estão permeadas pelo preconceito de cor; para ilustrar, alude à famosa marchinha de carnaval *O teu cabelo não nega*, composta por Raul Valença e João Valença, na qual tem-se: “O teu cabelo não nega, mulata, porque és mulata na cor. Mas como a cor não pega, mulata. Mulata, eu quero teu amor”. Esse pequeno trecho demonstra a cor algo possivelmente contagioso, exceto neste caso, pois afirma que “a cor não pega” com o possível contato sexual do falante apaixonado pela sua mulata. Além disso, percebe-se que os males dessa mulata são concebidos apenas pelas características do seu cabelo e sua cor, mas não com outras características negativas que os mulatos apresentariam.

No que tange aos ditados, programas de humor e outras formas de expressão midiática com narrativas jocosas em que negros são adjetivados de maneira pejorativa e supostamente engraçada – vagabundo, animal, sujo, incompetente –, tem-se o que Moreira (2018) acredita ser uma forma de racismo recreativo, considerando que narrativas como essas divertem e entretêm os autores das piadas, mas tomam como objeto ridicularizável uma minoria social. Além disso, o racismo recreativo ou humor racista é permeado por circunstâncias

contraditórias, as quais impossibilitam enquadrá-lo como crime de racismo, tendo em vista que o humor é, geralmente, apontado como benigno, irreverente e sem intenção de ofensa, mesmo que as piadas racistas propaguem estereótipos negativos sobre o negro e positivos sobre os brancos.

Ferreira e Camargo (2011) discutem algumas frases ditas tanto por negros quanto por brancos que levam à rejeição dos negros a sua própria identidade, em virtude dos preconceitos relacionados a cor e a origem. A autoaversão fez com que negros muitas vezes quisessem se livrar dos estigmas da pobreza e de empregos subalternos, assim como se distanciar daquilo que lhe era próprio: cor negra, nariz achatado e cabelo crespo. Os autores tomam o discurso de uma professora, Lígia, de 34 anos, como exemplo para explicar a autorrejeição do negro diante de sua identidade:

Eu não sabia meu lugar, mas sabia que negro eu não era. Negro era sujo, eu era limpa; negro era burro, eu era inteligente; era morar na favela, e eu não morava, e, sobretudo, negro tinha lábios e nariz grossos e eu não tinha. Eu era mulata, ainda tinha esperança de me salvar.

Denominar-se de mulata talvez aponte para uma tentativa de embranquecimento, de se distanciar dos estereótipos do negro. Apesar do termo “mulata” carregar os mais diversos preconceitos, ainda é comparado a ser negro, uma possibilidade de salvação diante dos males da raça. Ser branco é ter características positivas, enquanto que ser negro, não. Como exemplo, quando perguntado em uma escola do primário a uma criança branca “Por que vocês acham que o negro tem essa cor?”, ela prontamente responde: “Porque elas [as crianças negras] são feitas de porcaria!” (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

Segundo Vergner et al. (2015), essas situações de autorrejeição são consequências do outro traço de agressão, que é o estabelecimento do modo como o negro pode lidar com seu próprio corpo e com sua identidade, pois a aceitação de si, do corpo e de sua cultura tem uma relação *vis-à-vis* com o imaginário social e com a fantasia do sujeito em relação a si mesmo. O negro adota modelos que são incompatíveis com os seus e, de certo ponto, tem a necessidade do embranquecimento²⁷.

²⁷ Um estudo em relação ao racismo, à idolatria pela cor de pele branca e autoestima negra, que tomou proporção mundial, foi a experiência realizada pelos psicólogos Kenneth Clarke e Mamie Clark, por volta dos anos de 1950, denominado de *The Clark Doll Experiment ou Doll Test*. Foi um experimento científico, no qual eram apresentadas a crianças negras duas bonecas iguais, porém de cores diferentes, uma branca e outra negra. As crianças deveriam responder a perguntas como: “Qual a boneca mais bonita?”, “Qual boneca é boa e qual é a má?” e “Com qual boneca você gostaria de brincar?”. Os resultados dos experimentos mostraram que a maioria das crianças negras preferia brincar com bonecas brancas, bem como apontava essas como boas e bonitas, em contraponto às bonecas

2.3.4 O CRIME DE RACISMO

Decerto que mudanças significativas ocorreram no cenário social desde a abolição da escravatura, como a criação de leis para coibir atitudes racistas, como a Lei Afonso Arinos, de 1950. Porém, sua sanção foi veementemente criticada por não vigorar como se descrevia na legislação. As contraposições levaram a mudanças, que ocorreram a partir da nova Constituição de 1988. Decidiu-se que aqueles que praticarem preconceito ou discriminação em virtude da cor da pele, origem, religião e etnia seriam acusados de um crime, agora inafiançável, imprescritível e sujeito a reclusão. Essas mudanças levaram a modificação do nome da lei, que se tornou Lei Caó, de 1989.

Segundo Neris et al. (2016), as narrativas que são levadas à Justiça podem se resumir aos exemplos: “negro ladrão”, “negro vagabundo”, “negro safado”, “negro fedido”, “negro porco e sujo”; ou àquelas voltadas prioritariamente a mulheres negras, adjetivando-as de “piranha”, “cadela”, “biscate”, “nega do cabelo duro”, “nega do cabelo encaracolado”, “negra macumbeira”.

Assim como frases que se mesclam a algum imaginário social, como ditos populares: “Como diz o ditado, polícia, preto, puta e pobre é tudo uma merda! ”; “Negro deveria morrer, matando um por dia é pouco, negros não prestam”; “O que falta na seleção é um loirinho. A seleção está parecendo um time da África”; “Tu não sabe que negro não trabalha em cemitério evangélico?”. Ainda, há aquelas que pedem a volta da escravidão dos negros: “Lugar de negro é na senzala!”; “Negro é negro e tem que ser escravo de branco!”. Também frases ditas por donos de comércios, como: “Se esse pessoal trabalhar, o salão ficará muito escuro”; “Aqui não entra preto. Preto é sujo. Dinheiro de preto é sujo e não vale nada porque fede” (MACHADO et al., 2016).

É interessante tornar evidente que nenhuma dessas narrativas foi classificada como crime de racismo, corroborando com a ideia de que há dificuldade de reconhecer o delito, mesmo que as narrativas dessa natureza sejam numerosas e evidentes no âmbito judiciário. Foi apontado que essas frases não embasavam provas consistentes e não apresentavam a intenção dolosa, nem uma narrativa objetivamente racista ou com teor de discriminação racial/étnica. O

negras. Os psicólogos concluíram que esse resultado tinha relação com a segregação racial, os estigmas dados aos negros e a consequente baixa autoestima das crianças negras. Esse experimento vem sendo reatualizado por vários cientistas em diversos países e os resultados têm se mostrado semelhantes.

poder responsável entendeu que eram “calor da discussão” e “brigas entre vizinhos”; “excesso de linguagem”; “mal-entendidos”; “apenas uma brincadeira”; “piadas de mau gosto” ou insultos – que são enquadrados como injúrias simples ou raciais e têm penas mais amenas, se comparadas à acusação de racismo (BECKER; OLIVEIRA, 2013; DOS SANTOS, 2015; MACHADO et al., 2016).

É necessário apontar que para se enquadrar no crime de racismo o operador do direito precisa interpretar o contexto da narrativa e apontar que havia, pelo acusado, a intenção de atingir um grupo de pessoas ou toda uma classe étnica ou racial. Enquanto que enquadrar como injúria racial ou como injúria simples resume-se a compreender que houve a intenção de ofender apenas uma pessoa, ou seja, qualifica-se o caso como um atentado à honra subjetiva e não à integridade social (DOS SANTOS, 2015; MACHADO et al., 2016).

Como já citado, a multidimensionalidade do racismo brasileiro ocasiona consequências diversas, como a negação de que aqui há racismo. Não obstante, a própria aplicação da lei é permeada de questionamentos que levam a dificuldade para sua aplicação. Os quesitos que envolvem a não aplicabilidade da lei antirracista são: o possível descaso frente a acusações de racismo menos explícito; a ambiguidade da legislação, que, ao mesmo tempo em que existe, não atua de forma enérgica; e os resultados das interpretações dos casos, que são taxados apenas como injúria racial, injúria simples, difamação ou incitação ao preconceito (OLIVEIRA, 2011; MACHADO et al., 2016).

Becker e Oliveira (2013) apontam casos relevantes de racismo que foram levados ao judiciário, como o do réu Waldemar Moreno Rodrigues, no estado de São Paulo, que foi acusado de crime de racismo por, na companhia de um grupo de homens, proferir aos gritos, diante da casa de sua filha, “Esse neguinho não namora minha filha!”. Outro caso enquadrado como racismo, no mesmo estado, foi a ação de um grupo de pessoas que espalhou cartazes nas ruas da capital com os dizeres: “Hoje eles roubam nossas vagas nas universidades públicas. Se você não agir agora, quem garante que eles não roubarão vagas no concurso público?”. Esses mesmos cartazes faziam menção a um site de teor racista, ao governo Hitler e à suástica nazista.

Entende-se que os mal-entendidos, as discussões acaloradas e os excessos de linguagem conseguem encobrir uma narrativa nitidamente racista que diariamente promove a legitimação da discriminação e da inferioridade dos negros no Brasil. É evidente que os atos de racismos

são naturalizados e as relações que aqui se estabelecem são hierarquizadas, mas, ao mesmo tempo, invisíveis (MACHADO et al., 2016; OLIVEIRA, 2011).

O modo de tratamento que esse tipo de denúncia recebe do judiciário é um retrato da dinâmica que o brasileiro estabelece com os assuntos raciais. A relação conturbada e negada com o racismo proporciona os mais diversos empecilhos para a operacionalização da lei. Como as narrativas racistas encontrariam eco no âmbito jurídico, tendo em vista que aqui as pessoas acreditam que vivem em uma sociedade democrática, multicultural e plurirracial? Considera-se que, certamente, a maneira como o racismo opera no Brasil atesta que há verdadeiramente um processo de exclusão social, baseado no preconceito e discriminação em virtude de características raciais e étnicas. O que ocorre é um cenário de opressão velada, e ao mesmo tempo cruel, desde a abolição da escravatura. O racismo brasileiro se caracteriza por ser um emaranhado de atitudes agressivas, humilhantes e segregacionistas, mas também disfarçadas e sutis.

3 “PIADAS DE PRETO”

Este capítulo destina-se a exemplificar as piadas que tomam o negro como objeto de chacota. Porém, torna-se necessário apontar as dificuldades encontradas durante a busca pelo material empírico: há certo esforço no que tange a encontrar piadas, no contexto científico bibliográfico, que apontem eminentemente a violência a negros. Sobretudo, aquelas que possam se referir ao contexto próprio do racismo brasileiro – entretanto, não raro são encontradas piadas que apontam para o cenário sul-africano e estadunidense. Essas adversidades se contrapõem com o que se ouve quotidianamente dos sujeitos, em nível do discurso informal.

Decerto, esses contrapontos podem ser consequências da problemática que envolve o denominado “politicamente correto”, fenômeno decorrente de diversas lutas políticas travadas por grupos identitários que colocam em questionamento a linguagem estereotipada e as práticas corriqueiras que produzem efeitos deletérios nos sujeitos, pois perpetuam a discriminação e o preconceito, atingindo determinados grupos sociais, em especial minorias – negros, população LGBTQI+, mulheres etc.

A exigência do politicamente correto é que práticas que outrora se utilizavam de discursos naturalizados e, de certa forma, preconceituosos se enquadrem em uma condição

“correta”, a fim de evitar a propagação de diversas formas de discriminação como o machismo, o racismo, o sexismo, a homofobia etc. Sabe-se que essas condições têm proporcionado diversas mudanças no cenário da piada, assim como outras expressões linguísticas correlatas. Narrativas que outrora proporcionavam a perpetuação de estereótipos, hoje, acabam sendo aviltadas, de certa forma.

Tendo em vista isso, torna-se necessário afirmar que os dados apresentados aqui foram encontrados em obras literárias antigas e, num certo ponto, de difícil acesso. Há um objetivo científico que mantém esse tipo de narrativa em evidência. As piadas e outros ditos humorísticos são usados como material empírico para a construção de saber sobre as formas de linguagem que influenciaram os sujeitos, de modo massificador, em um determinado período histórico.

Os exemplos abaixo foram retirados de livros sobre o humor brasileiro, que denominam as narrativas como “humor negro”, “humor politicamente incorreto”, “piadas de preto”, “piadas de afrodescendentes”, como em *Mais mil piadas do Brasil* (1999), de Laert Sarrumor; *A alegre história do humor no Brasil*, publicado em 1979, de Jota Rui; *As mil piadas de salão* (1993), de Alan Viggiano; *As melhores piadas do planeta... e da casseta também!* (1997), do grupo Casseta e Planeta; e *Você conhece aquela? A piada, o riso e o racismo à brasileira* (2012), de Dagoberto Fonseca. Na tentativa de ampliar os dados empíricos, outras piadas foram retiradas da internet ou ouvidas pela autora, contribuindo assim para a formação do material apresentado.

Apesar de perceber que as narrativas tendem, resumidamente, a adjetivar pejorativamente negros como sujos ou fedidos, marginais ou criminosos, odiados ou inúteis, inferiores a outras raças, erros da criação e animais, as piadas podem ser enquadradas em duas categorias: agressão ou denúncia. Tendo em vista que, ao que parece, as narrativas ora são exemplos de violência, ora podem ser entendidas como uma possibilidade de notificação do racismo, apontando as opressões sofridas pelos negros. Para tornar legítima tal condição, serão feitas algumas reflexões sobre os discursos mascarados de humor, a fim de tornar evidentes para o leitor tais considerações sociais sobre a “piada de preto”.

Decerto esta tentativa de categorização é atravessada pelas variáveis da interpretação da narrativa, diante da perspectiva daquilo que é contado, a quem se conta e quem recebe o relato humorístico. Por isso, a divisão que se toma aqui (agressão ou denúncia) está interligada às considerações dos autores deste texto, que as interpretaram. Além disso, a piada e a sua

possibilidade de narrativa discursiva não se restringem apenas a um eixo de análise, tendo em vista que há piadas que ao mesmo tempo apresentam a possibilidade de delação e também servem como ofensa e agressão.

De outra forma, sabe-se que o humor é um terreno fértil para as repetições dos discursos simbólicos, mas efetivos, nos quais o negro é alocado na sociedade. As adjetivações de negros nas piadas estão atreladas significativamente às condições políticas, sociais e históricas refletidas nesta dissertação. O humor apresenta elo com as especificações da vida do negro e as nuances do racismo brasileiro.

3.1 A PIADA COMO AGRESSÃO E VIOLÊNCIA A NEGROS

Um negão estava andando com o seu BMW novinho pelas ruas da cidade, quando, de repente, um pneu furou. O negão parou o carro para trocar o pneu. Quando estava tirando o pneu furado, passou outro negão pela rua que, ao ver o carro, parou do lado do mesmo e deu uma bela porrada no vidro, reduzindo-o aos cacos. O dono do carro ficou furioso:

- Que isso? Olha o que você fez, seu filha da puta! Vou te dar uma porrada!

O outro negão responde:

- Calma! Pode roubar o seu pneu sossegado, eu só vou levar o toca-fitas.

(PRETRO VEIO, 2011)

Negro rouba, branco acha.

(RUI, 1979)

- Você sabe por que preto gosta de tocar cavaquinho?

- Não, por quê?

- Porque não dá para tocar violão algemado.

A ideia de que negros são vagabundos ou ladrões está naturalizada no imaginário social brasileiro. Porém, essa discussão precisa de algumas considerações: sabe-se que ainda hoje, no Brasil, o negro ocupa os mais altos índices de analfabetismo e desemprego. Evidente que essas condições não raras ocasionam falta de oportunidades e acesso a bens comuns.

Ademais, apontar que todo negro é ladrão ou vagabundo é reafirmar os estereótipos e a marginalidade a ele associados, ao mesmo tempo serve para enquadrar equivocadamente todos os negros em uma mesma condição. Não obstante, esse tipo de narrativa desconsidera a possibilidade de reflexão sobre os efeitos da escravidão e a pseudoliberalidade que sobreveio à abolição da escravatura.

Além disso, piadas como essas não apenas reproduzem, também ratificam a situação marginalizada do negro, pois impedem o acesso ao trabalho ou a uma possibilidade de construção de direitos. Então, uma pessoa negra somente poderá ter acesso a um carro de luxo, tipo o *BMW*, caso esteja roubando o veículo.

Esse tipo de piada reproduz o dito popular “Preto, quando está dirigindo um carro, ou é chofer ou o carro é roubado”. A cor negra, no Brasil, é sinônimo de criminalidade, mais especificamente de roubo. Toda essa perpetuação simbólica de estereótipos pode redundar em práticas de opressão e tensão no cotidiano, de modo que seu alvo precisa quotidianamente reafirmar sua inocência.

Quando preto não caga na entrada, caga na saída, e quando não caga na entrada nem na saída deixa um bilhetezinho dizendo: “Cago depois”.

(FONSECA, 2012)

Perguntam para Akito:

- Você se considera racista, japonês?
- Non, de jeito nenhum. Para mim, todo mundo igual!
- Tem certeza? Olha...
- Bom, pra falar a verdade, Akito non vai muito com a cara de aremão, né?
- Por quê?
- Ah, porque prometeram acabar com judeus e fizeram serviço de preto, né?

(FONSECA, 2012).

Negro que come com branco, branco come e negro paga.

(RUI, 1979)

A afirmativa de que negros são inferiores aos brancos passa por diversas condições de menosprezo ao negro, dentre elas a ideia de que pessoas negras são incapazes de realizar trabalhos com excelência. A piada do japonês reafirma dois tipos de discriminação, tendo em vista que faz alusão ao nazismo, na Alemanha, e à violenta morte de milhões de judeus, justificada pela inferioridade da raça judaica. Ao mesmo tempo, compara o serviço (mal feito, segundo o japonês) com a precariedade do serviço realizado por negros. De outra parte, é comum piadas que já se tornaram verdadeiros ditos populares compararem os afazeres dos negros a fezes, algo inferior, sujo, que não presta; ou seja, quando se afirma que “negro quando não caga na entrada, caga na saída”, refere-se ao negro como imprestável e incompetente para realizar qualquer serviço sem fazer “merda”, ou seja, sem falhar.

- Sabe por que preto fede? Para que os cegos também possam odiá-los.

Branco cheira, negro fede.

(RUI, 1979)

Bahia, minha Bahia,
Terra de todos os Santos,
Pretos por todos os lados,
Merda por todos os cantos.

(RUI, 1979)

O negro é bicho de pé,
É peste, é sujo, é morrinha.
De dia, ronca na peia,
De noite furta galinha.

(RUI, 1979)

Preto não vai pro céu
 Nem que seja rezador,
 Quem tem o cabelo duro
 Espeta nosso senhor.
 (RUI, 1979)

Branco, o Santo que o pegue. Negro, o diabo que o carregue.
 (RUI, 1979)

Toda vez que morre um branco,
 Nosso Senhor que levou,
 Toda vez que morre um negro,
 Foi a cachaça que matou.
 (RUI, 1979)

- Quando um negro come galinha?
 - Quando encontra um despacho.
 (FONSECA, 2012)

A família de crioulos fica sabendo de um rio que faz que qualquer pessoa que o atravesse a nado fique branca na hora. Viajam dias até chegar ao tal rio. O primeiro que se aventura é o pai. Mergulha de cabeça, sai nadando e, ao chegar à outra margem, pum! Transforma-se num branco. De lá, grita para a mulher:

- Vem, Dolores! Não há perigo!

Ela mergulha, nada e, ao chegar do outro lado, zupt! Transforma-se numa branca.

- Agora só falta o Ditinho. Vem, Ditinho, vem!

O filho do casal mergulha de cabeça e começa a nadar, mas ao chegar ao meio do rio, a correnteza o pega de jeito e ele grita por socorro. O pai faz menção de pular na água para salvar o garoto, mas a mulher o detém:

- Deixa, bem. É preto mesmo...

(FONSECA, 2012).

O discurso de que negro é inferior a branco, que o aponta como erro da criação divina ou até mesmo obra do diabo, é consequência de algumas nuances históricas sobre as tentativas

de compreender a criação divina do mundo e as diferentes origens das raças. Por volta do início do século XVIII, a Igreja europeia, detentora do poder hegemônico, disseminou a concepção de que Deus teria criado as espécies, dentre elas o homem. Porém, acreditava-se que Deus havia criado espécies humanas evolutivamente diferentes. Enquanto os homens brancos compunham a superioridade das espécies, estando mais próximos aos anjos e à semelhança divina, os negros eram vistos como um caminho da evolução, atrasados em relação à raça ariana, e mais próximos à inferioridade, seja semelhante ao macaco ou ao diabo – entidade compreendida na Igreja como o contrário de Deus.

Segundo Fonseca (2012), essa separação entre negros e brancos demonstra uma visão maniqueísta da criação do homem. Um lado é composto por Deus e sua benevolência, pela superioridade divina e pelo homem branco e a perfeição das espécies. No outro lado tem-se o diabo, o mal, os primatas e o negro. Essa visão maniqueísta justificou, aponta o autor, diversas práticas racistas, como a comparação dos negros com um erro da criação, ou associando o corpo negro à representação da entidade diabólica.

Ao negro só falta o rabo para ser macaco.
(RUI, 1979)

Negro faz feitiçaria,
Tem parte com Belzebu,
Não foi à toa que Deus
Fez negro cor de urubu.
(RUI, 1979)

Negro de branco, mosca no leite.
(RUI, 1979)

A ponte dos Afogados
Foi feita com geringonça.
Bacalhau é de comer de negro
E negro é de comer de onça.
(RUI, 1979)

O negro rico tira férias e vai passear com a família na China. Caminhando pelos campos do populoso país, ele avista um chinês sentado à beira de um lago. Chama atenção o fato do chinês atirar três pedrinhas na água, ficar alguns segundos parado como que escutando alguma coisa e, logo em seguida fazer umas anotações num bloquinho de papel, com aquelas letras indecifráveis deles. O negão pergunta ao oriental o que significa aquilo. Ele explica:

- Chinês vai ser papai e está escolhendo nome para filho, né? Aqui a gente escolhe nome assim: atira três pedras no lado, ouve o barulho que elas fazem ao cair na água e fica sabendo nome do filho, né? Por exemplo, pedra no lago faz “Mao-Tse-Tsung”, “Deng-Chiao-Ping...”

A esposa do crioulo também está esperando bebê e ele resolve atirar pedrinhas na água. As pedrinhas no lago fazem: “Chi-Pan-Zé...”

(SARRUMOR, 1999)

Um crioulo entra no mesmo ônibus em que viajava uma senhora com um macaquinho no colo. O negão, então, pergunta pro motorista:

- Ué, já tá podendo levar macaco no ônibus?

- Poder não pode! – responde o motorista. – Mas fica aí na moita que eu finjo que não te vi...

(SARRUMOR, 1999)

Cansado desse tipo de acontecimento, esse negrinho quando cresce vem para o Brasil. Homem feito, um belo dia ele caminha pela rua com seu papagaio de estimação acomodado em seu ombro. Passa uma senhora e se encanta:

- Que gracinha! De onde vem o bichinho?

Responde o papagaio:

- Da África.

(SARRUMOR, 1999)

O objetivo dessas piadas é apontar o negro como inferior e semelhante a animais, a exemplo de urubus e macacos.

Sabe-se que um dos efeitos da teoria darwinista sobre a evolução humana é a crença equívoca de que negros estão em uma escala inferior de desenvolvimento, mais próximos aos macacos – os ditos ancestrais mais próximos do homo sapiens

Um dos efeitos da teoria darwinista sobre a evolução humana é a crença equívoca de que negros estão em uma escala inferior de desenvolvimento, mais próximos aos macacos – ditos ancestrais mais contíguos ao *homo sapiens*. Uma ideia equivocada, porém, veementemente difundida e de certa forma acreditada até hoje. Entretanto, no topo da escala da evolução das raças estariam os brancos, que se tornaram por um extenso período a prova de uma raça pura, distante das condições animalizadas dos primatas.

Mesmo com o desmonte da teoria de Darwin, a associação do negro com os primatas permanece. Exemplo disso são as demonstrações de racismo presentes no âmbito futebolístico brasileiro, tendo em vista que são comuns os casos de discriminação contra jogadores negros. Da arquibancada são lançadas bananas, gritos como “seu macaco!” ou sons semelhantes aos que os macacos emitem.

Um caso emblemático foi o episódio de racismo sofrido pelo jogador brasileiro Daniel Alves – na época, em 2014, Daniel atuava como titular do Barcelona. Pessoas na arquibancada do time adversário jogaram bananas ao jogador em referência aos macacos. O jogador comeu a banana, em forma de protesto a essa e a outras manifestações de racismo que comumente acontecem no futebol contra jogadores negros.

Diante de diversas manifestações e denúncias de racismo nos estádios de futebol, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) determinou, em julho do presente ano, um novo código disciplinar que permite que árbitros encerrem as disputas de futebol e determinem derrota à equipe infratora, caso entendam alguma atitude como racista ou discriminatória. A federação futebolística também determinou outras atitudes contra casos de racismo e demais formas de preconceito, como suspensão de dez jogos aos jogadores que cometerem ato de discriminação, e punição administrativa ao clube.

Em 1945, a França comemorava a libertação e a expulsão dos nazistas de Paris. Eu era apenas um jovem estudante e saí para comemorar a data nas boates de Pigalles. Uma delas me chamou muita atenção. Anunciava o show do Grande Gungala, um percussionista africano. O show do Gungala era impressionante, mas o grande momento ele guardava pro final... Primeiro ele colocava uma amêndoa sobre o atabaque... E depois, com um golpe certo de seu pênis avantajado, partia a amêndoa em duas partes iguais!

Aquele indescritível espetáculo ficaria para sempre gravado em minhas retinas cansadas.

Quarenta anos depois, eu voltei à Paris. Era agora um executivo em viagem de negócios e, por acaso, passei naquela mesma rua. Lá estava no cartaz. Perguntei pro porteiro:

- Por favor, esse Gungala é o mesmo que fazia show aqui na época da guerra?

- É o mesmo show, meu amigo. Esse é o grande Gungala.

Tive que entrar pra ver. Gungala já estava velho, mas, o mais impressionante, era que agora ele quebrava um coco com o pênis!

Depois do show, não resisti e fui ao camarim...

- Seu Gungala, eu sou seu fã! Vi seu show em 1945. Naquele tempo, o senhor quebrava uma amêndoa!

Gungala começou a chorar.

- O que foi, seu Gungala? Aconteceu alguma coisa?

- Pois é, que decadência! Hoje em dia não consigo mais enxergar a amêndoa.

(CASSETA e PLANETA, 1997)

O cara queria casar com uma mulher, mas fazia questão que ela fosse virgem. Ele então pensou: “Como vou saber se uma mulher é virgem? Ah, já sei! Se ela for virgem mesmo, ela não tem a menor ideia do que é uma piroca!”

Então, com toda mulher que namorava, ele fazia o teste, mostrando o pau. Se a mulher reconhecesse, ele já dispensava. Passou anos procurando uma mulher e todas já tinham visto a coisa. Até que um dia conheceu uma moça muito casta e pura. Quando mostrou a peia pra moça ela ficou espantada. A cara dela era realmente de quem não tinha a menor ideia do que era aquilo.

Felicíssimo, ele casou com a moça. Na lua-de-mel ele ficou nu e, curioso, perguntou:

- Você não sabe mesmo o que é isso?

- Não.

- Não sabe nem o nome disso?

- Não.

- O nome disso é piroca!!!

- Piroca! Nossa, eu pensava que piroca era maior e preta.

(CASSETA e PLANETA, 1997)

Era o grande dia. Mariazinha ia apresentar Tião, o futuro marido, à família. O pai recebe o noivo e percebe que ele é um pouco negro, para não dizer um tição. Mas como? Um negro na família... Então, para dificultar o casamento, ele resolve impor uma série de exigências:

- Bem, você sabe, Tião... Nós sempre demos do bom e do melhor para a Mariazinha. Então, pra casar, você deve comprar uma grande casa com vista para o mar.

- Quando Tião ama, Tião compra.

O pai resolveu, então, dificultar um pouco mais.

- Também deve ter bastante cultura. Você sabe falar chinês mandarim?

- Quanto Tião ama, Tião aprende.

Então o pai apelou:

- Ô droga! Então, tem que ter um pau de quarenta centímetros.

- Quanto Tião ama, Tião corta.

(PIADISTAS DE PLANTÃO)

As condições sobre a sexualidade dos negros giram em torno de duas fantasias: sobre o comprimento do pênis e sobre a potência sexual dos homens e mulheres. Todas essas condições levam à perpetuação de determinados estereótipos sobre a sexualidade, gerando prejuízo na vida da população negra.

Em relação ao tamanho do pênis, Fonseca (2012) alude sobre um dado importante na época colonial: no período do tráfico negreiro, um dos critérios que encareciam os escravos era o tamanho do pênis, tendo em vista que se equacionava, fantasiosamente, que quanto maior o pênis, maior seria a capacidade de trabalhar em atividades que exigissem força bruta, e maior também a capacidade procriadora²⁸.

Gilberto Freyre, em *Casa-Grande e Senzala* (1933), discorreu sobre o imaginário em torno da sexualidade dos negros. O autor afirmou que tanto homens quanto mulheres eram tidos como portadores de características animalizadas, ou seja, eram vistos como animais ferozes, destituídos de amor e sensibilidade, e qualquer sentido de inteligência ou afeto que pudesse barrar seus impulsos sexuais.

²⁸ Os filhos dos escravos eram uma fonte rentável para os senhores de engenho, tendo em vista que os filhos dos seus escravos se tornavam obrigatoriamente seus servos, diminuindo a necessidade de compra de outro negro. Além disso, após o fim do tráfico negreiro, a reprodução forçada foi uma das vias de manutenção do trabalho escravo, pois os descendentes de escravos eram obrigados a se tornar subservientes aos donos da casa-grande.

Porém, Freyre tentou desmistificar essas concepções, apontando que essas fantasias acerca da sexualidade dos negros durante o período colonial levaram a abusos realizados por homens brancos, em virtude dos seus caprichos e dos seus fetiches sexuais.

3.1.1 A internet e o meme

Com o advento da internet, as narrativas tomaram outra proporção de alcance. Ademais, as piadas agora são subprodutos de novos formatos de discurso cômico, como os memes, que por sua vez são efeitos de mudanças contemporâneas, como a assunção da internet como principal meio de comunicação e o advento das redes sociais, pelas quais são possíveis inúmeros compartilhamentos de uma mesma informação (CARDOSO JÚNIOR et al., 2019).

É evidente que o foco deste trabalho não é dar conta da produção cibernética, tampouco considerar as mudanças midiáticas ou o surgimento de formas contemporâneas do humor; mas os *memes* se apresentam hoje como uma possibilidade de compreender o *modus operandi* da linguagem humorística hodierna. Assim como outras piadas, o *meme* carrega uma mensagem implícita no discurso e pode servir como perpetuação de estereótipos, preconceitos e discriminação; também pode objetivar contrapor, criticar e satirizar (CARDOSO JÚNIOR, 2019).

Abaixo são apresentados exemplos das novas formas de expressão humorística que reproduzem o racismo, os “*memes de preto*”:

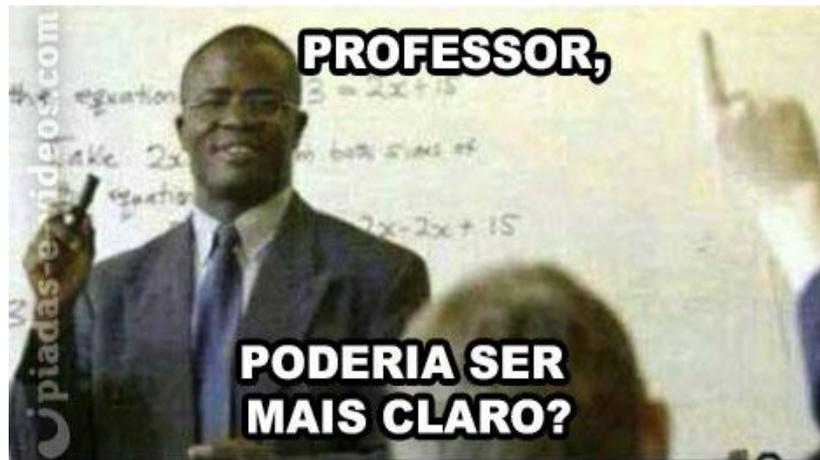
Figura 1. Hino de Gana -



Fonte: Memedroid, 2019.

Esse *meme* é efeito da junção da imagem do jogador ganense cantando o hino nacional do seu país – assim como é realizado no início das partidas das seleções de futebol. Porém, a letra do hino nacional de Gana foi trocada pela frase “carai que fome (100x)”, em alusão à possível condição precária de alimentação no país, assim como outros países do continente africano assolados pela miséria²⁹. Esse tipo de humor representa a ideia generalizada e grotesca de que todos os africanos são caracterizados pela pobreza.

Figura 2. Professor negro



Fonte: Piadas e vídeos.

Esse meme demonstra um jogo de palavras e demanda a interpretação por trás do pedido do aluno branco. Ao levantar a mão, como se fosse fazer um questionamento ou tirar alguma dúvida com o professor negro, o aluno questiona “poderia ser mais claro?”. Aqui, há um jogo chistoso com a linguagem que pode levar ao entendimento de que a clareza que o aluno pede se relaciona com a cor da pele do professor e não com o assunto que estaria sendo explicitado em sala de aula.

²⁹ Gana é um dos países africanos considerados financeiramente estáveis e com diminuição da miséria e da fome.

Figura 3. Dica do Mario Ayala



Fonte: Memedroid, 2019.

Figura 4. Dica do Jorge Cavalier



Fonte: Memedroid, 2019.

Essas duas produções do *meme* fazem referência aos personagens Jorge e Mário da telenovela *Carrossel* (SBT), que no contexto da história interpretam papéis racistas. A escolha dos personagens do *meme* se justifica pela fama do programa, que carrega críticas por propagar narrativas estereotipadas. Não raro, algumas figuras da telenovela fazem declarações e ofensas discriminatórias, em especial a personagem principal, Maria Joaquina, menina loira, branca e preconceituosa, que rechaça o outro protagonista, Cirilo, negro e pobre, que nutre uma paixão não correspondida por Maria.

Figura 5. Preto Raiz X Preto Nutella



Fonte: Veja, 2017.

Um *meme* que compara, com evidente crueldade, o comportamento dos negros no período da escravidão com as condições de vida da população negra atualmente. No topo da imagem há uma chamada que diz “vamos falar de cotidiano, história e filosofia”, logo abaixo, tem-se: de um lado, um negro escravo acorrentado, do outro, uma mulher negra³⁰, com contraponto “preto raiz” x “preto nutella”.

A primeira imagem mostra um negro acorrentado, possuidor das seguintes características: subserviente aos senhores de engenho, preso por correntes a fim de evitar fugas,

³⁰ A mulher retratada na imagem, na verdade, não é negra. Raquel Dolezal é uma famosa ativista que foi “desmascarada” pela própria família por “querer ser negra”. Questiona-se sobre a intencionalidade do autor do meme racista, se sabia ou não de quem se tratava na imagem. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/06/1641584-ativista-de-direitos-civis-finge-ser-negra-dizem-pais-biologicos.shtml>

e analfabeto. Do outro lado, uma mulher negra caracterizada por usar turbante, utilizar cotas raciais para acessar a universidade pública, questionar as autoridades (diferentemente do negro escravo), e também caracterizada por ascender social e financeiramente, adquirindo a possibilidade de andar de avião, como qualquer outro sujeito de classe média brasileira. Esse tipo de *meme* afirma que a versão *nutella* (em alusão à marca de creme de avelã) é a evidência da “frescura”, como se as boas características fossem as da primeira imagem – a versão raiz.

3.2 “PIADA DE BRANCO”

No período colonial não eram incomuns alguns cânticos ou frases jocosas que serviam como revide dos negros contra as mazelas e os preconceitos que viviam. Os homens negros contra-atacavam os ditos populares com outras sátiras que apontavam os abusos sofridos e as práticas cruéis dos brancos, quer sejam os portugueses ou os senhores de engenho.

As narrativas jocosas que os negros faziam demonstravam certo orgulho frente a sua raça e resistência frente às violências e injustiças sofridas. Esses cânticos apontam para a antiga sabedoria negra e acenam a uma possibilidade de defesa contra os brancos. Em um movimento de resistência, os negros fundaram seus próprios jornais, como *O homem de cor*, *O creoulo e O Mulato*. Nos anúncios, divulgavam cantigas e denúncias de práticas racistas. Foram essas primeiras movimentações clandestinas e precárias, ocorridas ainda no período escravista, que possibilitaram o surgimento de diversos movimentos e lutas (FONSECA, 2012; RUI, 1979).

Cabelo preto anelado
 É bonito de se ver.
 Todos querem ter cachinhos,
 Mulato ninguém quer ser.
 (RUI, 1979)

Se negro fosse um diabo
 De encher o branco de espanto,
 Então o S. Benedito
 Nunca podia ser santo.
 (RUI, 1979)

Muito branco por aí,
 Vendo preto, faz careta,
 Mas vai ver que em pequenino
 Só mamou em vaca preta.
 (RUI, 1979)

O preto furta galinha,
 Furta saco de feijão.
 Senhor branco quanto furta,
 Furta prata e patacão.
 (FONSECA, 2012)

A mulata é feiticeira,
 Outra como ela não há.
 O amor da mulatinha
 A branca não sabe dar.
 (RUI, 1979)

Branco diz que preto furta,
 Preto furta com razão:
 Sinhô branco também furta
 Quando faz a escravidão.
 (FONSECA, 2012)

Segundo Fonseca (2012), as piadas sugerem que, se os negros roubavam alimentos ou objetos para sobrevivência, era por necessidade. Em contraposição aos brancos, que, quando roubavam dinheiro ou a liberdade do negro, faziam por crueldade. Além disso, pela interpretação das piadas, pode-se perceber que os negros denunciavam que os brancos não davam a eles o devido reconhecimento, tendo em vista que eram os negros que trabalhavam, mantinham a casa-grande e cuidavam dos filhos dos brancos. Como na música de Gilberto Gil, *A mão da limpeza*, na qual o músico denuncia a injustiça dos estereótipos dos negros, apontados como incompetentes e sujos, de acordo com o seguinte verso: “Na verdade, a mão escrava passava a vida limpando o que o branco sujava”. Por meio da música e da irreverência, Gil

continuou a descrever o orgulho do negro diante da sua origem, como na música *Ilê Ayê*: “Branco, se tu soubesse o valor que o preto tem, tu tomava banho de pinche, branco e, ficava preto também. ”

As piadas e as narrativas humorísticas acima assumem um efeito de luta diante da marginalização e da escravidão dos negros, além de certa recusa em atender as exigências do poder hegemônico. Ademais, os provérbios tentavam desmontar aquilo que era perpetuado nas piadas sobre negros – ladrões, incompetentes, erros da criação.

3.3 A PIADA COMO DENÚNCIA

A presente categoria de piadas apresenta alguns exemplos que podem ser entendidos como denúncia do racismo. Cabe afirmar que essa categorização das narrativas é consequência da interpretação da autora deste texto e alcança algumas considerações, como o contexto no qual a piada é contada ou lida, a subjetividade do leitor, a intenção de quem conta e a relação intersubjetiva entre sujeito (aquele que lê ou ouve) e objeto (as piadas).

É evidente que caracterizar algumas piadas como possibilidade de delação emergiu a partir da análise do material sobre as “piadas de preto”. Ao que parece, apreender certos tipos de narrativa como informativos das práticas cruéis de subjugação do negro possibilita entender de forma mais contundente o universo do humor.

Apontar alguns exemplos como denúncia do racismo permite questionar os dados que se apresentaram em todo o percurso deste trabalho, de que as “piadas de preto” serviram prioritariamente como fonte de agressão. Nota-se que o campo das piadas racistas não é composto somente por piadas agressivas, mas também por aquelas que refletem sobre as consequências do racismo e dos abusos sofridos pelos negros; assemelhando-se com as charges, apontadas no início deste trabalho, que objetivam criticar por meio da sátira algum acontecimento político-social.

No sul dos Estados Unidos um crioulinho, no fundo de seu quintal, pega uma lata de tinta branca e se pinta todo. Corre todo serelepe para perto da mãe:

- Olha, mamãe, estou branco.

A mãe, muito ocupada, vê aquele capetinha pingando tinta branca pela casa, vira-se para ele e dá-lhe um cascudo violento.

O menino sai muito sem graça da cozinha e vai até a sala, onde está seu pai. O negro vê seu filho assim, todo lambuzado de tinta, pega o menino pela orelha e dá-lhe umas palmadas. O menino volta correndo para o fundo do quintal e de repente para, assustado com uma descoberta...

- Puxa... não tem nem dez minutos que eu sou branco, já estou odiando dois negros.

(VIGGIANO, 1993)

Um crioulo americano entra numa loja de armas e pergunta ao vendedor:

- Tem espingardas?

O vendedor, olhando para a parede repleta de espingardas, responde calmamente:

- Não, não temos.

Então o crioulo pergunta:

- E pistolas, tem?

O vendedor olha para o balcão cheio de revólveres e responde:

- Não, não temos!

O crioulo, cada vez mais baratino, pergunta:

- E arcos e flechas, vocês têm?

O vendedor, olhando para a outra parede cheia de arcos, flechas e munições, responde:

- Não, também não temos!

O crioulo, puto da vida, vira-se para o vendedor:

- Você tem alguma coisa contra pretos?!

O vendedor responde prontamente:

-Temos espingardas, pistolas e arcos e flechas.

(PIADISTAS DE PLANTÃO)

E voltando aos Estados Unidos, o presidente americano está levando um visitante estrangeiro para um voo panorâmico de helicóptero sobre o litoral.

Ao sobrevoarem a praia, avistam uma lancha com dois brancos a bordo puxando um negro que vem deslizando atrás, praticando esqui aquático.

O presidente aproveita para comentar:

- Como o senhor pode notar, não há mais problemas de racismo em nosso país!

Mas na lancha, o papo entre os dois brancos é o seguinte:

- Tá difícil pegar algum tubarão hoje!
- Também, com essa merda de isca que você arranjou!

(SARRUMOR, 1999)

Um negro se apresenta à porta do céu. E diz a São Pedro:

- Eu mereço o céu. Meu nome é Johnson Louis Smith. Eu morava em Alabama e fiz lá uma coisa que precisa ter muita coragem para um negro fazer. Eu ameí uma mulher branca. Foi o maior escândalo. Mil protestos. Mas, ela também me amava. Aí nós nos casamos.

São Pedro admiradíssimo da coragem do negro, perguntou:

- Você fez isso em pleno Alabama?
- Fiz – respondeu o negro.
- E tem muito tempo?

O negro dá uma olhadinha no relógio e responde:

- Não. Uns dez minutos.

(VIGGIANO, 1993)

Nova York, mil novecentos e sessenta e sete. Estava um ônibus parado no ponto e o impasse criado lá dentro. O chofer só saía se os negros fossem todos para o fundo.

E protestavam os negros:

- Brother, essa não! Estamos sob o governo Carter. Acabou a discriminação.

E os brancos:

- *Blacks back!*

E o pau já ia comer quando, de repente, um dos passageiros viu passar ao lado do ônibus o carro aberto do presidente eleito:

- Seu Carter – gritou ele – Olha esses brancos aqui!

O Carter, sempre atento, ouviu a queixa, saltou do seu carro e foi lá no ônibus ver o que estava se passando. Viu e falou:

- *Nothing of this* (nada disso!). No meu governo não tem mais essa. No meu governo não existem mais negros nem brancos. Agora, nos Estados Unidos somos todos verdes! (Verde é a cor da campanha de Carter, vocês sabiam? Negócio lá de Irlandês).

Aí, todo mundo do ônibus achou maravilhosa a ideia de Carter e ele foi muito aplaudido. Acabado os aplausos, ele voltou a falar:

- Muito bem. Agora, vamos organizar: os verdes-claros na frente, os verdes-escuros atrás.

(VIGGIANO, 1993)

Diz que um brasileiro foi passear na África do Sul. Brasileiro branco, de olho azul, claro. Chegou lá, resolveu ir ao teatro. Chegando no teatro, olhou os preços: Plateia, 5 dólares, Balcão, 10 dólares. Ele achou estranho. Primeira vez que via plateia mais barato que balcão. Chegou na bilheteria, pediu: “Me dá um ingresso pra plateia”.

O bilheteiro olhou pra ele, pro olho azul dele e disse:

- O senhor não é daqui, não, né?

- Sou não. Por quê?

- Porque aqui, tudo quanto é branco vai para o balcão.

- Ah... então, entendi. Me dá um balcão.

Entrou. No intervalo do primeiro pro segundo ato, deu vontade de ir ao banheiro. Aí, virou pro espectador do lado e perguntou:

- Por favor, onde é o banheiro?

O branco do lado olhou bem para ele e disse:

- O senhor não é daqui, não, né?

- Sou não. Por quê?

- Porque aqui não tem esse negócio de banheiro não. A gente aqui de cima, na hora do aperto, chega lá na beirada e *chhhhhh* na cabeça dos crioulos lá na plateia.

Ele achou aquilo um absurdo, mas olhou pra frente, tava todo mundo se servindo, ele muito apertado, não conversou: foi lá, desabotoou a braguilha, escolheu um crioulo lá embaixo, mirou bem na cabeça e *chhhhhhh*.

Terminou o serviço, ia se retirando quando viu o crioulo lá embaixo virar-se para ele e dizer:

- O senhor não é daqui, não, né?

- Sou não. Por quê?

- Porque o pessoal daqui faz é espalhando para a plateia...

(VIGGIANO, 1993)

E na África do Sul, um caçador branco entra em um restaurante grã-fino acompanhado de seu leão de estimação. Pergunta ao garçom:

- Vocês servem pessoas de cor aqui?
- Sim, senhor! Nós não temos nenhum tipo de preconceito.
- Então serve um preto aqui pro meu leão!

(SARRUMOR, 1999)

Iam dois crioulos andando calmamente por uma estrada, quando, de repente, a duzentos por hora, entra na história um *Mustang* – dirigido por um guapo metido sul-africano – e *plaft!* pega os dois crioulos de jeito, voa crioulo para tudo quanto é lado.

Ou melhor: um voou longe e o outro foi cair no banco de trás do *Mustang*. Como o desastre foi numa estrada de país desenvolvido, em poucos minutos chegou a polícia e um pouquinho mais chegou a ambulância e imediatamente a seguir já estava o branco em frente ao juiz, sendo julgado.

O juiz ouviu o branco, ouviu testemunhas, estudou o caso e lascou a sentença:

O crioulo que caiu no banco de trás foi condenado por invasão de domicílio e o outro – o que voou longe – foi condenado por ter abandonado o local do crime.

(VIGGIANO, 1993)

Evidente que há poucas narrativas que tratam diretamente do racismo no contexto brasileiro, como as piadas que consideram o cenário dos Estados Unidos e da África do Sul, pois aqui não houve processo segregacionista legalizado como nesses países. Enquanto que na África do Sul o processo do *Apartheid* perdurou por cerca de 44 anos, nos EUA, o processo denominado Era Jim Crow durou extensos 89 anos. Como consequência disso, esses países são comumente alvos de críticas pelos processos cruéis de extermínio e segregação.

As piadas demonstram e denunciam práticas discriminatórias outrora comuns nesses países, como a interdição do matrimônio entre negros e brancos; a impossibilidade e dificuldade de acesso a determinados lugares públicos; a inferiorização do negro frente ao branco, servindo como alimento para animais; a atuação de um sistema penal e judiciário racista, que determina o negro como criminoso antes mesmo de elucidar o contexto do crime; assim como o ódio de brancos contra negros.

Nesses países, pessoas negras não podiam usufruir das mesmas condições básicas de saúde, de educação, de lazer e até eram impedidas de utilizar os bancos no transporte público, como demonstrou a piada; enquanto negros ocupavam os lugares do fundo, os brancos ocupavam os lugares da frente dos ônibus.

A intensificação do ódio contra negros levou ao surgimento do movimento *Ku Klux Klan*, grupo de extermínio que misturava preconceito de raça com ideologias religiosas e vitimou milhares de negros, justificado pela raiva diante da suposta inferioridade desse grupo populacional.

Entretanto, a piada em referência a Carter, 39º presidente dos Estados Unidos, é uma denúncia das suas controvérsias quanto a questões étnico-raciais. As principais acusações da divergência do seu discurso se deram quando se candidatou a governador do estado da Geórgia e se apoiou em práticas segregacionistas para conseguir se eleger em cima do seu adversário, Carl Sanders. Nesse período eleitoral, Carter se associou a ruralistas brancos, se distanciando dos líderes negros e fazendo críticas à postura de Martin Luther King – principal representante da luta dos Direitos Civis nos EUA. Porém, quando conseguiu se eleger como governador da Geórgia, tomou atitudes que rompiam com as ideias segregacionistas e possibilitaram o acesso de negros às camadas administrativas e políticas do Estado, dentre outras condições que promoveriam melhorias para essa parcela da população. Em 1976, Jimmy Carter foi eleito presidente dos Estados Unidos da América.

Aquele preto educadíssimo candidatou-se a prefeito de uma cidadezinha e foi discursar no meio da praça central:

- Meus caros conterrâneos, eu prometo...

Nisso, alguém lá embaixo gritou:

- Cala a boca, crioulo!

E ele, com toda a dignidade:

- Crioulo, sim, disse-o bem. Sou crioulo com orgulho, pois foram os crioulos, com seu braço forte, que deram início à agricultura em nossa terra.

Mas, antes que terminasse a frase, veio outra lá do meio da massa:

- Cala a boca, negro!

- Negro, sim, sou negro com altivez, pois é do negro que vem a beleza da nossa música; a doçura da nossa raça...

- Cala a boca, preto!

- Preto, claro, perfeitamente – bradou com segurança. – Sou preto e, se não fossem os pretos, nós não seríamos tricampeões do mundo...

O sujeito já ia retomar o discurso quando, lá de baixo, veio mais uma:

- Cala a boca, tição.

- Tição? – aí deu uma paradinha. – Tição... bem... tição? Ora, tição é a puta que te pariu!

(FONSECA, 2012)

Um angolano encontra um marroquino e diz pra ele:

- Você sabia que nós agora somos independentes?

- Não diga – disse o marroquino. – Nós já somos há mais de quinze anos.

- É mesmo?! – fez o angolano. – Quinze anos e você ainda não ficou branco?

(VIGGIANO, 1993)

Naquela cidade do interior, havia um crioulo que era médico e político e tinha muita grana. Morava numa mansão.

Certa vez, apareceu pinchado num dos muros, recentemente pintado de branco: “Aqui mora um preto”.

O dotô nem se abalou. Mandou um dos empregados pinchar embaixo da outra pichação: “Um preto que é rico”.

No dia seguinte, surgiu no muro uma terceira pichação: “Mas é um preto”.

(FONSECA, 2012)

As piadas acima demonstram situações diferentes das condições naturalizadas que pessoas negras são colocadas nas narrativas chistosas. São histórias que apontam os negros como exceções à regra – ricos, estudados, políticos –, diferentemente das piadas que apontam o negro como pobre, ladrão e vadio. Porém, ao mesmo tempo demonstram que, apesar do negro não estar numa classe social e financeira inferior, ele ainda continua sendo aviltado por conta da sua origem e cor da pele.

O contexto dessas piadas desmistifica a ideia da democracia racial, que se baseava na concepção de que no Brasil as questões sociais estariam ligadas às diferenças entre as classes e não às diferenças entre as raças. Narrativas como essas demonstram que o dinheiro não embranquece o negro. O negro de uma camada social “superior” continua não sendo aceito e permanece como alvo de discriminação racial.

Em um ônibus vão uma mãe branca com o filhinho no colo e uma mãe negra com o seu filho, lado a lado, no banco.

O nenê branco fica com fome e começa a chorar, aí sua mãe abre a camisa, pega o seio e lhe dá de mamar. Ele mama, quando saciado abandona o seio da mãe. Antes que ele pegue no sono, a mãe dá uns tapinhas nas suas costas para ele arrotar. Ele arrota e dorme.

O pequeno filho da mãe negra também fica com fome e começa a chorar, procedendo então da mesma forma que o “branquinho”: puxa a camisa da mãe querendo mamar. Depois que o menino fica saciado, ela guarda o seio, fecha a camisa e começa a dar tapinhas nas costas do neguinho. Até que diz: “Arrota, meu filho. Arrota!”

O neguinho, todo assustado, levanta incontinentemente as mãos para cima.
(FONSECA, 2012).

Essa piada foi colocada por último na tentativa de dar conta de algumas considerações sobre o cenário nacional. É, decerto, uma piada cruel que demonstra a cultura do medo, exemplificada pelo susto do bebê negro frente a possibilidade de ser confundido com um bandido e, assim, ser apreendido pela ação da Rota.

O jogo de palavras, que leva ao chiste, permite compreender que “arrota” soa para o bebê negro como “a Rota”, em alusão às Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, constituídas pelo comando de Policiamento de Choque do Estado de São Paulo. A Rota é famosa por realizar caçadas, prisões e assassinatos de modo arbitrário, principalmente na época da ditadura militar, em 1964.

O medo eminente do bebê em ser exterminado ou confundido com bandido atravessa a fama agressiva que a Rota e outros aparelhos coercitivos carregam diante da possibilidade de

ação letal. Com efeito, dessa piada podemos considerar as confusões e atos cruéis realizados contra negros pela polícia.

A cor da pele negra é, no Brasil, justificativa para o enquadramento de sujeitos como bandidos. Isso é reflexo de uma condição social racista e classista que redundava em práticas cruéis e levam à opressão e repressão do povo negro, em especial os homens negros.

É preciso tornar evidentes os casos recentes de atitudes racistas que passam longe da jocosidade, como o caso emblemático, que tomou proporção internacional, do músico Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, morto após uma ação “equivocada” da polícia do Estado do Rio de Janeiro. Evaldo e sua família estavam em seu carro próprio, um *Ford Ka* branco, a caminho de um chá de bebê, quando foram atingidos por 80 tiros de fuzil. A ação letal de 12 policiais ocasionou a morte do músico. A polícia declarou que houve uma confusão, pois os policiais acreditaram que se tratava de bandidos dentro do veículo, pois na redondeza do acontecimento havia bandidos usando um carro semelhante ao de Evaldo. Esses e outros casos mostram que no Brasil o negro é culpado até que se prove o contrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo principal compreender as “piadas de preto”. A partir desse mote, foram alcançados outros patamares de estudo, seja no que se refere às considerações teóricas, epistemológicas e empíricas, seja a possibilidade de reconhecer o humor e a piada como potências reveladoras. Desta feita, sobre racismo, entendemos que o fenômeno se inscreve e se estrutura no cenário brasileiro de modo diferente do que ocorre em outros lugares; é o que se tem por racismo cordial. Acreditamos que este trabalho permite ir além dos primeiros objetivos, assim como proporciona diferentes reflexões e encaminhamentos.

Ademais, faz-se necessário apontar algumas implicações subjetivas da autora do texto diante do assunto estudado nesta dissertação. Enquanto mulher e negra, é certo que teve no percurso de elaboração e organização dos dados desafios que foram postos à prova e que esbarraram na tentativa da “neutralidade” científica, esta que é imposta no ambiente acadêmico e na pesquisa científica como o pilar do pesquisador. Entretanto, nesta dissertação, todo o universo dos dados não possibilitou que a neutralidade resistisse e já se mostrava um entrave desde a escolha do tema até os caminhos tomados para interpretação das “piadas de preto”.

A escolha do tema refletiu um sintoma subjetivo da autora, que se intercalou com um sintoma social, que também é estrutural e contemporâneo: o racismo brasileiro. Isso implica afirmar que este trabalho não diz apenas sobre o coletivo, ou seja, sobre os outros, mas também sobre uma subjetividade que percorre a escrita do início ao fim. É um trabalho de viés acadêmico, mas também apresenta uma possibilidade de elaboração política, que contrapõe a hegemonia, assim como abriu possibilidades de escuta de um lugar de privilégio. É um trabalho de “nós”.

Além disso, a escrita aqui foi a todo tempo se encaixando e objetivando abrir certo “lugar de fala” da autora. Lugar esse que se diz espaço detentor de certa propriedade sobre o assunto, principalmente como o sujeito alvo do assunto que é destacado. É um lócus que ao mesmo tempo levanta resistência e aponta implicações e oposições. Oposições essas que foram enaltecidas nos mais variados momentos de leitura sobre as piadas e nas compreensões do contexto da narrativa. Enquanto que as resistências se mostraram nos choros intercalados com nós na garganta, que surgiam em consequência a tudo que se lia e ao que se escrevia.

Decerto o trabalho possibilitou que uma autora negra escrevesse sobre sua própria história sem que fosse preciso citar a si mesma como exemplo. De outra parte, permitiu que variadas vozes fossem ouvidas, como as vozes e lugares que oprimem e que violentam. Essa construção demonstra os objetivos de um trabalho de escrita: a necessidade de ouvir e a de ser ouvido.

O HUMOR

No que se refere ao humor, percebeu-se diante do percurso e das análises teóricas que o universo do riso alcança algumas considerações, como o seu enquadramento como possibilidade de agressão e de transgressão. Ademais, as análises do racismo no Brasil permitiram entender a função do humor que atua contra os negros: ele é um meio eficaz de agressão e opressão à população negra.

O conceito do humor pode ser entendido diante das variadas teorias – filosófica, psicológica, psicanalítica e sociológica. Tais abordagens apresentaram suas respectivas nuances e contraposições, mas também elos, como o entendimento do humor como eminentemente

social. Essa convergência entre as epistemologias permitiu compreender os objetivos e a função social do chiste, em especial as “piadas de preto”.

A possibilidade de entender o humor a partir do seu funcionamento coletivo oportunizou a problematização sobre a intenção social por trás do riso racista. Foi observado que quaisquer manifestações humorísticas são permeadas por considerações e enfoques sociais, quer sejam as de cunho transgressor, como o riso popular – apontadas por Bakhtin (1965/2010): a charge, a sátira, a piada-denúncia e a piada contra o poder hegemônico –, ou as que servem de suporte para a opressão e agressão, como as piadas contra as variadas minorias sociais.

Além disso, essa dicotomia do riso encontra uma reflexão em Minois (2003), que aludiu sobre a diferença entre o riso progressista e o conservador. Segundo o autor, o humor se dividiria em duas possibilidades sociais e políticas, porém opostas, tendo em vista que enquanto o primeiro (riso progressista) objetiva alcançar uma determinada reflexão social, seja no âmbito político ou se posicionando contra regras impostas e contra o imperativo do *status quo*; o segundo (conservador) tem o objetivo oposto, manter uma dada condição social, geralmente coloca como alvo de escárnio alguém já socialmente fragilizado e consideravelmente de fácil acesso.

Tendo em vista essa diferenciação apontada por Minois, entendemos que as “piadas de preto” se apresentam, prioritariamente, como um exemplo eloquente de riso conservador, que tende a manter o negro em uma posição inferiorizada, adjetivando-o como desapropriado ou sem sentido. Entretanto, acredita-se que as piadas que têm o objetivo de anunciar ou denunciar práticas vigentes e tornar evidentes as práticas de opressão se enquadram como uma possibilidade de riso progressista, que reflete acerca do imperativo hegemônico e as sutilezas da opressão advindas do racismo.

Evidente que essa separação se apresenta com um entrave consequente da interpretação da piada, que envolve o contexto no qual é contada, quem conta, por que conta e a subjetividade daquele que lê ou ouve a narrativa humorística; ou seja, decerto que as piadas que atuaram como denúncia neste trabalho têm conteúdo racista, mas não assumem uma posição prioritária de agressão a negros, mostram as diversas formas de preconceito e os efeitos disso na vida da população negra.

Se por um lado há um determinado tipo de narrativa humorística que reproduz a violência, discriminação, subjuga o negro, torna-o inferiorizado e sustenta práticas racistas; por outro, há piadas que podem ser interpretadas como uma possível oportunidade de reflexões sobre os aspectos do processo racista e as atuais condições do negro.

Apesar dessa última categorização (piada-denúncia) ter surgido apenas neste momento da escrita, em consequência da análise das narrativas, podemos considerar que essa separação consegue retomar as nuances do riso progressista e do riso conservador, apontados no início desta dissertação. Assim como considerar que as mais variadas formas de riso e humor estão intrinsecamente ligadas com determinadas condições sociais.

A QUEM SE DESTINA A PIADA?

A fim de dar sustentação à ambivalência do riso (agressor-conservador e transgressor-progressista), cogitamos, como análise, as considerações sobre o outro ponto que determina o humor como fenômeno social: a necessidade da tríade risível. A potência social que o humor envolve foi aludida por Freud (1905/1996) e por Bergson (1900/1983), quando ambos consideraram a necessidade de pelo menos três atores (o autor da piada, o objeto ou alvo do discurso e a plateia, quem ri da piada) envolvidos no discurso jocoso.

Refletir sobre as nuances da tríade risível permite considerar as características do alvo da piada, tendo em vista que esse pode ser o ponto nodal nos questionamentos sobre o riso, sejam sobre o riso progressista ou sobre o riso conservador. Alguém ou alguma situação é colocado em jogo e se torna alvo de descarga de determinados estímulos hostis ou benevolentes.

Tendo em vista essa equação triangular, questionamos sobre o alvo do riso nas piadas que atuam como denúncia. Sabe-se que as piadas eminentemente racistas têm como objeto tornar o negro alvo de escárnio, enquanto que as piadas contra a hegemonia têm como alvo o branco, a Igreja, o governo ou os governantes. Esse questionamento sobre o alvo da piada-denúncia sobre racismo objetiva considerar a lacuna que surgiu nesse momento do trabalho de pesquisa.

Se existe a necessidade de usar uma pessoa ou uma situação como alvo do riso, a quem se destinaria a piada-denúncia? O objetivo desse tipo de piada pode ser atingir aqueles que não

consideram o racismo como uma forma de opressão, aqueles que consideram o mito da democracia racial como verdade ou até mesmo quem reproduz uma prática racista sem se dar conta da opressão e agressão envolvidas nesse tipo de atitude.

O RACISMO NO BRASIL

Entendemos que tornar o negro alvo da piada é considerar a dimensão política e social que pode abranger a narrativa. Discursos sutis, de conteúdo jocoso, bem como outras formas de preconceito racial estampam a forma como a problemática dos negros é tratada no cenário brasileiro, de maneira subliminar. As “piadas de preto” exemplificam o racismo à brasileira: aqui, o preconceito é velado, a discriminação acontece de forma sutil, mascarada de cordialidade e sob o mito da democracia racial. Essas nuances demonstram e ao mesmo tempo mascaram a problemática do negro e as consequências da escravidão e da abolição da escravatura.

Estudar sobre as “piadas de preto” no Brasil favoreceu, principalmente, a ênfase no cenário brasileiro atual e as implicações de uma estrutura social que não consegue compreender os fenômenos que propagam opressão. É evidente que esta dissertação não apenas ratificou que o Brasil é estruturado a partir de uma sociedade eminentemente racista, mas também permitiu colocar em xeque as nuances do racismo estrutural e as práticas ditas cordiais, que conseguem subjugar o negro e determinar suas condições de vida.

A discriminação étnico-racial aqui se constitui por atitudes encobertas, diferentemente de outros países, porém estruturais e estruturantes. A forma como o racismo é abordado aponta para certa recusa em elaborar a problemática do processo escravagista e as consequências das ideologias de raça que perduram até hoje. É preciso enfatizar que o Brasil foi formado enquanto sociedade a partir de uma perspectiva racista, que levou brancos escravocratas a subjugar milhões de negros e índios, justificados pela ideia da inferioridade das raças.

Abafar os três séculos de escravidão ou ocultar os resquícios desse processo favorece a ilusão da democracia racial e a negação das condições da vida do negro brasileiro. Além disso, desconsidera os índices estatísticos que reafirmam a diferença de oportunidades entre brancos e negros. No Brasil, os negros ocupam o mais alto índice de pobreza, violência, mortalidade,

natalidade infantil, analfabetismo e desemprego, em contraposição aos sujeitos brancos que se ocupam os índices opostos.

Há quem acredite serem raros os casos de racismo no Brasil, pois ainda comparam o racismo daqui a práticas segregacionistas que assolaram países como Estados Unidos e África do Sul. No Brasil, de fato, não houve processo de discriminação legalizado após a abolição da escravatura, mas a forma tácita que o fenômeno se apresenta ainda cria danosas condições aos negros. O Estado, enquanto esfera que atuaria de forma democrática, não consegue dar conta das nuances do racismo brasileiro. Exemplo disso é o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, e as suas declarações duvidosas, como afirmar que o racismo no Brasil é raro. Ademais, em contraposição às acusações de racismo, Bolsonaro reafirmou não ter preconceito contra nenhuma raça e afirma já ter salvado um antigo colega de exército de um afogamento. Acrescentou que o soldado é negro e que, se realmente fosse racista, não o teria salvado.

Além dessas situações que demonstram a realidade da escassez material e social dos negros, as práticas simbólicas como piadas estruturam essas situações e trazem malefícios à população, tanto pelas adjetivações e objetificações quanto pelos estereótipos. Os negros são apontados como raça inferior pela feiura, incompetência, animalidade, sexualidade exacerbada, tendência inata à vadiagem e à criminalidade, e inferioridade em relação aos brancos.

Se outrora a escravidão foi justificada pela perspectiva de que os negros constituíam uma raça com características desumanas e inapropriadas, hoje, esse tipo de adjetivação sustenta o discurso das narrativas simbólicas, mas efetivas socialmente. Fortalecendo, assim, a dificuldade de acesso a determinados âmbitos sociais e inferindo na própria visão que o negro tem de si mesmo e da sua origem, tendo em vista que essas subcondições inferem nas circunstâncias subjetivas e coletivas da população negra.

Fica evidente que a falsa ideia da democracia racial ainda é acreditada no Brasil. Essa ideia sustenta os mais variados contextos e práticas racistas, manifestações que são mascaradas de cordialidade, como é o caso dos discursos contra as ações afirmativas, como é o caso das contraposições das cotas para negros nas universidades federais e nos concursos públicos. Discursos esses justificados por uma tentativa de elevar e reafirmar a capacidade do negro e a sua igualdade com os brancos. Porém, esse tipo de contexto impossibilita que negros ocupem os mesmos patamares que os não negros. A democracia racial é uma fala alienada, falseada de

igualdade entre as raças, mas que mantém as diferenças das condições de acesso social entre negros e brancos brasileiros.

O mito da democracia racial permite que a “piada de preto” e as diversas formas de humor racista sejam fantasiadas de brincadeiras e não sejam compreendidas como formas de racismo e opressão. Somente uma possível idealização das relações raciais e de como elas se equacionaram aqui no Brasil é que permite que narrativas eminentemente agressivas, como as piadas aqui apontadas, sejam vistas como jocosidade ou liberdade de expressão. A idealização da igualdade racial permite que a interpretação de atos de racismo permaneça dúbia, oscilando entre uma expressão jocosa ou brincadeira e uma prática opressora. Diante disso, questiona-se qual é o lugar da “piada de preto” e como ela se relaciona com a falácia da igualdade entre as raças; ou seja, se a piada é fruto do mito democrático ou se são a piada e outras narrativas sutis que sustentam o mito da democracia racial brasileira.

A POTÊNCIA DO HUMOR

Apesar das análises dos dados e da percepção do humor como uma possibilidade de descarga dos impulsos hostis; da piada como uma fonte de agressão a negros ou a outras minorias sociais; apesar da linha tênue entre transgressão e agressão nas piadas denúncia, nas charges, no riso popular e outros, é necessário destacar a potência do humor.

O humor tem função social inquestionável, pois consegue atingir e ser assimilado por todos, seja por quem ouve ou lê a mensagem derrisória. Ademais, percebe-se após analisar o contexto risível que todas as formas de humor – sejam charges, *memes*, piadas etc. – são fontes de questionamento e de reflexão social, tanto por reproduzir uma prática estereotipada como por também se direcionar contra uma regra imposta.

Além disso, o humor e as piadas, por serem permeados pela linguagem informal, conseguem transpor barreiras do âmbito jurídico, como é o caso das “piadas de preto” ou outros tipos de piada, assim como transgridem as barreiras psíquicas, pois o sujeito consegue fazer chacota do seu inimigo, mas não pode agredi-lo diretamente. Características agressivas e transgressoras continuam compondo o riso de maneira correlata, pois ao mesmo tempo em que o riso pode servir como forma de agressão também pode ser utilizado como potência benevolente para determinados grupos sociais. Isso faz com que qualquer tentativa de

elaboração sobre o humor não se situe numa interpretação unilateral do fenômeno, especialmente as piadas aqui abordadas. Pois, se assim fizesse, seria necessário dar conta de alguns questionamentos, como: “se a piada que violenta determinados grupos sociais consegue ser eficaz, por que não considerar a legitimidade da piada que possibilita desmontar paradigmas e produzir efeitos contrários, como trazer à tona os modos de preconceito e opressão?”. Nesse contexto se inserem todos os tipos de narrativas humorísticas e não somente as “piadas de preto”.

O humor pode ser usado como fonte de preconceito, mas também pode servir como uma arma das minorias contra abusos, processos discriminatórios e estereotipados. Entende-se, então, que a piada pode ser uma fonte de violência, mas não se pode negar sua faceta benfeitora. A piada, ao mesmo tempo em que denuncia o racismo, consegue questionar os abusos das autoridades, as mazelas e regras impostas.

Entretanto, para que se possa compreender a dimensão da opressão, da denúncia ou da transgressão imbuída na piada é preciso considerar as nuances interpretativas do contexto social no qual a narrativa está inserida. Compreender que há interpretação subjetiva no entendimento do discurso jocoso permite que não se considere a piada como uma mera forma de expressão popular, mas também como uma fonte para análise linguística, do discurso e das ideologias que atuam de forma subliminar na narrativa.

Concluimos que a influência social e subjetiva que as piadas assumem faz com que quaisquer narrativas humorísticas não sejam encaradas com uma única possibilidade interpretativa, quer seja como opressão e conservadorismo ou transgressão e progresso; mas se faz necessário compreender o contexto risível a partir das diversas possibilidades de análise de um mesmo discurso. Percebe-se que o humor pode ser usado contra pessoas negras, como foi enfatizado em todo o percurso do trabalho, mas também pode servir como arma contra as injustiças, assim como a piada pode servir como fonte de denúncia de práticas de opressão e das consequências da discriminação. Além disso, é preciso afirmar que o chiste racista é um recorte do cenário do humor, diante das inúmeras formas de se fazer rir.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. Interpretações sobre os retratos dos afro-descendentes na mídia de massa. **Rev. adm. contemp.**, vol.12, no.spe, p.119-146, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rac/v12nspe/a06v12ns> >. Acesso em: 03 nov. 2018.

ALBERTI, V. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ALMEIDA, S. C.; SILVA, R. S. Do (in)visível ao risível: o negro e a "raça nacional" na criação caricatural da Primeira República. **Estud. hist.** (Rio J.), v.26, n. 52, p.316-345, dez. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862013000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 jul.2018.

ALVES, J.A. LINDGREN. A. Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Rev. bras. polít. int.**, vol.45, no.2, p.198-223, Dez 2002.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000200009&script=sci_arttext&tlng=es >. Acesso em: 10 nov. 2018.

ALVES, M. A; Galeão-Silva, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **Rev. adm. empres.**, Set 2004, vol.44, no.3, p.20-29. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902004000300003&script=sci_arttext&tlng=es >. Acesso em: 24 jan 2019.

ALVES, M. C, DE JESUS, J. P; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde debate**, vol.39, no.106, p.869-880, Set 2015. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2015.v39n106/869-880/pt/> >. Acesso em: 25 de jan 2019.

ALVES FILHO, F.; ALEXANDRE, L. R. B. A construção de objetos de discurso nos perfis *fakes* do Twitter. **Ling. (dis)curso**, v.12, n.3, p.765-792, dez. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ld/v12n3/a06v12n3>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ARAÚJO, J. Z. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Dez 2008, vol.16, no.3, p.979-985. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/16>>. Acesso em: 25 de jan de 2019.

ARAÚJO, M.; MAESO, S. R.A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, "Portugal" e (pós-)colonialismo. **Educ. rev.**, Mar 2013, no.47, p.145-171. Disponível em: < <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/42623>> Acesso em 20 de maio de 2019

AZERÊDO, S. M. da M. O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, vol.22, no.4, p.14-23, Dez 2002. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000400003&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.

BALEEIRO, M. C. Brincando com as palavras: o reencontro da alegria infantil. **Cogito**, v.10, p.46-50, out. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100008>. Acesso em: 1 jul.2018.

BARROSO, M. F.. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serv. Soc. Soc**, no.133, p.446-462. Dez 2018.

BECKER, S.; OLIVEIRA, D. G. Análise sobre a (não) caracterização do crime de racismo no Tribunal de Justiça de São Paulo. **Estud. hist.** (Rio J.). vol.26, no.52, p.451-470, Dez 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/9187>> Acesso 12 de jan. 2019.

BAKHTIN, M. M. **Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais** – 7ª edição. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARBIERI, C. P. Perversão, humor e sublimação. **Estud. psicanal.**, n.32, p.39-44, nov. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372009000100005>. Acesso em: 9 ago.2018.

BARONAS, R. L. et al. Reflexões acerca da análise dialógica dos discursos verbo-visuais: um caso de humor na política brasileira. **Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso**, v.8, n.2, p. 24-42, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/13788/12908>>. Acesso em: 15 jul.2018.

BASQUES, M. O riso como expressão de um modo de entendimento: do bergsonismo à antropologia. **Sci. stud.**, v.9, n.1, p.105-128,2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662011000100006>. Acesso em: 29 jul.2018.

BATISTA, J. R. M. *et al.* Negros e nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais. **Rev. psicol. polít.**, , vol.14, no.30, p.325-345, Ago 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000200008>. Acesso em 30 nov de 2018.

BATISTA, L. E. et al. Humanização na atenção à saúde e as desigualdades raciais: uma proposta de intervenção. **Saúde soc.**, Set 2016, vol.25, no.3, p.689-702. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/sausoc/2016.v25n3/689-702/pt/>> Acesso em 24 de agos de 2018.

BATISTA, L. E.; MONTEIRO, R. B; MEDEIROS, R. A. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. **Saúde debate**. vol.37, no.99, p.681-690 Dez 2013.

Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0103-11042013000400016&script=sci_abstract> Acesso em 24 de set de 2018.

BERGSON, H. (1900). **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BIRMAN, J. O rei está nu: contrapoder e realização de desejo, na piada e no humor. **Psicol. clin.**, v.22, n.1, p.175-191, jun. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pc/v22n1/a11v22n1.pdf>>. Acesso em: 10 ago.2018.

BOLOGNESI, M. F. O corpo como princípio. **Trans/Form/Ação**, v.24, n.1, p.101-112, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/trans/v24n1/v24n1a07.pdf>>. Acesso em: 15 jul.2018.

BORGES, J. M. C. Psicanálise e humor. **Reverso**, Jun 2014, vol.36, no.67, p.97-100. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100014>. Acesso em: 24 jul.2018.

CAMINO, L et al. Repertórios discursivos contemporâneos sobre as desigualdades raciais no Brasil: um estudo com estudantes paraibanos de pós-graduação. **Psicol. Soc.**, vol.25, no.1, p.113-122, 2013. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4331388>> Acesso em: 20 de jan de 2019.

CAMOZZATO, V. C. **O corpo nas atualizações do racismo contemporâneo**. *Educ. rev.*, no.41, p.165-180, Set 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1550/155021076011.pdf> > Acesso em 20 de jan de 2019

CAMPOS, L. A. Racismo Em Três Dimensões: Uma abordagem realista-crítica. **Rev. bras. Ci. Soc.**, , vol.32, no.95, 2017. Disponível em: < <https://submission3.scielo.br/index.php/rbcsoc/article/view/160473>> Acesso em 21 de ago de 2018.

CARDOSO JÚNIOR, L. F; et al memes, racismo e educação, ou por que os memes da taís arauújo importam. **Periferia**, v. 11, n. 2, p. 39-56, 2019. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/33878>> Acesso em 10 de Agosto de 2019.

CARNEIRO, SUELI. A batalha de Durban. **Rev. Estud. Fem.**, Jan 2002, vol.10, no.1, p.209-214.

CARVALHO, M. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Rev. Bras. Educ.**, no.28, p.77-95, Abr 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n28/a07n28.pdf>> Acesso em 20 de fev de 2019.

CASTILLO, S. S. Racismo Y Educación. Una Revisión Crítica. **Educ. rev.**, , vol.34, 2018. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982018000100171&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso dem 20 de ago de 2018.

CASTRO, A. de C. De narizes extraídos por Machado: eugenias raciais, traços faciais e teorias psiquiátricas no Brasil oitocentista. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam**, Jun 2015, vol.18, no.2, p.339-357. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142015000200339&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 20 de jun de 2018.

CAVALCANTI, M. L. V. de C. Preconceito de marca etnografia e relações raciais. **Tempo soc.**, vol.11, no.1, p.97-110, Maio 1999. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12295>>. Acesso em 20 de out de 2018.

CASSETA & PLANETA, **As melhores piadas do planeta... e da casseta também**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*. **Cad. Pagu**, no.51, 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000300510&script=sci_arttext>. Acesso em 30 de agos de 2018.

COSTA, E. S.; SCARCELLI, I. R. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. **Psicol. USP**, , vol.27, no.2, p.357-366, Ago 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642016005001101&script=sci_abstract&tlng=es> Acesso 20 de set de 2018.

CRISOSTOMO, M. A. dos S.; REIGOTA, M. A. dos S. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação (Campinas)**, Jul 2010, vol.15, no.2, p.93-106.

CARMELINO, A. C. Produção gráfica humorística, imprensa esportiva e estereótipo: as narrativas de Maciota, na revista Placar. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, v.40, n.3, p.73-90, dez. 2017. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2801/2091>>. Acesso em: 4 jul.2018.

CARRIERI, A. de P. O humor como estratégia discursiva de resistência: as charges do SINTTEL/MG. **Organ. Soc.**, v.11, n.30, p.29-48, ago. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302004000200002>. Acesso em: 7 ago.2018.

CASTRO, S. L. S. O importante papel do humor na direção da cura. **Stylus (Rio J.)**, n.28, p.99-107, jun. 2014. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2014000100011>. Acesso em: 11 ago.2018.

CAVEDON, N. R.; STEFANOWSKI, F. L. O riso que integra, o riso que separa: identidade organizacional em um sebo de Porto Alegre. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 46, p. 137-152, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302008000300007>. Acesso em: 22 jul.2018.

COELHO, D. M; FIGUEIREDO, S. M. de C. T. A face transgressora da piada e do humor na vida e na obra de Freud. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 181-191, ago. 2018 Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982018000200181&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 out 1.2018.

CORRÊA, C. P. O humor na letra. **Cogito**, v.10, p. 15-20, out. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100003>. Acesso em: 13 ago.2018.

DA COSTA, W. C. "Eu vou pra Maracangalha, eu vou...": JK e a *Distopia Brasiliæ* na música popular e nas charges da revista *Careta* (1956-1960). **Varia hist.**, v. 29, n. 49, p. 303-332, abr. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000100014>. Acesso em: 28 jul.2018.

DA CUNHA, R. R. T.; DOS SANTOS, A. de O. A produção de Dante Moreira Leite (1927-1976) na compreensão das relações étnico-raciais no Brasil. **Rev. Psicol. UNESP**, vol.14, no.1, p.43-55. Jan 2015

DA SILVA, J. Representação e ação dos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro. **Tempo soc.**, vol.9, no.1, p.95-114, Maio 1997. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86444>> acesso em 30 de jan de 2019

DA SILVA, R.; TOBIAS, J, da S. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, no.65, p.177-199, Dez 2016. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/4056/405649590010.pdf>> acesso em 20 de jan de 2018.

DAHIA, S. L. de M. A mediação do riso na expressão e consolidação racismo no Brasil. **Soc. estado.**, v.23, n.3, p.697-720, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922008000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 4 ago.2018.

DAHIA, S. L. de M. Racismo como verbalismo? Delineamentos para compreensão da aquisição do racismo entre cegos congênitos. **Psicol. Soc.**, vol.25, no.1, p.103-112, .2013 Disponível em: < <https://submission3.scielo.br/index.php/psoc/article/view/75699>> Acesso em 20 de set de 2018.

_____. Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil. **Estud. pesqui. psicol.**, , vol.10, no.2, p.373-389, Ago 2010.

Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844632006.pdf>> Acesso em 20 de Agosto de 2018.

DAMASCENO, M. G. and ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicol. cienc. prof.**, vol.38, no.3, p.450-464, Set 2018. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6594583>> acesso em 20 de Agosto de 2018.

DAMASCO, M. S.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Rev. Estud. Fem**, vol.20, no.1, p.133-151, Abr 2012.

DE ASSIS, J. M. et al. O palhaço, a psicanálise e o sujeito na contemporaneidade. **Reverso**, v.39, n.73, p.83-89, jun. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952017000100010>. Acesso em: 6 jul.2018.

DE ASSIS, J. F. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serv. Soc. Soc.**, Dez 2018, no.133, p.547-565.

DE AZEVEDO, C. M. M. A recusa da "raça": anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. **Horiz. antropol.** vol.11, no.24, p.297-320, Dez 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000200013&script=sci_arttext>. Acesso em 20 de nov de 2018.

DE HOLANDA, S. B.; EULÁLIO, A.; RIBEIRO, L. G. **Raízes do brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DE LEMOS, I. B. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Rev. Bras. Educ.**, vol.22, no.71, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000400226&script=sci_abstract&tlng=es> acesso em 15 de jun de 2018.

DE LIMA, P. M. R. et al. "Velhice?: acho ótima, considerando a alternativa": reflexões sobre velhice e humor. **Rev. Mal-Estar Subj.**, v.11, n.4, p.1597-1618, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400012>. Acesso em: 9 jul.2018.

DE MIJOLLA-MELLOR, S. Os ideais e a sublimação. **Psicol. USP**, v.21, n.3, p.501-512, set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v21n3/v21n3a03.pdf>>. Acesso em: 17 jul.2018.

DE OLIVEIRA, K. C.; PIMENTA, S. M. O racismo nos anúncios de emprego do século XX. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 16, n. 3, p. 381-399, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322016000300381&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 9 jul.2018.

DE OLIVEIRA FILHO, P.; SANTOS, I. de O.; SOARES, M. B. Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários. **Rev. psicol. polít.**, vol.10, no.19, p.25-40, Jan 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2010000100004&script=sci_abstract&tlng=en> Acesso em 20 de agot de 2018.

DE OLIVEIRA FILHO, P. A mobilização do discurso da democracia racial no combate às cotas para afrodescendentes. **Estud. psicol. (Campinas)**, Dez 2009, vol.26, no.4, p.429-436. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3953/395335793003.pdf>> Acesso em 20 de agos de 2018.

_____. Miscigenação *versus* bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças. **Estud. psicol. (Natal)**, vol.10, no.2, p.247-253, Ago 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v10n2/a12v10n2.pdf>> Acesso em 30 de Agosto de 2018.

DE OLIVEIRA, C. M. Pluralidade racial: um novo desafio para a psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, vol.22, no.4, p.34-45, Dez 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000400005&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 26 de set de 2018.

DOMINGUES, P. J. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Rev. Bras. Educ**, no.29, p.164-176, Ago 2005.

DO NASCIMENTO, C. A. R. Rir é o próprio do homem. **Trans/Form/Ação**, v.21-22, n.1, p.27-32, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/trans/v21-22n1/v22n1a04.pdf> >. Acesso em: 16 ago.2018.

DÖPCKE, W.. Reflexões sobre a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Intolerância Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. **Rev. bras. polít. int**, vol.44, no.2, p.26-45, Dez 2001.

DOS SANTOS, G. A. Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação. **Rev. Inst. Estud. Bras**, no.62, p.184-207, Dez 2015. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/4056/405642641011.pdf>> acesso em 30 de jan de 2019.

DO VALE, R. P. G. O discurso humorístico: um percurso de análise pela linguagem do riso. **Palimpsesto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 13, n. 19, p. 513-515, 2013. Disponível em: < <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num19/resumos/palimpsesto19resumos04.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2018.

DO VALE, R. P. G. Quem faz rir? – das máscaras cômicas dos sujeitos do riso. **Revista do SELL**, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: < <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/392/638>>. Acesso em: 9 jul.2018.

DO VALE, R. P. G. Humor, humoristas e problemas de topia discursiva. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 15, n. 2, p. 267-283, maio/ago 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ld/v15n2/1518-7632-ld-15-02-00267.pdf>>. Acesso em: 14 ago.2018.

DUARTE, L. C. **Homo risibilis**: ensaio sobre o processo de construção do humor nas obras infantis de Monteiro Lobato. 2004. 401fl. Tese (Doutorado em Letras)- Faculdade de Ciências e Letras ,Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis. Disponível em: < http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_e5e6228c544c3a467e3f68cf92040af0>. Acesso em: 22 ago.2018.

EURICO, M. C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, no.133, p.515-529, Dez 2018.

FERRAZ, W. de A. O riso: da loucura à clínica. **Cogito**, v.10, p.83-90, out. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100015>. Acesso em: 16 ago.2018.

FERNANDES, D. de A. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo negritude. **Rev. Estud. Fem.** vol.24, no.3, p.691-713, Dez 2016.

FERREIRA, R. F.; CMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicol. cienc. prof.**, 2011, vol.31, no.2, p.374-389. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6135018>> acesso em 10 de maio de 2018

FIGUEIREDO, A. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Rev. Direito Práx.**, vol.9, no.2, p.1080-1099 Jun 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000201080&script=sci_arttext> acesso em 20 de set de 2018

FIGUEIREDO, E. O humor rabelaisiano de Patrick Chamoiseau e Mário de Andrade. **Alea**, v.7, n.2, p.257-275, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a07v7n2.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2018.

FONSECA, D. J. **A piada: discurso sutil de exclusão, um estudo do risível no “racismo à brasileira”**. 1994. 298 fl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, São Paulo.

FONSECA, D. J. **Você conhece aquela? A piada, o riso e o racismo à brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

FOUCAULT, M. Ditos e escritos. In: DA MOTTA, M. B. (Org.). **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3

FREUD, S. Os chistes e sua relação com o inconsciente (1905). **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição Standard brasileira** . v. 8. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. O humor (1927). **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira** . v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FURTADO, R. A.; CARRIERI, A. de P.; BRETAS, P. F. F. Humor na Internet: trabalhadores utilizam nova estratégia para protestar contra demissões e terceirizações. **Rev. Adm. (São Paulo)**, v.49, n.1, p.33-44, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v49n1/a04v49n1.pdf>>. Acesso em: 16 ago.2018.

GORENDER, M. Do porquê da censura ao riso. **Estud. psicanal.**, n.31, p.137-141, out. 2008. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100017>. Acesso em: 24 jul.2018.

GRUDA, M. P. P. Manfred Geier e sua breve análise das ideias de importantes filósofos acerca do riso e do humor. **Rev. Psicol. UNESP**, v.12, n.2, p.103-105, dez. 2013. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442013000200009>. Acesso em: 16 ago.2018.

GUIMARÃES, A. S. A. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Rev. bras. Ci. Soc.**, vol.14, no.39, p.103-115, Fev 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>> acesso em 20 de maio de 2018.

_____. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Rev. Antropol.**, vol.47, no.1, p.9-43, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0034-77012004000100001&script=sci_arttext> Acesso em 20 de maio de 2018.

GUIMARÃES, N. A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. **Cad. Pagu**, no.17-18, p.237-266, 2002. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644562>> acesso em 20 de jun de 2018.

HASENBALG, C. Privilégios: Relato de uma Trajetória Acadêmica. **Dados**, vol.57, no.4, p.905-917, Dez 2014.

HERINGER, R. Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil. **Estud. afro-asiát.**, vol.23, no.2, p.00-00, 2001.

HOFBAUER, A. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. **Lua Nova**, no.68, p.9-56, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ln/n68/a02n68.pdf>> acesso em 30 de jun de 2018

KALCKMANN, S. et al. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? **Saude soc**, vol.16, no.2, p.146-155, Ago 2007. Disponível: < https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0104-12902007000200014&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 20 de jun de 2018.

IRIGARAY, H. A. R.; DE FREITAS, M. E. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Organ. Soc.**, v.18, n.59, p.625-641, dez. 2011. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11172>>. Acesso em: 24 jul.2018.

IRIGARAY, H. A. R.; SILVA, S. L. A.; DE PÁDUA, C. A. Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 890-906, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n5/v14n5a08.pdf>>. Acesso em: 17 ago.2018.

JUCÁ, M. **Ataques de Riso Politicamente Incorretos: na Mídia Impressa Brasileira**. 2015. 212 fl. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, São Paulo. Disponível em: < http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_c6f1e23a7099bb454c5553a502341a73>. Acesso em: 9 jul.2018.

KUPERMANN, D. Humor, desidealização e sublimação na psicanálise. **Psicol. clin.**, v.22, n.1, p.193-207, jun. 2010. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652010000100012>. Acesso em: 01 ago.2018.

LAGROU, E. Rir do poder e o poder do riso nas narrativas e performances kaxinawa. **Revista de Antropologia**, v. 49, n. 1, p. 55-90, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000100003>. Acesso em: 24 jul.2018.

LIMA, D. M. de O. Ainda sobre o humor, à luz de Freud e Pirandello. **Cogito**, v.10, p.28-33, out. 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100005>. Acesso em: 3 jul.2018.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. Sucesso social, branqueamento e racismo. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 20, n. 1, Brasília, pp. 11-19, jan.- abr. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17 ago.2018.

_____. A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. **Psicol. USP**, vol.16, no.3, p.143-165, Set 2005. Disponível em: < <https://teses.ufs.br/handle/riufs/7065>> Acesso em 26 de jul de 2018.

_____. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estud. psicol. (Natal)**, vol.9, no.3, p.401-411, Dez 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v9n3/a02v09n3>> Acesso em 29 de Agosto de 2018

LIMA NUNES, A. V. de L.; CAMINO, L. Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a15v23n1.pdf>>. Acesso em: 24 ago.2018.

LINS, S. L. B. et al. O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. **Psicol. Soc.**, vol.26, no.1, p.95-105, Abr 2014. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309330671011.pdf>> Acesso em 39 de jul de 2019.

LOPES, A. E. M. "O dia de amanhã": a República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. **História**, v.30, n.2, p.239-265, dez. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200012&lng=pt&nrm=1&tlng=pt>. Acesso em: 6 ago.2018.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface (Botucatu)**, , vol.16, no.40, p.121-134, Mar 2012. Disponível em: < https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1414-32832012000100010&script=sci_abstract&tlng=es> Acesso em 29 de setembro de 2018.

MACHADO, M. R. et al. Racismo e insulto racial na sociedade brasileira: Dinâmicas de reconhecimento e invisibilização a partir do direito. **Novos estud. CEBRAP**, vol.35, no.3, p.11-28, Nov 2016. Disponível em: < https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/02/file_1645.pdf> Acesso em 10 de maio de 2018.

MACHLINE, V. C. Como o riso era concebido no século XVI. **Trans/Form/Ação**, v. 21-22, n.1, p.11-19, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/trans/v21-22n1/v22n1a02.pdf>>. Acesso em: 15 ago.2018

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. de O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, no.133, p.463-479, Dez 2018.

MAGALHÃES, S. C. Um dom raro e precioso. **Cogito**, v.10, p.78-82, out. 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100014>. Acesso em: 16 ago.2018.

MAGGIE, Y. Pela igualdade. **Rev. Estud. Fem.**, Dez 2008, vol.16, no.3, p.897-912.
_____. Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas. **Educ. Soc.**, vol.27, no.96, p.739-751, Out 2006.

MAIA, K. S.; ZAMORA, M. H. N. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicol. clin.**, 2018, vol.30, no.2, p.265-286.

MAIO, M. C.; LOPES, T. Da C. Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais. **Estud. hist. (Rio J.)**, , vol.30, no.60, p.115-140, Abr 2017.

MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Tempos de racialização: o caso da 'saúde da população negra' no Brasil. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Ago 2005, vol.12, no.2, p.419- 446.

MAIO, M. C. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o projeto UNESCO. **Tempo social**, v. 11, n. 1, p. 111-136, 1999.

_____. O Projeto Unesco: ciências sociais e o "credo racial brasileiro". **Revista USP**, n. 46, p. 115-128, 2000.

_____. A Crítica de Otto Klineberg aos testes de inteligência. O Brasil como laboratório racial. **Varia hist.**, vol.33, no.61, p.135-161, Abr 2017.

_____. Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos. **Cad. EBAPE.BR**, vol.13, no.spe, p.605-630, Set 2015.

_____. Guerreiro Ramos interpela a Unesco: ciências sociais, militância e antirracismo. **Cad. CRH**, vol.28, no.73, p.77-90, Abr 2015.

_____. Medindo o preconceito racial no Brasil: Anielia Ginsberg e o estudo das atitudes raciais. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam** vol.18, no.4, p.728-742, Dez 2015.

_____. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, vol.5, no.2, p.375-413, Out 1998.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Soc. estado**. vol.31, no.1, p.75-97, Abr 2016.

MARANHÃO, B. C. C. Do Witz ao gay sçavoir: contribuições à psicologia do humor. **Reverso**, v.37, n.69, p.35-44, jun. 2015. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952015000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17 ago.2018.

MARTINS, E.; DOS SANTOS, A. de O.; COLOSSO, M. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Psicol. teor. prat.**, Dez 2013, vol.15, no.3, p.118-133.

MASEIRO, A. L. "Psicologia das raças" e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica. **Psicol. cienc. prof.**, , vol.22, no.1, p.66-79, Mar 2002.

MENDES, E. R. P. PS - Pulsão e Sublimação: a trajetória do conceito, possibilidades e limites. **Reverso**, v.33, n.62, p.55-67, set. 2011. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952011000200007>. Acesso em: 25 ago.2018.

MEMEDROID, Racismo e meme, sem ano. Disponível em <https://pt.memedroid.com/memes/tag/racismo>> Acesso em 10 de Agosto de 2019.

MINOIS, G. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Unesp, 2003.

MONTEIRO, M. P. Humor Absurdo. **Cogito**, vol.10, p.51-55, out. 2009. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100009>. Acesso em: 7 jul.2018.

MORAIS, M. B. L. Humor e psicanálise. **Estud. psicanal**, n.31, p.114-12, out. 2008. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100014>. Acesso em: 21 jul.2018.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo**. Ed. Polén, São Paulo, 2019.

MOTTA, V. Humor: nudez e máscara. **Cogito**, v.10, p.72-77, out. 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100013>. Acesso em: 2 ago.2018.

NAIFF, D. G. M.; NAIFF, L. A. M.; DE SOUZA, M. A. As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. **Estud. pesqui. psicol.**, vol.9, no.1, p.0-0, Abr 2009. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844628017.pdf>> Acesso em 30 de set de 2018

NUNES, A. V. de L.; CAMINO, L. Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito. **Psicol. Soc.**, vol.23, no.1, p.135-143, Abr 2011. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326567023.pdf>> acesso em 20 de set de 2018

NUNES, S. da S. Racismo contra negros: sutileza e persistência. **Rev. psicol. polít**, vol.14, no.29, p.101-121 Abr 2014. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2014000100008&script=sci_abstract&tlng=en> acesso em 20 de set de 2018

O GLOBO. Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique: os favoritos das charges de Aroeira. 2013. Disponível em : < <https://acervo.oglobo.globo.com/charges-e-humor/collor-itamar-fernando-henrique-os-favoritos-das-charges-de-aroeira-9071352#ixzz5acOXnjWQ>>. Acesso em: 16 ago.2018.

O GLOBO. Carte, presidente que luta por direitos humanos e ganha Nobel da Paz, 2016. Disponpivel em: < <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/carter-presidente-dos-eua-que-luta-por-direitos-humanos-ganha-nobel-da-paz-20386213>> Acesso em 19 de jul de 2019.

OLIVEIRA, C. L. P.; BARRETO, P. C. da S. Percepção do racismo no Rio de Janeiro. **Estud. afro-asiát.**, vol.25, no.2, p.183-213, 2003.

OLIVEIRA, L. A. "Mate um nordestino afogado": análise crítica de um artigo da revista *época*"Mate un nordestino ahogado": análisis crítico de un artículo de la revista *Época*. **Ling. (dis)curso (Impr.)**, vol.11, no.2, p.361-376, Ago 2011. Disponível em: < <https://search.proquest.com/openview/1a782828605183b7102d055960eea89e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2037793>> acesso em 20 de set de 2018

PATERNIANI, S. Z. Da branquidade do estado na ocupação da cidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, vol.31, no.91, 2016. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/107/10746201009.pdf>> acesso em 20 de maio de 2018.

PIADAS E VÍDEOS. Racismo é coisa feia, moleque. Disponível em: < <https://piadas-e-videos.com/imagem/racismo-e-coisa-feia-moleque-13352>> Acesso em 10 de Agosto de 2019.

PIRES, A. M. L. T. El prejuicio racial en Brasil: medidas comparativas. **Psicol. Soc.**, Abr vol.22, no.1, p.32-42, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a05>> Acesso em 20 de set de 2018.

PIRES, M da C. F. Zeferino Ribamar das Mercês: uma representação do ator revolucionário na ditadura militar brasileira. **História**, v.31, n.2, p.247-276, dez. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v31n2/12.pdf>>. Acesso em: 14 jul.2018.

PIRES, M da C. F. Derrisão e ironia cínica no humor contemporâneo: os limites entre o politicamente incorreto e o incorretamente político. **História**, v.33, n.2, p.470-488, dez. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n2/0101-9074-his-33-02-00470.pdf>>. Acesso em: 27 jul.2018.

PIRES, T. R. de O. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. **Rev. Direito Práx**, vol.9, no.2, p.1054-1079. ISSN 2179-8966, Jun 2018. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000201054&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 28 de fev de 2019.

POSSENTI, S. Machismo, humor e leveza: fórmulas e intertexto. **DELTA**, v.29, n.spe, p.535-546, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/delta/v29nspe/v29nspea10.pdf> >. Acesso em: 7 jul.2018.

RIBEIRO, M. M. C. Do trágico ao drama, salve-se pelo humor!. **Estud. psicanal.**, n.31, p.104-113, out. 2008. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100013>. Acesso em: 4 ago.2018.

ROSEMBERG, F., BAZILLI, C.; DA SILVA, P. V. B. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educ. Pesqui.**, vol.29, no.1, p.125-146, Jun 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v29n1/a10v29n1.pdf>> acesso em 20 de jan de 2019.

RUI, J. **A alegre história do humor no Brasil**. Ed. Expressão e Cultura, 1979.

SALIBA, E. T. História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. **Rev. Hist. (São Paulo)**, n.176, 2017. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127332> >. Acesso em: 24 jul.2018.

SALLES, A. C. T. da C. Humor: dor e sublimação. **Reverso**, v.33, n.61, p.21-27, jun. 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v33n61/v33n61a03.pdf> >. Acesso em: 27 jul.2018.

SARRUMOR, L. **Mais mil piadas do Brasil**. Ed. Nova Alexandria, 1999.

SCHIFFLER, M. F. Sobre Bakhtin, quilombos e a cultura popular. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, v. 12, n. 3, p. 76-95, Set./Dez. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bak/v12n3/2176-4573-bak-12-03-0076.pdf>>. Acesso em: 4 ago.2018.

SCHNEIDER, A. L. Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista. **Estud. hist. (Rio J.)**, vol.26, no.52, p.253-273, Dez 2013. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/36620>> Acesso em 30 de jan de 2019.

SCHONS, C. R.; DAGNEZE, C. S. Trapaceando a língua no governo médici: um estudo sobre o imaginário de língua pelo jornal *O Pasquim*. **Ling. (dis)curso (Impr.)**, v.11, n.1, p.37-57, 2011. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/607>. Acesso em: 24 jul.2018.

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicol. cienc. prof.**, vol.37, no.spe, p.172-185, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2820/282053660014.pdf>> Acesso em 20 de set de 2018

SCHUCMAN, L. V., NUNES, S. da S.; COSTA, E, S. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicol. USP**, vol.28, no.1, p.144-158, Abr 2017. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642015005032413&script=sci_abstract&tlng=es> Acesso em 20 de set de 2018

SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Rev. psicol. polít.**, vol.10, no.19, p.41-55, Jan 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4000283>> acesso em 30 de Agosto de 2018

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicol. Soc.**, vol.26, no.1, p.83-94, Abr 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3093/309330671010.pdf>> acesso em 20 de abril de 2019

SERRA, L. N.; SCHUCMAN, L. V. Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. **Estud. pesqui. psicol**, vol.12, no.1, p.288-311, Abr 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844637017.pdf>> Acesso em 30 de jn de 2019

SILVA, F. K. M. **Piadas machistas X piadas feministas**: um espaço de disputa entre identidades. 59 fl. 2014. Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação Em Letras)- Centro de educação, Universidade Estadual da Paraíba (UEP), Campina Grande. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/9121>>. Acesso em: 7 jul.2018.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cad. Pesqui.**, no.117, p.219-246. Nov 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15560>> Acesso em 20 de maio de 2019.

SOARES, A. B. et al. Humor: ingrediente indispensável nas relações sociais?. **Psicol. teor. prat.**, v.16, n.2, p.93-105, ago. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000200009>. Acesso em: 24 jul.2018.

SOUZA, A. Nem sempre o riso faz bem. **Cogito**, v.10, p.8-14, out. 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100002>. Acesso em: 7 ago.2018 .

TEIXEIRA, M. do R. O humor e a delicadeza, **Cogito**, v.10, p.40-45, out. 2009. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cogito/v10/v10a07.pdf>>. Acesso em: 5 jul.2018 .

TEIXEIRA, A. A. vocação irônica da psicanálise. **Tempo psicanal.**, v.42, n.1, p.9-38, jun. 2010. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000100001>. Acesso em: 16 ago.2018.

THORAU, H. Back to the roots? - Namíbia, Não! de Aldri Anunciação. **Estud. Lit. Bras. Contemp**, no.43, p.235-245, Jun 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2316-40182014000100013&script=sci_arttext> acesso em 14 de set de 2018.

TIHANOV, G. A importância do grotesco. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, v. 7, n. 2, p. 166-180, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bak/v7n2/11.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2018 .

VEJA. ONG denuncia post que define ‘preto raiz’ x ‘preto nutella’, 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/ong-denuncia-post-que-define-preto-raiz-e-preto-nutella/>>. Acesso 10 de Agosto de 2019.

VERGNE, C. de M et al. A palavra é... Genocídio: a continuidade de práticas racistas no brasil. **Psicol. Soc.**, vol.27, no.3, p.516-528. Dez 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822015000300516&script=sci_abstract&tlng=es> acesso em 20 de set de 2018.

VIGGIANO, A. **As mil piadas de salão**: dicionedotário. Ed. A. Quicé, 1993.

WEINMANN, A. de O.; CULAU, F. V. Notas sobre o politicamente correto. **Estud. pesqui. psicol.**, v.14, n.2, p.628-645, ago. 2014. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n2/v14n2a14.pdf>> . Acesso em:25 jul.2018.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saude soc.** vol.25, no.3, p.535-549, Set 2016. Disponível em: < https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0104-12902016000300535&script=sci_arttext> acesso em 30 de set de 2018

ZAMORA, M. H. R. N.. **Desigualdade racial, racismo e seus efeitos**. *Fractal, Rev. Psicol.*, Dez 2012, vol.24, no.3, p.563-578.